GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR
O povo em 1.º lugar

DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

ANO XXI - Nº 76 | QUARTA-FEIRA, 23 DE ABRIL DE 1997 | PREÇO: R$ 0,66

SUMÁRIO

SEÇÃO I **PÁGINA**

ATOS DO PODER EXECUTIVO 2865
SECRETARIA DE GOVERNO 2869
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO 2870
SECRETARIA DE SAÚDE 2870
SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSOSTÊNCIA SOCIAL 2870
SECRETARIA DE OBRAS 2871
SECRETARIA DE AGRICULTURA 2871
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA 2871
SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES 2873
SECRETARIA DE TRABALHO 2873
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 2873
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL 2873

SEÇÃO II

ATOS DO PODER EXECUTIVO 2883
VICE-GOVERNADORIA 2886
SECRETARIA DE GOVERNO 2887
SECRETARIA DE SAÚDE 2888
SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL 2890
SECRETARIA DE TRANSPORTES 2891
SECRETARIA DE AGRICULTURA 2891
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA 2891
SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES 2891
SECRETARIA DE TRABALHO 2892
SECRETARIA DE TURISMO 2893
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 2893
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL 2893

SEÇÃO III

SECRETARIA DE GOVERNO 2895
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 2895
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO 2896
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 2896
SECRETARIA DE SAÚDE 2896
SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL 2897
SECRETARIA DE OBRAS 2897
SECRETARIA DE TRANSPORTES 2898
SECRETARIA DE AGRICULTURA 2899
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA 2899
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL 2899
SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES 2899
SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMÉRCIO 2900
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 2900
INEDITORIAIS 2900
ÍNDICE 2901



SEÇÃO I

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEI Nº 1.422, DE 22 DE ABRIL DE 1997

(Autor do Projeto: Deputado Distrital Peniel Pacheco)

Dispõe sobre a construção de faixa de desaceleração e baia de ônibus nas vias e rodovias sob a jurisdição do DER-DF e DETRAN-DF.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Os retornos e acessos das estradas vicinais, rodovias em áreas urbanas, estradas-parques e vias urbanas preferenciais sob a jurisdição do DER-DF e DETRAN-DF serão obrigatoriamente dotados de faixas de desaceleração e de baias de ônibus, em local apropriado, respeitadas as normas legais vigentes.

Art. 2º - O Governo do Distrito Federal terá prazo de cento e vinte dias para adequar-se à presente Lei, baixando as normas regulamentares necessárias.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de abril de 1997.
109º da República e 38º de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

DECRETO Nº 18.189, DE 22 DE ABRIL DE 1997

Dá a denominação de Praça do Compromisso à Praça John Kennedy e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, incisos VII e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e

considerando o bárbaro crime cometido contra o índio Galdino Jesus dos Santos, da Tribo dos Pataxós Hã-Hã-Hãe, na parada de ônibus existente na Praça John Kennedy situada na EQS 703/704 , Brasília - Distrito Federal;

considerando o sentimento de indignação e luto de toda a população brasiliense;

considerando o anseio da população brasiliense em lutar pela construção de uma sociedade solidária, para que fatos como este não se repitam;

considerando ser este o momento ideal para a criação de um **compromisso nacional** contra a violência e pela solidariedade aos pobres e oprimidos, **DECRETA:**

Art. 1º A Praça John Kennedy situada na EQS 703/704 passa a denominar-se Praça do Compromisso.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de Abril de 1997
109º da República e 38º de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

DECRETO Nº 18.190, DE 22 DE ABRIL DE 1997

Estabelece dia 25 de abril de 1997 para discussão nas Escolas Públicas sobre a violência, a falta de solidariedade na sociedade brasileira e no mundo contemporâneo, e sobre as formas e os objetivos de se construir um compromisso por uma sociedade mais justa e solidária.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, incisos VII, X e XXVI da Lei Orgânica do Distrito Federal, e,

considerando o estupor causado na sociedade brasiliense pelo assassinato do índio Galdino Jesus dos Santos, da Tribo Pataxó Hã-Hã-Hãe;

considerando o choque causado pelo fato de que o crime foi causado por jovens de nossa população;
considerando que tal crime mostra, de uma maneira brutal, a face perversa da sociedade brasileira de hoje, desprovida de solidariedade entre as pessoas e os grupos sociais;
considerando a urgente necessidade de despertar a consciência de nossos jovens para que entendam as causas desses crimes e se comprometam pela construção de uma sociedade mais solidária;
considerando que as escolas são lugares naturais para o desenvolvimento deste debate entre os jovens,
DECRETA:
Art. 1º Fica estabelecido o dia 25 de abril de 1997 para discussão e elaboração de propostas sobre a violência, a falta de solidariedade na sociedade brasileira e no mundo contemporâneo, e sobre as formas e os objetivos de se construir um compromisso por uma sociedade mais justa e solidária nas Escolas Públicas do Distrito Federal .
Art. 2º A organização deste dia de debates será feita pela Secretaria de Educação, com o apoio do Programa Brasília Capital do Debate , e sob a coordenação da Secretaria de Governo.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de Abril de 1997
109º da República e 38º de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

DECRETO Nº 18.191, DE 22 DE ABRIL DE 1997

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos VII e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado luto oficial no Distrito Federal, no período de 21 a 23 de abril de 1997, por motivo de falecimento do Índio Pataxó GALDINO JESUS DOS SANTOS.
Art 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de abril de 1997
109º da República e 38º de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

DECRETO Nº 18.192, DE 22 DE ABRIL DE 1997

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 13.700,00 (treze mil e setecentos reais), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 6º, inciso I, alínea "a", da Lei nº 1.363, de 30 de dezembro de 1996, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta do processo nº 112.002592/97, decreta:

Art. 1º Fica aberto à Companhia Urbanizadora da Nova Capital crédito suplementar, no valor de R$ 13.700,00 (treze mil e setecentos reais), para atender à programação orçamentária indicada no Anexo I.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei supracitada, pela anulação parcial da dotação orçamentária constante do Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de Abril de 1997.
109º da República e 38º de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

ANEXO I — EXERCICIO DE 1997 — R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR — SUPLEMENTACAO — FISCAL — RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO			NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
	22.000	SECRETARIA DE OBRAS				13.700
(190201/19201)	22.201	COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL				13.700
100580575.2148		RECAPEAMENTO DE VIAS PUBLICAS E OBRAS COMPLEMENTARES				13.700
100580575.2148.0001		RECAPEAMENTO DE VIAS PUBLICAS E OBRAS COMPLEMENTARES	34.90.92	000	13.700	13.700
00312/001 -200035					TOTAL	13.700

ANEXO II — EXERCICIO DE 1997 — R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR — CANCELAMENTO — FISCAL — RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO			NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
	22.000	SECRETARIA DE OBRAS				13.700
(190201/19201)	22.201	COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL				13.700
100600328.2143		MANUTENCAO E CONSERVACAO DE AREAS ARBORIZADAS E AJARDINADAS				13.700
100600328.2143.0001		MANUTENCAO E CONSERVACAO DE AREAS ARBORIZADAS E AJARDINADAS	34.90.30	000	13.700	13.700
00312/002 -200042					TOTAL	13.700

DECRETO Nº 18.193, DE 22 DE ABRIL DE 1997

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 6º, inciso I, alínea "a", da Lei nº 1.363, de 30 de dezembro de 1996, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta do processo nº 191.000.247/97, decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Instituto de Ecologia e Meio Ambiente do Distrito Federal crédito suplementar, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), para atender às programações orçamentárias indicadas no Anexo I.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, §1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial da dotação orçamentária constante do Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de Abril de 1997.
109º da República e 38º de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

ANEXO I — EXERCICIO DE 1997 — R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR — SUPLEMENTACAO — FISCAL — RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO			NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
	21.000	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIENCIA E TECNOLOGIA				30.000
(150203/15203)	21.202	INSTITUTO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL				30.000
030070021.4004		MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				30.000
030070021.4004.0002		MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	34.90.30	002	10.000	
			34.90.39	002	20.000	30.000
00322/001 -200035					TOTAL	30.000

ANEXO II — EXERCICIO DE 1997 — R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR — CANCELAMENTO — FISCAL — RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO			NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
	21.000	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIENCIA E TECNOLOGIA				30.000
(150101/00001)	21.101	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIENCIA E TECNOLOGIA				30.000

GDF

Redação e Administração:
Anexo do Palácio do Buriti, Sala 111,
Térreo. CEP 70075-900, Brasília - DF.
Telefones:(061) 225-7803
316-4137
213-6312

Impressão: IMPRENSA NACIONAL

DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

CRISTOVAM BUARQUE
Governador
ARLETE SAMPAIO
Vice-Governadora
LUIZ GONZAGA FIGUEIREDO MOTTA
Secretário de Comunicação Social
CLEMENTE LUZ
Editor-responsável

110650363.1213	ECOTURISMO NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO				30.000
110650363.1213.0001	REGULAMENTACAO DO TURISMO ECOLOGICO	34.90.39	002	30.000	30.000
00322/002 -200042				TOTAL	30.000

DECRETO Nº 18.194, DE 22 DE ABRIL DE 1997

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 70.540,00 (setenta mil, quinhentos e quarenta reais), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 6°, inciso I, alínea "a", da Lei n° 1.363, de 30 de dezembro de 1996, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta do processo n° 030.002.867/97, decreta:

Art. 1° Fica aberto à Fundação Cultural do Distrito Federal crédito suplementar, no valor de R$ 70.540,00 (setenta mil, quinhentos e quarenta reais), para atender à programação orçamentária indicada no Anexo I.

Art. 2° O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1°, inciso III, da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial da dotação orçamentária constante do Anexo II.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de Abril de 1997.
109° da República e 38° de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

ANEXO I — EXERCICIO DE 1997 — R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR — SUPLEMENTACAO — FISCAL — RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO			NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
	16.000	SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE				70.540
(230201/23201)	16.201	FUNDACAO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL				70.540
080480247.2180		MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA ORQUESTRA SINFONICA DO TEATRO NACIONAL CLAUDIO SANTORO				70.540
080480247.2180.0002		MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	34.90.39	002	70.540	70.540
00324/001 -200035					TOTAL	70.540

ANEXO II — EXERCICIO DE 1997 — R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR — CANCELAMENTO — FISCAL — RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO			NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
	16.000	SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE				70.540
(230201/23201)	16.201	FUNDACAO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL				70.540
080070021.1625		REFORMA DA CONCHA ACUSTICA				70.540
080070021.1625.0001		REFORMA DA CONCHA ACUSTICA	34.90.39	002	70.540	70.540
00324/002 -200042					TOTAL	70.540

DECRETO Nº 18.195, DE 22 DE ABRIL DE 1997

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 6°, inciso I, alínea "a", da Lei n° 1.363, de 30 de dezembro de 1996, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964,

Art. 1° Fica aberto à Secretaria de Obras crédito suplementar, no valor de R$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), para atender à programação orçamentária indicada no Anexo I.

Art. 2° O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1°, inciso III, da Lei supracitada, pela anulação parcial da dotação orçamentária constante do Anexo II.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de Abril de 1997.
109° da República e 38° de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

ANEXO I — EXERCICIO DE 1997 — R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR — SUPLEMENTACAO — FISCAL — RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO			NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
	22.000	SECRETARIA DE OBRAS				14.000.000
(190101/00001)	22.101	SECRETARIA DE OBRAS				14.000.000
100070025.1187		CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DE PREDIOS E PROPRIOS DO PODER PUBLICO				14.000.000
100070025.1187.0002		REFORMA DA RODOVIARIA DE BRASILIA (**)	45.90.51	035	14.000.000	14.000.000
00314/001 -200035					TOTAL	14.000.000

ANEXO II — EXERCICIO DE 1997 — R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR — CANCELAMENTO — FISCAL — RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO			NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
	22.000	SECRETARIA DE OBRAS				14.000.000
(190101/00001)	22.101	SECRETARIA DE OBRAS				14.000.000
160910572.1169		IMPLANTACAO DO SISTEMA DE TRANSPORTE FERROVIARIA METROPOLITANO				14.000.000
160910572.1169.0001		IMPLANTACAO DO SISTEMA DE TRANSPORTE FERROVIARIO METROPOLITANO	45.13.51	035	14.000.000	14.000.000
00314/002 -200042					TOTAL	14.000.000

DECRETO Nº 18.196, DE 22 DE ABRIL DE 1997

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 67.142,00 (sessenta e sete mil, cento e quarenta e dois reais), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 6°, inciso I, alínea "a", da Lei n° 1.363, de 30 de dezembro de 1996, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta do processo n° 030.002.849/97, decreta:

Art. 1° Fica aberto à Secretaria de Educação crédito suplementar, no valor de R$ 67.142,00 (sessenta e sete mil, cento e quarenta e dois reais), para atender à programação orçamentária indicada no Anexo I.

Art. 2° O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1°, inciso III, da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial da dotação orçamentária constante do Anexo II.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de Abril de 1997.
109° da República e 38° de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

ANEXO I — EXERCICIO DE 1997 — R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR — SUPLEMENTACAO — FISCAL — RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO			NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
	18.000	SECRETARIA DE EDUCACAO				67.142
(160101/00001)	18.101	SECRETARIA DE EDUCACAO				67.142
080420188.2232		DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA EDUCACIONAL				67.142
080420188.2232.0001		DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA EDUCACIONAL	34.90.93	021	44.457	
			34.90.93	032	22.685	67.142
00326/001 -200035					TOTAL	67.142

ANEXO II EXERCICIO DE 1997 R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR

CANCELAMENTO

FISCAL

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO			NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
	18.000	SECRETARIA DE EDUCACAO				67.142
(160101/00001)	18.101	SECRETARIA DE EDUCACAO				67.142
080420188.2232		DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA EDUCACIONAL				67.142
080420188.2232.0001		DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA EDUCACIONAL	45.90.52	021	44.457	
			45.90.52	032	22.685	67.142
00326/002 -200042					TOTAL	67.142

DECRETO Nº 18.197, DE 22 DE ABRIL DE 1997

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 6°, inciso I, alínea "a", da Lei n° 1.363, de 30 de dezembro de 1996, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta do processo n° 030.001.448/97, decreta:

Art. 1° Fica aberto à Secretaria de Comunicação Social crédito suplementar, no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para atender às programações orçamentárias indicadas no Anexo I.

Art. 2° O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, §1°, inciso III, da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial da dotação orçamentária constante do Anexo II.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de Abril de 1997.
109° da República e 38° de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

ANEXO I EXERCICIO DE 1997 R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR

SUPLEMENTACAO

FISCAL

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO			NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
	15.000	SECRETARIA DE COMUNICACAO SOCIAL				200.000
(260101/00001)	15.101	SECRETARIA DE COMUNICACAO SOCIAL				200.000
030070021.2138		MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				200.000
030070021.2138.0002		MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	34.90.39	004	150.000	
			45.90.52	004	50.000	200.000
00318/001 -200035					TOTAL	200.000

ANEXO II EXERCICIO DE 1997 R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR

CANCELAMENTO

FISCAL

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO			NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
	27.000	SECRETARIA DE TURISMO				200.000
(310101/00001)	27.101	SECRETARIA DE TURISMO				200.000
110650363.1616		DIVULGACAO DE BRASILIA COMO CIDADE TURISTICA				200.000
110650363.1616.0001		DIVULGACAO DE BRASILIA COMO CIDADE TURISTICA	34.90.30	004	200.000	200.000
00318/002 -200042					TOTAL	200.000

DECRETO Nº 18.198, DE 22 DE ABRIL DE 1997

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 244.484,00 (duzentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 6°, inciso I, alíneas "a" e "c", da Lei n° 1.363, de 30 de dezembro de 1996, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta dos processos n°s 030.001827/97 e 050.000197/97, decreta:

Art. 1° Fica aberto, em favor da Secretaria de Segurança Pública e da Polícia Civil do Distrito Federal, crédito suplementar no valor de R$ 244.484,00 (duzentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais) para atender às programações orçamentárias indicadas nos Anexos II e III.

Art. 2° O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1°, incisos I e III, da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964, pela incorporação de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial, relativo aos Convênios n°s. 008/96, celebrado entre a Secretaria de Segurança Pública e o Ministério da Justiça, e 001/96 e 002/96, celebrados entre a Polícia Civil do Distrito Federal e a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal, e pela anulação parcial da dotação orçamentária constante do Anexo IV.

Art. 3° Em função do disposto no artigo anterior, a receita do Tesouro do Distrito Federal fica acrescida do valor constante do Anexo I.

Art. 4° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5° Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de Abril de 1997.
109° da República e 38° de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

ANEXO I EXERCICIO DE 1997 R$ 1,00

FISCAL

RECEITA

TESOURO

ESPECIFICACAO		DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES			124.234
1300.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		82.780	
1390.00.00	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS		82.780	
1900.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		41.454	
1980.00.00	RECEITA DE CONVENIOS		41.454	
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			95.250
2500.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		95.250	
2530.00.00	RECEITA DE CONVENIOS		95.250	
00320/001			TOTAL	219.484

ANEXO II EXERCICIO DE 1997 R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR

SUPLEMENTACAO

FISCAL

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO			NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
	24.000	SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA				219.484
(220101/00001)	24.101	SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA				125.000
060300174.5003		REFORMA, REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DO SISTEMA PENITENCIARIO E DA SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA				125.000
060300174.5003.0001		REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DO SISTEMA PENITENCIARIO E DA SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA	34.90.30	032	5.000	
			34.90.39	032	24.750	
			45.90.52	032	83.000	
			46.90.64	032	12.250	125.000
(220105/00001)	24.105	POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL				94.484
060070021.2046		MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				16.097
060070021.2046.0002		MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	34.90.39	021	4.393	
			34.90.39	031	11.704	16.097
060300174.1220		CONSTRUCAO, REFORMA E AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS PARA O POLICIAMENTO CIVIL				78.387
060300174.1220.0001		REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DA POLICIA CIVIL (*)	45.90.52	021	77.897	
			45.90.92	021	490	78.387
00320/002 -200033					TOTAL	219.484

ANEXO III EXERCICIO DE 1997 R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR

SUPLEMENTACAO

FISCAL

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO			NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
	24.000	SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA				25.000
(220101/00001)	24.101	SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA				25.000
060300174.5003		REFORMA, REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DO SISTEMA PENITENCIARIO E DA SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA				25.000
060300174.5003.0001		REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DO SISTEMA PENITENCIARIO E DA SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA	34.90.30	000	25.000	25.000
00319/001 -200035					TOTAL	25.000

ANEXO IV EXERCICIO DE 1997 R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR

CANCELAMENTO

FISCAL

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO			NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
	24.000	SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA				25.000
(220101/00001)	24.101	SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA				25.000
060070021.2058		MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				25.000
060070021.2058.0002		MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	34.90.30	000	25.000	25.000
00319/002 -200042					TOTAL	25.000

DECRETO Nº 18.199, DE 22 DE ABRIL DE 1997

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 6°, inciso I, alínea "a", da Lei n° 1.363, de 30 de dezembro de 1996, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta do processo n° 020.000.458/97, decreta:

Art. 1° Fica aberto à Procuradoria Geral crédito suplementar, no valor de R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), para atender à programação orçamentária indicada no Anexo I.

Art. 2° O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1°, inciso III, da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial de dotação orçamentária constante do Anexo II.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de Abril de 1997.
109° da República e 38° de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

ANEXO I EXERCICIO DE 1997 R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR

SUPLEMENTACAO

FISCAL

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO			NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
	12.000	PROCURADORIA GERAL				21.000
(120101/00001)	12.101	PROCURADORIA GERAL				21.000
030070021.2009		MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				21.000
030070021.2009.0001		ADMINISTRACAO DE PESSOAL	31.90.93	000	21.000	21.000
00321/001 -200035					TOTAL	21.000

ANEXO II EXERCICIO DE 1997 R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR

CANCELAMENTO

FISCAL

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO			NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
	12.000	PROCURADORIA GERAL				21.000
(120101/00001)	12.101	PROCURADORIA GERAL				21.000
030070021.2009		MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				21.000
030070021.2009.0002		MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	34.90.93	000	21.000	21.000
00321/002 -200042					TOTAL	21.000

SECRETARIA DE GOVERNO

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dezenove horas e cinquenta minutos do dia oito de abril de hum mil e novecentos e noventa e sete, teve início a Audiência Pública, objeto do Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nos dias vinte e seis e vinte e sete de fevereiro do corrente ano, e nos dias sete e oito de março do corrente ano no Jornal de Brasília, para fins de desafetação de 3000m² (três mil metros quadrados) de área pública de uso comum do povo, no Canteiro Central - Trecho 09/10 da Estrada Parque da Península Norte EPPN - Setor de Habitação Individual Norte - SHIN - Região Administrativa do Lago Norte - RA XVIII, para a categoria de bem de uso especial, determinando a implantação de área para ocupação por artesões e prestadores de serviço, nos termos da Lei nº 1072 de 15 de maio de 1996. O Administrador Regional do Lago Norte Dr. Marcos Dantas deu início a Audiência Pública, esclarecendo o objetivo da referida audiência, conforme publicações do Diário Oficial do Distrito Federal e Jornais de grande circulação da cidade. Dando prosseguimento foi feita a leitura da Lei nº 1072, pelo Administrador Regional, o qual passou a palavra ao Dr. Luís Philippe Torelly, Presidente do IPDF que explanou a finalidade e os benefícios da retro mencionada lei. Posteriormente, o Administrador do Lago Norte retomou a palavra, e abriu para as perguntas: A Senhora Ceci Sato, moradora do Lago Norte indagou se os boxes de floricultura e vídeo enquadrariam-se na referida lei? O Dr. Luís Philippe Torelly, respondeu que embora as mesmas não estejam incorporadas na Quituart, são também atividades que prestam serviço à comunidade, razão pela qual reputava justo que os referidos boxes autônomos também fossem contemplados, esclareceu ainda que determinadas minúncias seriam analisadas pela Comissão de Regulamentação. O Administrador do Lago Norte esclareceu que todos os quiosques do Lago Norte deverão obdecer ao padrão aprovado para a RA XVIII e não poderão destoar do conjunto. Dando prosseguimento, a Senhora Cecília Fredi, moradora do Lago Norte, indagou se o pessoal das lojinhas lá existentes passariam a ser enquadradas como quiosqueiros, ou prestadores de serviço. O Dr. Luís Philippe Torelly respondeu que a Audiência Pública se referia a desafetação de área, que a referida questão sobre a regulamentação será posteriormente decidida pela comissão de regulamentação. O Senhor Valdo de Matos, Diretor do DER, indagou se a licitação iria ser pelo melhor preço e se a construção iria ficar a cargo de cada ocupante. O Dr. Luís Philippe Torelly, respondeu que a regulamentação da lei terá que prever como se dará o processo, mesmo porque existirá uma área um pouco maior do que a atual, e o projeto irá ser executado a cargo dos permissionários. Após a manifestação da comunidade. O Administrador Regional do Lago Norte agradeceu a presença de todos encerrando a Audiência Pública, nada mais havendo a tratar foi lavrada a presente ata por mim. Virgínia Solino de Moraes - Chefe da Assesoria Técnica - Administração Regional do Lago Norte-RA XVIII.



Depois de preparar 13.500 trabalhadores em 95, a Secretaria de Trabalho continua investindo na educação profissional. A diferença é que agora os mais de 300 cursos que serão oferecidos em 96 destinam-se também aos beneficiários da Bolsa-Escola e a servidores públicos, entre outros segmentos. A meta é capacitar 115.000 trabalhadores nas mais diferentes áreas. O Governo Democrático e Popular investe na educação profissional porque sabe que esse é um caminho que possibilita mais e melhores empregos para o Distrito Federal. Afinal, quem quer mudar de vida através do estudo merece todo o nosso crédito.

MINISTÉRIO DO TRABALHO
Fundo de Amparo ao Trabalhador

SECRETARIA DE TRABALHO

GDF

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 249, DE 22 DE ABRIL DE 1997

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso IV, do Decreto nº 11.335, de 7 de dezembro de 1988, resolve:

I - Aprovar, na forma dos Anexos I e II, a alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa da Região Administrativa V - Sobradinho e Região Administrativa IX - Ceilândia , aprovado pela Portaria SEFP nº 01, de 3 de janeiro de 1997.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Ficam revogadas as disposições em contrário.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

ANEXO I EXERCICIO DE 1997 R$ 1,00

ACRESCIMO

FISCAL

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
11.000	SECRETARIA DE GOVERNO				26.400
(190107/00001) 11.107	REGIAO ADMINISTRATIVA V - SOBRADINHO				20.000
03007021.2021	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				20.000
03007021.2021.0002	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	45.90.52	020	20.000	20.000
(190111/00001) 11.111	REGIAO ADMINISTRATIVA IX - CEILANDIA				6.400
03007021.2017	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				6.400
03007021.2017.0001	ADMINISTRACAO DE PESSOAL	31.90.92	000	6.400	6.400
			TOTAL		26.400

ANEXO II EXERCICIO DE 1997 R$ 1,00

REDUCAO

FISCAL

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
11.000	SECRETARIA DE GOVERNO				26.400
(190107/00001) 11.107	REGIAO ADMINISTRATIVA V - SOBRADINHO				20.000
03007021.2021	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				20.000
03007021.2021.0002	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	45.90.92	020	20.000	20.000
(190111/00001) 11.111	REGIAO ADMINISTRATIVA IX - CEILANDIA				6.400
03007021.2017	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				6.400
03007021.2017.0001	ADMINISTRACAO DE PESSOAL	31.90.09	000	1.400	
		31.90.16	000	5.000	6.400
			TOTAL		26.400

PORTARIA Nº 250, DE 22 DE ABRIL DE 1997

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso IV, do Decreto nº 11.335, de 7 de dezembro de 1988, e o que consta do processo nº 030.002.849/97, resolve:

I - Aprovar, na forma dos Anexos I e II, a alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa da Secretaria de Educação, aprovado pela Portaria SEFP nº 01, de 3 de janeiro de 1997.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Ficam revogadas as disposições em contrário.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

ANEXO I EXERCICIO DE 1997 R$ 1,00

ACRESCIMO

FISCAL

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
18.000	SECRETARIA DE EDUCACAO				36.165
(160101/00001) 18.101	SECRETARIA DE EDUCACAO				36.165
080420188.2232	DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA EDUCACIONAL				36.165
080420188.2232.0001	DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA EDUCACIONAL	34.90.93	021	4.972	
		34.90.93	032	31.193	36.165
			TOTAL		36.165

ANEXO II EXERCICIO DE 1997 R$ 1,00

REDUCAO

FISCAL

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
18.000	SECRETARIA DE EDUCACAO				36.165
(160101/00001) 18.101	SECRETARIA DE EDUCACAO				36.165
080420188.2232	DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA EDUCACIONAL				36.165
080420188.2232.0001	DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA EDUCACIONAL	34.90.30	032	28.553	
		34.90.36	021	4.972	
		34.90.36	032	720	
		34.90.39	032	1.920	36.165
			TOTAL		36.165

SECRETARIA DE SAÚDE

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 11 DE ABRIL DE 1997

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais, e tendo em vista o que consta do Processo nº 061.002.507/97-FHDF, resolve:

"Ad referendum" do Conselho Deliberativo:

I - O item 1 e o subitem 2.2.2 das **NORMAS PARA AFASTAMENTO DO SERVIÇO PARA TREINAMENTOS OU ESTUDOS**, aprovadas pela Resolução nº 001/96-FHDF, de 09 de maio de 1996, passam a vigorar com a seguinte redação:

" 1 - OBJETIVO

A presente norma tem por objetivo regulamentar o afastamento de servidores do quadro permanente da FHDF, com vistas a freqüentar treinamentos e estudos de capacitação e formação profissionais.

2 - MODALIDADES

2.1. .....
2.1.1. .....
2.1.2. .....
2.2. .....
2.2.1. .....
2.2.2. - Afastamento de média duração (AMD) - afastamento do serviço em tempo parcial ou total, para treinamento / estudo com carga horária igual ou superior a 360 horas."

II - A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA JOSÉ CONCEIÇÃO

SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHO DO PRESIDENTE

Em 18 de abril de 1997

Processo: 101.000395/97
Interessado: AÇÃO SOCIAL NOSSA SENHORA DE FÁTIMA.

Assunto : Abertura Convênio
Ratifico, nos termos do artigo 26 da Lei 8.666/93, a inexigibilidade de licitação a favor da AÇÃO SOCIAL NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, objetivando o estabelecimento de Convênio de Cooperação Técnica e Financeira para o desenvolvimento de ações de forma a garantir a formação e qualificação profissional de adolescentes e adultos, visando a melhoria de condição social, com a inserção no mercado de trabalho e geração de renda. A inexigibilidade de licitação foi fundamentada com base no "CAPUT" do Art. 25, da Lei 8.666/93, tendo em vista as justificativas e documentação constantes do Processo acima referenciado.
Publique-se e encaminhe-se à Diretoria de Administração e Finanças para as providências complementares.

OSVALDO RUSSO DE AZEVEDO

SECRETARIA DE OBRAS

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 14, DE 16 DE ABRIL DE 1997

A DIRETORA PRESIDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL - IDHAB-DF, criado pela Lei nº 804, de 08.12.94, no uso das atribuições que lhe são conferidas, resolve:
PRORROGAR, por 20 (vinte) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos e apresentação do relatório, por parte da Comissão de Tomada de Contas Especial instaurada através da Instrução de Serviço nº 07/97, de 10.03.97.

ALEXANDRA RESCHKE

SECRETARIA DE AGRICULTURA

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 11 de abril de 1997

PROCESSO Nº: 030.001988/97
INTERESSADO: MR. Turismo e Representações LTDA
ASSUNTO: Inexigibilidade de Licitação
Ratifico nos termos do artigo 26 da Lei nº de 8.666, de 21 de junho de 1993, a Inexigibilidade de Licitação, de que trata o presente processo, tendo em vista as justificativas constantes do processo acima citado. Nota de Empenho 97NE120 no valor de R$ 3.076,86 (três mil setenta e seis reais e oitenta e seis centavos). Publique-se e encaminhe-se a Divisão de Administração Geral para as providências complementares.

PROCESSO Nº: 030.002219/97
INTERESSADO: MR. Turismo e Representações LTDA
ASSUNTO: Inexigibilidade de Licitação
Ratifico nos termos do artigo 26 da Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Inexigibilidade de Licitação, de que trata o presente, tendo em vista as justificativas constantes do processo acima citado. Nota de Empenho 97NE121 no valor de R$ 3.076,86 (três mil setenta e seis reais e oitenta e seis centavos). Publique-se e encaminhe-se a Divisão de Administração Geral para as providências complementares.

JOÃO LUIZ HOMEM DE CARVALHO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 17 de março de 1997

REFERÊNCIA : Processo nº 050-000.201/97. INTERESSADO: Secretaria de Segurança Pública. ASSUNTO : Ratificação de Dispensa de Licitação. RATIFICO, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a dispensa de licitação, realizada pelo Departamento de Administração Geral, em favor da PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A, para cobertura de despesas com fornecimento de querosene de aviação - QAV 1, com fulcro no artigo 24, inciso IV, do referido diploma legal.

ROBERTO ARMANDO RAMOS DE AGUIAR

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 265, DE 9 DE ABRIL DE 1997

O Diretor-Geral do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43 Item XI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976, resolve:
APREENDER com fulcro no Art 199 Item I e seu parágrafo 1º de RCNT, a Carteira Nacional de Habilitação abaixo especificada.Em consequência fica o referido condutor suspenso do direito de dirigir veículo automotor, devendo frequentar o Curso de Reciclagem na Gerência de Educação de Trânsito, caso queira pleitear a redução da penalidade ora aplicada.
Processo nº : 05500001793/97 Categoria/UF: "B"/DF
Interessado : WALTER PEREIRA CÉSAR
Prontuário : 00067946435
Infração : Artigo 181 Item II do RCNT
Período : 03(três) meses, a partir de 01.04.97

LUIS RIOGI MIURA

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 285, DE 14 DE ABRIL DE 1997

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43, Inciso XI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535, de 29 de dezembro de 1976, resolve:
APREENDER com fulcro no Artigo 199 Item XIII e seu Parágrafo 1º do RCNT a Carteira Nacional de Habilitação abaixo especificada. Em consequência fica o referido condutor SUSPENSO do direito de dirigir veículo automotor. A penalidade será reduzida à metade se o condutor fizer o Curso de Reciclagem na Gerência de Educação de Trânsito.
PROCESSO Nº : 05500002007/97
INTERESSADO : CRISTOVÃO BEZERRA LINS
PRONTUÁRIO : 00.258.999-0/DF
INFRAÇÃO : Artigo 181 Inciso XXIX do RCNT
PERÍODO : 02 (dois) meses, a partir de 14.03.97

LUIS RIOGI MIURA,

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 286, DE 14 DE ABRIL DE 1997

DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43, Inciso XLIII do Regimento aprovado pelo Decreto 3535 de 29 de dezembro de 1976, com base no processo 055001742/97, resolve: ADVERTIR a profissional médica NIZETE SOUZA TÔRRES, CRM 3985 e a CLIMEP-Clínica Médica e Psicológica, por haver expedido, em 03.03.97, Autorização para Conduzir Veículos (vale-carta) ao Sr. José Ribamar Souza Fernandes, sem que o mesmo houvesse concluído o exame psicotécnico.

LUÍS RIOGI MIURA.

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 287, DE 15 DE ABRIL DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43, inciso XLIII do Regimento aprovado pelo Decreto 3535 de 29 de dezembro de 1976, resolve: SUSPENDER o credenciamento da clínica SRS, sito à SEPN QD 513 BL A SL 309/310 - Ed. Bittar - Asa Norte, até que sejam sanadas às irregularidades constatadas na vistoria realizada em 07/04/97, conforme relatório constantes do autos e , também, até a regularização quanto a propriedade da clínica.

LUÍS RIOGI MIURA.

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 288, DE 7 DE ABRIL DE 1997

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O ARTIGO 43 INCISO XVI DO REGIMENTO APROVADO PELO DECRETO Nº 3535 DE 29 DE DEZEMBRO DE 1.976, resolve:

Autorizar a mudança de propriedade e endereço da AUTO-ESCOLA CIDADE LTDA. A Auto-escola passa a funcionar no Setor Central Comercial Projeção 09 sala 202 Ed.Gama Office Center e passa a ter como proprietários os senhores Jaconias Fagundes da Silva e Adão Mendes Araújo.

LUIS RIOGI MIURA.

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 289, DE 7 DE ABRIL DE 1997

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O ARTIGO 43 INCISO XVI DO REGIMENTO APROVADO PELO DECRETO Nº 3535 DE 29 DE DEZEMBRO DE 1.976, resolve:

Autorizar o registro da Auto-escola GB Ltda (Auto-escola Globo filial), de propriedade dos senhores Eduilson Pereira da Silva e Revalino Assis de Melo. Situada na C 12 bloco N sobreloja 06 - Taguatinga/DF, a Auto-escola recebe o nº 09/97 folha 77 do livro nº 02 de registro de auto-escolas do Distrito Federal.

LUIS RIOGI MIURA

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 290, DE 7 DE ABRIL DE 1997

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O ARTIGO 43 INCISO XVI DO REGIMENTO APROVADO PELO DECRETO Nº 3535 DE 29 DE DEZEMBRO DE 1.976, resolve:

Autorizar a mudança de endereço da AUTO-ESCOLA KAPRI LTDA, de propriedade dos senhores Carlindo de Sousa Lanna e Iraíze Alves Chaves Lanna. A Auto-escola passa a funcionar na CNM 02 lote B sala 106 - Ceilândia/DF.

LUIS RIOGI MIURA

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 291, de 10 DE ABRIL DE 1997

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O ARTIGO 43 INCISO XVI DO REGIMENTO APROVADO PELO DECRETO Nº 3535 DE 29 DE DEZEMBRO DE 1.976, resolve:

Autorizar a abertura da AUTO-ESCOLA DINÂMICA FILIAL LTDA, de propriedade dos senhores Antônio Fernando Nunes Rocha e Maria de Lourdes Rocha do Amaral, sediada à SCLN 203, Bloco B, Sala 202 , a auto-escola recebe o nº 10/97 folha 79 do livro nº 2 de registro de auto-escolas do Distrito Federal.

LUIS RIOGI MIURA.

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 293, DE 14 DE ABRIL DE 1997

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43, Inciso XI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535, de 29 de dezembro de 1976, resolve:
APREENDER com fulcro no Artigo 199 Item XIII e seu Parágrafo 1º do RCNT a Carteira Nacional de Habilitação abaixo especificada. Em consequência fica o referido condutor SUSPENSO do direito de dirigir veículo automotor, sem direito à redução de penalidade.
PROCESSO Nº : 05500002080/97
INTERESSADO : FRANCISCO FERNANDES LEITE
PRONTUÁRIO : 18.149.403-5/PB
INFRAÇÃO : Artigo 181 Inciso XXIX do RCNT
PERÍODO : 02 (dois) meses, a partir de 26.02.97

LUIS RIOGI MIURA,

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 294, DE 14 DE ABRIL DE 1997

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43, Inciso XI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535, de 29 de dezembro de 1976, resolve:
APREENDER com fulcro no Artigo 199 Item XI e seu Parágrafo 1º do RCNT as Carteiras Nacional de Habilitação abaixo especificadas. Em consequência ficam os referidos condutores SUSPENSOS do direito de dirigir veículo automotor. A penalidade será reduzida à metade se os condutores fizerem o Curso de Reciclagem na Gerência de Educação de Trânsito.
PROCESSO Nº : 05500002081/97
INTERESSADO : ELODIO MARCIANO DE LIMA
PRONTUÁRIO : 00.319.310-1/DF
INFRAÇÃO : Artigo 181 Inciso I do RCNT
PERÍODO : 02 (dois) meses, a partir de 20.03.97
PROCESSO Nº : 05500002082/97
INTERESSADO : MARCIO EDUARDO DIAS
PRONTUÁRIO : 42.683.182-9/SP
INFRAÇÃO : Artigo 181 Inciso I do RCNT
PERÍODO : 02 (dois) meses, a partir de 19.03.97

LUIS RIOGI MIURA,

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 295, DE 14 DE ABRIL DE 1997

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43, Inciso XI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535, de 29 de dezembro de 1976, resolve:
CASSAR a CNH abaixo especificada, com base no Artigo 200, Inciso I, Regulamento do Código Nacional de Trânsito, por ter seu titular sido encontrado no dia 20.02.97, dirigindo veículo automotor quando estava com a mesma apreendida legalmente, conforme Instrução de Serviço nº e Auto de Infração nº 080891.
PROCESSO Nº : 05500002083/97 CATEGORIA/UF: "D" - DF
INTERESSADO : FRANCISCO BARTOLOMEU DA SILVA
PRONTUÁRIO : 00130673760/DF

LUIS RIOGI MIURA,

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 296, DE 14 DE ABRIL DE 1997

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43, Inciso XI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535, de 29 de dezembro de 1976, resolve:
APREENDER com fulcro no Artigo 199 Item VI e seu Parágrafo 1º do RCNT a Cartéira Nacional de Habilitação abaixo especificada. Em consequência fica o referido condutor SUSPENSO do direito de dirigir veículo automotor. A penalidade será reduzida à metade se o condutor fizer o Curso de Reciclagem na Gerência de Educação de Trânsito.
PROCESSO Nº : 05500002085/97
INTERESSADO : GLORIVANIO FERREIRA ALBERNAZ
PRONTUÁRIO : 00.039.223-5/DF
INFRAÇÃO : Artigo 181 Inciso XXX Alínea f do RCNT
PERÍODO : 02 (dois) meses, a partir de 06.03.97

LUIS RIOGI MIURA,

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 297, DE 14 DE ABRIL DE 1997

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43, Inciso XI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535, de 29 de dezembro de 1976, resolve:
APREENDER com fulcro no Artigo 199 Item I e seu Parágrafo 1º do RCNT a Carteira Nacional de Habilitação abaixo especificada. Em consequência fica o referido condutor SUSPENSO do direito de dirigir veículo automotor, sem direito à redução de penalidade.
PROCESSO Nº : 05500002086/97
INTERESSADO : IEGE TADEU FERREIRA DE LIMA
PRONTUÁRIO : 00145334850/DF
INFRAÇÃO : Artigo 181 Inciso II do RCNT
PERÍODO : 01 (um) mês, a partir de 20.03.97

LUIS RIOGI MIURA,

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 298, DE 9 DE ABRIL DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O ARTIGO 39, INCISO X, DO DECRETO Nº 3534, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1976, E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NO ARTIGO 23 DO MESMO DIPLOMA LEGAL, considerando que as atividades do DETRAN-DF devem ser racionalizadas mediante a simplificação de processos e supressão de controles que se evidenciem como puramente formais ou cujo custo seja superior ao risco, resolve: Art. 1º Dispensar a vistoria veicular: I- para a expedição de 2ª via do CRV/DUT quando não houver troca de placa, desde que requerida pelo proprietário do veículo ou seu procurador legal devidamente identificado e mediante justificativa da perda ou dano do referido documento. II- Primeiro emplacamento de veículos nacionais e estrangeiros cadastrados na Base de Índice Nacional (BIN), exceto veículo de fabricação estrangeira importados por importador independente (4ª via); Alteração de dados (conversão de combustível) quando não houver a troca do motor. Será obrigatório a apresentação de todas as Notas Fiscais de peças e serviços. quando houver mudanças de propriedade e/ou característica. Art. 2º Efetuar o registro de alteração do cadastro apenas no formulário de transferência, quando a mesma for feita com instrumento de procuração, cobrando-se as taxas de alteração de cadastro, emitindo-se o CRV em nome do último comprador. Art. 3º Esta Instrução de Serviço entra em vigor na data de sua publicação, retificando a I.S. nº202, revogadas as disposições em contrário.

LUIS RIOGI MIURA

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 299, DE 14 DE ABRIL DE 1997

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43, Inciso XI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535, de 29 de dezembro de 1976, resolve:
APREENDER com fulcro no Artigo 199 Item II e seu Parágrafo 1º do RCNT as Carteiras Nacional de Habilitação abaixo especificadas. Em consequência ficam os referidos condutores SUSPENSOS do direito de dirigir veículo automotor. A penalidade será reduzida à metade se os condutores fizerem o Curso de Reciclagem na Gerência de Educação de Trânsito.
PROCESSO Nº : 05500002064/97
INTERESSADO : FLORIANO CATHALA L. NETO
PRONTUÁRIO : 00080915867/DF
INFRAÇÃO : Artigo 181 Inciso III do RCNT
PERÍODO : 06 (seis) meses, a partir de 18.03.97
PROCESSO Nº : 05500002065/97
INTERESSADO : JOSE DO CARMO S. RODRIGUES
PRONTUÁRIO : 11.211.470-9/DF
INFRAÇÃO : Artigo 181 Inciso III do RCNT
PERÍODO : 03 (três) meses, a partir de 19.03.97
PROCESSO Nº : 05500002066/97
INTERESSADO : RICARDO BARANDIER TOSCANO
PRONTUÁRIO : 00.231.859-8/DF
INFRAÇÃO : Artigo 181 Inciso III do RCNT
PERÍODO : 06 (seis) meses, a partir de 17.03.97
PROCESSO Nº : 05500002067/97
INTERESSADO : GUSTAVO CORREIA LACERDA
PRONTUÁRIO : 00136079190/DF
INFRAÇÃO : Artigo 181 Inciso III do RCNT
PERÍODO : 03 (três) meses, a partir de 24.03.97
PROCESSO Nº : 05500002068/97
INTERESSADO : JOÃO RODRIGUES FRAZÃO
PRONTUÁRIO : 00.131.719-9/DF
INFRAÇÃO : Artigo 181 Inciso III do RCNT
PERÍODO : 06 (seis) meses, a partir de 24.03.97

LUIS RIOGI MIURA,

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 300, DE 14 DE ABRIL DE 1997

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43, Inciso XI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535, de 29 de dezembro de 1976, resolve:
APREENDER com fulcro no Artigo 199 Item XIII e seu Parágrafo 1º do RCNT as Carteiras Nacional de Habilitação abaixo especificadas. Em consequência ficam os referidos condutores SUSPENSOS do direito de dirigir veículo automotor. A penalidade será reduzida à metade se os condutores fizerem o Curso de Reciclagem na Gerência de Educação de Trânsito.
PROCESSO Nº : 05500002069/97
INTERESSADO : ALCIR MENDES ARAUJO
PRONTUÁRIO : 24.455.148-0/MG
INFRAÇÃO : Artigo 181 Inciso XXIX do RCNT
PERÍODO : 02 (dois) meses, a partir de 18.03.97
PROCESSO Nº : 05500002070/97
INTERESSADO : ANTONIO CARLOS C. TORRES
PRONTUÁRIO : 00050886548/DF
INFRAÇÃO : Artigo 181 Inciso XXIX do RCNT
PERÍODO : 06 (seis) meses, a partir de 20.03.97
PROCESSO Nº : 05500002071/97
INTERESSADO : WELSON FAUSTO ANTONIO
PRONTUÁRIO : 00142499031/DF
INFRAÇÃO : Artigo 181 Inciso XXIX do RCNT
PERÍODO : 02 (dois) meses, a partir de 21.03.97
PROCESSO Nº : 05500002072/97
INTERESSADO : ANTONIO DUARTE NETO
PRONTUÁRIO : 11.699.721-4/GO
INFRAÇÃO : Artigo 181 Inciso XXIX do RCNT
PERÍODO : 02 (dois) meses, a partir de 14.03.97
PROCESSO Nº : 05500002073/97
INTERESSADO : JOSE CARVALHO DE OLIVEIRA
PRONTUÁRIO : 11.456.946-0/GO
INFRAÇÃO : Artigo 181 Inciso XXIX do RCNT
PERÍODO : 02 (dois) meses, a partir de 14.03.97
PROCESSO Nº : 05500002074/97
INTERESSADO : JOSE CESAR ALBUQUERQUE COSTA
PRONTUÁRIO : 14.217.947-7/PA
INFRAÇÃO : Artigo 181 Inciso XXIX do RCNT
PERÍODO : 02 (dois) meses, a partir de 21.03.97

LUIS RIOGI MIURA,

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 301, DE 14 DE ABRIL DE 1997

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43, Inciso XI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535, de 29 de dezembro de 1976, resolve:
APREENDER com fulcro no Artigo 199 Item II e seu Parágrafo 1º do RCNT as Carteiras Nacional de Habilitação abaixo especificadas. Em consequência ficam os referidos condutores SUSPENSOS do direito de dirigir veículo au

tomotor. A penalidade será reduzida à metade se os condutores fizerem o Curso de Reciclagem na Gerência de Educação de Trânsito.
PROCESSO Nº : 05500002075/97
INTERESSADO : FRANCISCO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PRONTUÁRIO : 00049612344/DF
INFRAÇÃO : Artigo 181 Inciso III do RCNT
PERÍODO : 06 (seis) meses, a partir de 14.03.97
PROCESSO Nº : 05500002076/97
INTERESSADO : FRANCISCO SILVA BORGES
PRONTUÁRIO : 00.467.305-0/DF
INFRAÇÃO : Artigo 181 Inciso III do RCNT
PERÍODO : 06 (seis) meses, a partir de 14.03.97
PROCESSO Nº : 05500002077/97
INTERESSADO : CARLOS AUGUSTO P. DA SILVA
PRONTUÁRIO : 00134657657/DF
INFRAÇÃO : Artigo 181 Inciso III do RCNT
PERÍODO : 06 (seis) meses, a partir de 21.03.97
PROCESSO Nº : 05500002078/97
INTERESSADO : JOAQUIM BARBOSA NOGUEIRA
PRONTUÁRIO : 11.530.319-7/GO
INFRAÇÃO : Artigo 181 Inciso III do RCNT
PERÍODO : 06 (seis) meses, a partir de 20.03.97

LUIS RIOGI MIURA,

GERÊNCIA DE APRENDIZAGEM E HABILITAÇÃO

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 284, DE 15 DE ABRIL DE 1997

O GERENTE DE APRENDIZAGEM E HABILITAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43, Inciso XI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535, de 29 de dezembro de 1976, por Delegação de Competência expressa na Instrução de Serviço Nº 336, de 07.04.94 e tendo em vista o que consta do Processo abaixo especificado, resolve: APREENDER a CNH do condutor abaixo especificado, em cumprimento a Determinação Judicial e suspendê-lo do direito de dirigir veículos automotores até a realização de novos exames de Sanidade Física, Mental, Psicotécnico, Legislação de Trânsito e Prática de Direção, como determina o Artigo 77 da Lei Nº 5.108/66 e Resoluções Nºs 734/89 e 798/95 do CONTRAN.
PROCESSO Nº: 055.001862/97
PROCESSO/JUSTIÇA: 04645896/VEC - Of. 2197/97
INTERESSADO: MARCELO SOUZA MARQUES
PRONTUÁRIO:

MÁRCIO ANDRÉ LAQUIZ

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 292, DE 15 DE ABRIL DE 1997

O GERENTE DE APRENDIZAGEM E HABILITAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43, Inciso XI do Regimento aprovado pelo Decreto 3535 de 29 de dezembro de 1976, por Delegação de Competência expressa na Instrução de Serviço nº 336 de 07.04.94 e tendo em vista o que consta do processo abaixo especificado, resolve: APREENDER a Carteira Nacional de Habilitação do condutor abaixo discriminado, em cumprimento a Determinação Judicial, e suspendê-lo do direito de dirigir veículos automotores pelo prazo de 02 (dois) meses e, posteriormente, o condutor deverá ser submetido a novos exames de sanidade física, mental, psicotécnico, legislação de trânsito e prática de direção, como determina o artigo 77 parágrafo 2º da Lei 5.108/66, e Resoluções 734/89 e 798/95 do CONTRAN. Após aprovação nos exames supracitados, a Carteira Nacional de Habilitação será restituída ao condutor
Processo nº : 055004665/96
Interessado : SILVIMAR RODRIGUES DE MAGALHÃES
Registro nº : 00044230280/DF

MÁRCIO ANDRÉ LAQUIZ

SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 15 de abril de 1997

REFERÊNCIA : Processo nº 150.000.081/97
INTERESSADO : CEB - Companhia Energética de Brasília
ASSUNTO : Inexigibilidade de Licitação

Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, a Inexigibilidade de Licitação em favor do credor acima mencionado, conforme 97NE00118, para fazer face às despesas com instalação de 03 (três) refletores com lâmpadas a vapor de mercúrio 400-watt, nas esculturas da cabeça de Tiradentes e João Pinheiro, localidas na Praça dos três Poderes. A inexigibilidade foi fundamentada de acordo com o Caput do artigo 25, da Lei nº 8.666/93, de 21/06/93, tendo em vista a justificativa e a documentação constante do processo acima citado.
Publique-se e devolva-se à Divisão de Administração Geral, para as devidas providências.

EVANDRO VILELA T. DE SALLES
Adjunto

Cultura fm 100,9
UMA EMISSORA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE TRABALHO

DEPARTAMENTO DE EMPREGO

DESPACHO DO DIRETOR GERAL
Em 15 de abril de 1997

Processo nº 030.002.489/97
Interessado: ASSEPRO - ASSOCIAÇÃO DE ENSINO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO DF.
Assunto: Dispensa de Licitação
Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, a dispensa de licitação, em favor do interessado acima citado, relativa a contratação de instituição especializada para o desenvolvimento de atividades de capacitação profissional, no âmbito do Programa de Qualificação Profissional objeto do CONVÊNIO/MTb/SEFOR/CODEFAT nº 008/96 - STb/DF - em execução pelo Departamento de Emprego do Distrito Federal - DEPEM/DF. Esta dispensa de licitação foi fundamentada nos termos do Inciso XIII, do art. 24, da Lei nº 8.666/93. Publique-se e encaminhe-se ao DAG/DEPEM-DF para providências complementares.

RAIMUNDO FERREIRA DA SILVA JÚNIOR
'Respondendo

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 17 de abril de 1997

PROCESSO Nº : 094.000.390/97
INTERESSADO : ASPLA/SLU/DF
ASSUNTO : Aquisição de cópias heliográficas

DE ACORDO com a instrução oferecida pelo Senhor Diretor Administrativo-Financeiro, RECONHEÇO a situação de inexigibilidade de licitação em favor da CODEPLAN - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL, para atender despesas com tiragem de cópias heliográficas de plantas baixas do Plano Piloto e das Cidades Satélites, amparado pelo caput do artigo 25, da Lei nº 8.666/93. Em decorrência, RATIFICO-A, para os efeitos do art. 26, do mesmo diploma legal, bem assim autorizo a realização da despesa e a emissão de Nota de Empenho - POR ESTIMATIVA - no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), com base nos art. 38, inciso I e 39, inciso II, ambos do Decreto nº 16.098/94. Publique-se, após à DAF para as demais providências.

Em 18 de abril de 1997

PROCESSO Nº : 094.000.947/96
INTERESSADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL
ASSUNTO : Honorários de perito judicial

DE ACORDO com a instrução oferecida pelo Senhor Diretor Administrativo-Financeiro, RECONHEÇO a situação de inexigibilidade de licitação em favor do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL, amparada pelo art. 25, inciso II, combinado com art. 13, inciso II, ambos da Lei nº 8.666/93, referente à despesa com a realização de perícia judicial no processo nº 11.670/96 - 7ª Vara da Fazenda Pública, pertinente à ação de execução movida pela EBAL - EMPRESA DE SEGURANÇA LTDA contra esta Autarquia. Em decorrência, RATIFICO-A, para os efeitos do art. 26, do mesmo diploma legal, bem assim DETERMINO a emissão de Nota de Empenho - ORDINÁRIO - no valor de R$ 8.560,00 (oito mil, quinhentos e sessenta reais), em favor do citado Tribunal, e o respectivo pagamento, com base nos art.38, inciso I e 39, incisos II e IV, do Decreto nº 16.098/94.

LUCIANO SALES OLIVEIRA

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DAS SESSÕES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Nº 3238

Aos 10 dias do mês de abril de 1997, às 10 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros FREDERICO AUGUSTO BASTOS, JOSÉ EDUARDO BARBOSA, RONALDO COSTA COUTO, MARLI VINHADELI, JOSÉ MILTON FERREIRA e MAURÍLIO SILVA, os Auditores OSVALDO RODRIGUES e JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS e a representante do Ministério Público junto a esta Corte, Procuradora-Geral CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, o Presidente, Conselheiro JORGE CAETANO, declarou aberta a sessão.

E X P E D I E N T E

Foram aprovadas as atas das Sessões Ordinária nº 3237 e Extraordinária Administrativa nº 244, ambas de 08.04.97.

J U L G A M E N T O S

Inicialmente, o Senhor Presidente informou ao Tribunal que constava da pauta desta sessão o Processo nº 7696/96, tendo como Relator o Auditor OSVALDO RODRIGUES e que trata de consulta formulada pelo Senhor Secretário de Educação a respeito de aspectos ligados ao relacionamento funcional dos servidores

integrantes da Carreira Magistério Público do Distrito Federal, matéria de interesse de servidores da Fundação Educacional do Distrito Federal.

Em seguida, em deferência à presença de diversos servidores daquela entidade, na Sala das Sessões, o Senhor Presidente, com a concordância dos demais membros do Plenário, concedeu, prioritariamente, a palavra ao Auditor OSVALDO RODRIGUES para o relato do referido processo.

PROCESSO Nº 7696/96 (apenso o de nº 6070/96) - Consulta formulada pelo Senhor Secretário de Educação a respeito de aspectos ligados ao relacionamento funcional dos servidores integrantes da Carreira Magistério Público do Distrito Federal. - DECISÃO Nº 2050/97.- O Tribunal, acolhendo em parte a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento, em caráter excepcional, da consulta em exame, decidiu esclarecer ao Secretário de Educação do Distrito Federal, em atenção ao Ofício nº 1.407/96-SE, que: I) no caso de a Corte julgar ilegal uma concessão com proventos integrais, devido a insuficiência de tempo de serviço, a fundamentação legal da aposentadoria pode ser retificada (com anuência expressa do interessado), para a modalidade de inativação com proventos proporcionais ao tempo de serviço (alínea a do item I). Não havendo determinação quanto ao ressarcimento dos valores pagos a maior, a causa da ilegalidade deverá ser avaliada pela Administração. Na hipótese de falha na interpretação de norma legal de regência, a restituição do indébito é dispensável. Tratando-se, todavia, de erro crasso de procedimento, como, por exemplo, mero equívoco na contagem do tempo de serviço, o ressarcimento é obrigatório (alínea b); II) na hipótese de julgamento pela ilegalidade de uma aposentadoria, na nova concessão, para efeito de cumprimento da carência legal exigida, em relação à gratificação TIDEM e jornada de 40 horas, o período durante o qual o servidor permaneceu aposentado é considerado causa de suspensão na contagem, podendo ser tomado o tempo anterior para essa finalidade, desde que o servidor volte ao regime do TIDEM e das 40 horas e nele se mantenha até a nova inativação (item II, alíneas a e b); III) o aproveitamento parcial do tempo de inatividade, a pedido do interessado, para nova aposentadoria, com proventos proporcionais, não prejudica a percepção da gratificação do TIDEM nem as vantagens das 40 horas, observadas as condições constantes do item II desta proposta; IV) a averbação tardia de tempo de serviço anterior à inativação, acarretando o preenchimento pelo interessado, em dezembro de 1992, do requisito legal para inativação voluntária, com proventos integrais, viabiliza a retificação do ato concessório, para inclusão da vantagem do art. 184 da antiga Lei nº 1.711/52 (alínea e do item II); V) não dispondo a Fundação Educacional de informações concretas a respeito, a lotação do Professor em estabelecimento de ensino, sem que ali ocupe cargo em comissão ou desempenhe outra função que não a de regência de classe, pode ser considerada como tendo estado ele no efetivo exercício de funções de magistério, para efeito de aposentadoria especial, na conformidade do entendimento vigorante a contar de 12.7.96, sem prejuízo da exigência de declaração do próprio punho, sob as penas da lei, informando o Professor que no período considerado desempenhou a atividade de regência de classe; VI) a orientação anterior quanto ao significado de efetivo exercício de funções de magistério vigora até 11.7.96, como decidido no Processo nº 3069/96; VII) as aposentadorias especiais concedidas a Especialistas de Educação, fundamentadas no art. 41, III, b, da Lei Orgânica do Distrito Federal, consideradas ilegais por este Tribunal, por vício de constitucionalidade desses dispositivos, na parte pertinente, não podem ser revistas para ser consideradas válidas porque anteriores à decisão do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE nº 182015-23, visto que essa decisão do Pretório Excelso nada se refere ao caso, a par de continuar a Corte no firme entendimento de que a inconstitucionalidade parcial da alínea b do inciso III do art. 41 da Lei Orgânica do Distrito Federal é patente, cabendo-lhe, em conseqüência, recusar a sua aplicação, nos termos da Súmula 347 do STF; VIII) alertar a Fundação Educacional que esta Corte não mais tolerará o descumprimento de suas decisões que declarem a ilegalidade de concessões, grave irregularidade essa que se verifica no tocante às aposentadorias de Especialistas de Educação, ficando o responsável sujeito à penalidade prevista na lei; IX) recomendar ao Senhor Secretário de Educação do Distrito Federal que, doravante, ao formular consulta a esta Corte, observe com rigor o disposto no art. 194 e seus parágrafos do Regimento Interno, o que não ocorreu no presente caso; X) finalmente, encaminhar à Jurisdicionada, para maior esclarecimento, cópia da decisão e da proposta do Relator. Decidiu, ainda, acolhendo voto do Conselheiro FREDERICO AUGUSTO BASTOS, pelo sobrestamento da apreciação da matéria contida no inciso III da proposta do Relator, até a conclusão dos estudos sobre o assunto que estão sendo realizados pelo órgão de apoio técnico da Corte. Decidiu, mais, mandar publicar, em anexo à presente ata, a referida proposta.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO FREDERICO AUGUSTO BASTOS

PROCESSO Nº 3840/81 (anexo o de nº 3437/90) - Revisão dos proventos da aposentadoria de MARIA HELENA DE FREITAS ZANETTI-SEA - DECISÃO Nº 2051/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, determinou o retorno dos autos à SEA/DF para que, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) torne sem efeito o abono provisório de fl. 103, bem como a retificação promovida pela Portaria de fls. 100 e 101; b) retifique o ato de fl. 79 para consignar corretamente o cargo de Especialista de Educação, Padrão XX, da Classe Única, mencionando a exclusão do art. 184, inciso I, da Lei nº 1.711/52, contando os efeitos a partir de 26.03.90; c) elabore novo abono provisório, retratando a situação da letra anterior, observando as disposições da Decisão Normativa nº 02/93-TCDF.

PROCESSO Nº 5125/83 (anexo o de nº 5045/90) - Aposentadoria de SIZINO BERTOLINO DOS SANTOS-SSP. - DECISÃO Nº 2052/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu encaminhar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 1267/85 - Aposentadoria de JOSÉ ROSENDO-PC. - DECISÃO Nº 2053/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 0992/86 - Revisão dos proventos da aposentadoria de GUARACY LOPES DE MORAES-PC. - DECISÃO Nº 2054/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu encaminhar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 6550/91 - Aposentadoria de SÔNIA MARIA FALCÃO LEMES-FEDF. - DECISÃO Nº 2055/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 0840/93 - Relatório de inspeção programada realizada na Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda., em cumprimento ao GAPLAN/93. - DECISÃO Nº 2056/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) determinar que as cópias das fls. 240 a 245, mais 260 e 261, sejam anexadas ao Processo 1634/96, para avaliação conjunta naqueles autos; b) determinar que as cópias das fls. 253 a 255 sejam anexadas aos Processo 6364/93 e 4375/94, para avaliação conjunta naqueles autos; c) determinar o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 7813/93 (apensos os de nºs 040.002.902/93 e 040.004.723/93) - Tomada de contas anual dos ordenadores de despesa da Região Administrativa V - Sobradinho, relativa ao exercício de 1992. - DECISÃO Nº 2057/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta, em parte, o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento dos documentos de fls. 83/148 do processo apenso nº 040.004.723/93 e fls. 29/34 dos autos em apreço, considerando cumprida a diligência proposta na Decisão nº 9751/95; b) relevar o atraso no encaminhamento da citada Tomada de Contas Anual, bem como a falta do relatório do controle interno sobre a eficiência e eficácia da gestão do ordenador de despesa previsto no inciso VII, art. 140, do Regimento Interno deste Tribunal; c) julgar regulares, de acordo com o art. 17, inciso I, da Lei Complementar nº 01, de 09.05.94, as Contas do Ordenador de Despesa da Região Administrativa V-Sobradinho, exercício de 1992, e autorizar, em conseqüência, a expedição do competente certificado de quitação à servidora ANILCÉIA LUZIA MACHADO; d) autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE e a devolução dos apensos à origem.

PROCESSO Nº 0271/94 (apensos os de nºs 040.002.985/93, 040.004.794/93, 040.008.891/95 e 1 volume) - Tomada de contas anual dos ordenadores de despesa do Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos, relativa ao exercício de 1992. - DECISÃO Nº 2058/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento dos documentos acostados às fls. 3/62 do processo apenso nº 040.008.891/95, considerando cumprida a diligência ordenada pela Decisão nº 8956/95; b) relevar as falhas apontadas quanto ao descumprimento do prazo de encaminhamento das Contas Anuais IDRH - 1992 ao Tribunal, bem como a falta do relatório do controle interno sobre a eficiência e eficácia do órgão em questão; c) julgar regulares, de acordo com o art. 17, inciso I, da Lei Complementar nº 1, de 09.05.94, as Contas dos Ordenadores de Despesa do Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos, exercício de 1992, e autorizar, em conseqüência, a expedição dos competentes certificados de quitação aos servidores ELIZABET GARCIA CAMPOS, HÉLVIO FERREIRA, VENCESLAU MOURA LOPES e OSCAR CAETANO DE FARIA; d) autorizar o retorno do apenso à origem e dos autos em apreço à 1ª ICE, para as providências pertinentes.

PROCESSO Nº 4019/94 - Contrato nº 3093/94 e outros ajustes, celebrados entre a Companhia de Água e Esgotos de Brasília e terceiros. - DECISÃO Nº 2059/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento dos Contratos nºs 3392/95 e 3571/96 e do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 3247/95; II - relevar a ausência de especificação do fundamento legal para a inexigibilidade da licitação nos Contratos nºs 3392/95 e 3571/96; III - recomendar à CAESB que faça constar do preâmbulo dos contratos o fundamento legal para a dispensa ou inexigibilidade de licitação, em respeito ao Enunciado nº 13 desta Casa; IV - determinar o retorno dos autos à 2ª ICE.

PROCESSO Nº 2438/95 (apenso o de nº 101.000.536/93 e 1 volume) - Prestação de contas do Convênio nº 07/89, celebrado entre a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal e a Creche Medalha Milagrosa. - DECISÃO Nº 2060/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 4490/95 - Ofício da 2ª JCJ/BSB/DF-483/95, mediante o qual a Juíza Presidente da 2a. Junta de Conciliação e Julgamento de Brasília encaminha à Corte cópias de peças extraídas dos autos do Processo 2ª JCJ/DF-nº 323/95, que trata de reclamação trabalhista ajuizada por ex-servidores da então Sociedade de Habitações de Interesse Social. - DECISÃO Nº 2061/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do Ofício 437/96 (fl. 76); II - determinar ao IDHAB que, quando do conhecimento da sentença transitada em julgado, caso se verifique prejuízo ao Erário em virtude de desídia dos administradores na condução das dispensas dos empregados quando da transformação da SHIS em Autarquia, instaure Tomada de Contas Especial, conforme o estipulado no Regimento Interno desta Corte; III - autorizar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 6227/95 (apenso o de nº 054.001.445/95) - Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo, em decorrência de acidente de trânsito. - DECISÃO Nº 2062/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento da tomada de contas especial em apreço, comunicada à Corte pelo Ofício nº 606/CPTCE, de 5.12.95, que trata dos danos sofridos pela viatura UNO MILLE nº 55.1175, tombamento nº 50.068-02; b) relevar o atraso apontado pela instrução; c) dar por suprida a referida TCE, com fulcro no artigo 157, II, do RI/TCDF, considerando a recuperação da viatura às expensas do Sr. CÉLIO JOSÉ CAMPOS, CPF nº 565.711.516-34, considerando-o quite com o erário distrital, neste caso; d) autorizar o encaminhamento do processo à 1a. ICE e a devolução do apenso à origem.

PROCESSO Nº 6238/95 - Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem. - DECISÃO Nº 2063/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento da TCE em questão, relevando as falhas apontadas pela instrução; b) em face do reaparecimento do bem, dar por encerrada a referida TCE, com a conseqüente baixa na responsabilidade do senhor MÁRCIO CLEBER G. DA SILVA; c) determinar, apênas, o arquivamento dos autos, eis que inexiste processo apenso a ser devolvido à origem.

PROCESSO Nº 2574/96 - Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem. - DECISÃO Nº 2064/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: a) conhecer da TCE de que cuida o Processo nº 050.000.264/96, comunicada à Corte pelo Ofício nº 333/95, de 06.03.96; b) relevar a inobservância do prazo regimental, previsto no artigo 158 do RI/TCDF, por parte da SSP; c) nos termos do artigo 157, II, do RI/TCDF, considerar suprida a referida Tomada de Contas Especial, tendo em conta o reaparecimento e recolhimento do bem desaparecido, promovido pelo servidor NILTON RIBEIRO DOS SANTOS, matrícula nº 21.049-8; d) julgar regulares as contas e considerar o servidor NILTON RIBEIRO DOS SANTOS, matrícula nº 21.049-8, quite com o erário distrital, neste caso; e) ordenar o retorno dos autos à 1a. ICE para arquivamento.

PROCESSO Nº 2609/96 - Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem. - DECISÃO Nº 2065/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: a) conhecer da TCE de que cuida o Processo nº 050.000.257/96, comunicada à Corte pelo Ofício nº 313/95, de 05.03.96; b) relevar a inobservância do prazo regimental, previsto no artigo 158 do RI/TCDF, por parte da SSP; c) nos termos do artigo 157, II, do RI/TCDF, considerar suprida a referida Tomada de Contas Especial, tendo em conta o reaparecimento e recolhimento do bem desaparecido, promovido pelo servidor JOSÉ LUIZ DE SOUZA, matrícula nº 23.647-0; d) julgar regulares as contas e considerar o servidor JOSÉ LUIZ DE SOUZA, matrícula nº 23.647-0, quite com o erário distrital, neste caso; e) ordenar o retorno dos autos à 1a. ICE para arquivamento.

PROCESSO Nº 2859/96 - Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo em decorrência de acidente de trânsito. - DECISÃO Nº 2066/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento da TCE de que cuida o Processo nº 050.000.399/96, comunicada à Corte pelo Ofício nº 492/96, de 03.04.96; b) relevar o atraso apontado na instrução; c) nos termos do inciso II, artigo 157, do RI/TCDF, considerar suprida a referida TCE, tendo em conta a satisfatória recuperação da viatura danificada, promovida pelo Sr. Neemias Oliveira Lima, responsabilizado nos autos; d) considerar o Sr. Neemias Oliveira Lima quite com o erário distrital, neste caso; e) ordenar o encaminhamento dos autos à 1ª ICE para arquivamento.

PROCESSO Nº 3032/96 - Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens. - DECISÃO Nº 2067/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: a) conhecer da TCE de que cuida o Processo nº 050.000.451/96, comunicada à Corte pelo Ofício nº 0537/96, de 08.04.96; b) relevar o atraso apontado pela instrução; c) nos termos do artigo 157, II, do RI/TCDF, considere suprida a referida Tomada de Contas Especial, tendo em conta o reaparecimento e recolhimento/apresentação dos bens objeto de TCE à Divisão de Material-SSP; d) julgar regulares as contas e considerar o servidor RAIMUNDO DE CARVALHO SOBRINHO, matrícula nº 19.253-8, quite com o erário distrital, neste caso; e) ordenar o retorno dos autos à 1a. ICE para arquivamento.

PROCESSO Nº 3038/96 - Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal para apurar a responsabilidade pelo desaparecimento de bens. - DECISÃO Nº 2068/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: a) conhecer da TCE de que cuida o Processo nº 050.000.445/96, comunicada à Corte pelo Ofício nº 0543/96, de 08.04.96; b) relevar o atraso apontado pela instrução; c) nos termos do artigo 157, II, do RI/TCDF, considerar suprida a citada Tomada de Contas Especial, tendo em conta a regularização patrimonial dos bens objeto da TCE em apreço, promovido pelo servidor JOSÉ LUIZ DE SOUZA, matrícula nº 23.647-0; d) julgar regulares as contas e considerar o servidor JOSÉ LUIZ DE SOUZA, matrícula nº 23.647-0, quite com o erário distrital, neste caso; e) ordenar o retorno dos autos à 1a. ICE para arquivamento.

PROCESSO Nº 3766/96 (apenso o de nº 054.000.515/96) - Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo em decorrência de acidente de trânsito. - DECISÃO Nº 2069/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento da tomada de contas especial em apreço, comunicada à Corte pelo Ofício nº 261/CPTCE, de 24.04.96, que trata dos danos sofridos pela viatura FIAT UNO MILLE NO-55.937, tombamento nº 28.251-36; b) relevar o descumprimento, por parte da PMDF, do prazo previsto no art. 158 do RI/TCDF, para conclusão da TCE; c) dar por suprida a TCE em apreço, com fulcro no art. 157, II, do RI/TCDF, haja vista a recuperação do citado bem patrimonial ter sido realizada às expensas do Sr. Carlos Antônio Barbosa, CI/RG nº 980.503-SSP/DF, considerando-o, quanto ao débito tratado no processo, quite com o erário distrital; d) recomendar à PMDF que observe o disposto no art. 156, e seus parágrafos, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 38/90, em respeito ao princípio da economicidade; e) autorizar o encaminhamento do processo à 1ª ICE e a devolução do apenso à origem.

PROCESSO Nº 4915/96 - Prestação de contas da aplicação de suprimento de fundos concedido por esta Corte ao servidor FRANCISCO DAS CHAGAS FIGUEIREDO DA SILVA. - DECISÃO Nº 2070/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: a) conhecer da concessão em apreço e prestação de contas de suprimento de fundos, julgando-a regular; b) autorizar o encaminhamento dos autos ao Serviço de Contabilidade para baixa na responsabilidade do servidor Francisco das Chagas Figueiredo da Silva, matrícula nº 0773-1; c) ordenar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 5418/96 - Representação da 1ª Inspetoria de Controle Externo, na qual acusa a constatação, em razão de auditoria levada a efeito na Secretaria de Governo do Distrito Federal, de irregularidade na realização de despesas de instalação do imóvel funcional destinado à residência da Vice-Governadora do Distrito Federal. - DECISÃO Nº 2071/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do ato de fl. 77, publicado no DODF de 08.11.96, e considerar cumprida a diligência ordenada em Sessão de 08.10.96 (Decisão nº 8879/96); b) determinar o arquivamento do processo, sem prejuízo de futuras averiguações.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ EDUARDO BARBOSA

PROCESSO Nº 2046/88 - Pensão civil concedida a MARLY MARIA DIAS-SEA. - DECISÃO Nº 2072/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO Nº 2418/89 - Inspeção programada levada a efeito na Região Administrativa IX - Ceilândia, objetivando verificar a regularidade e exatidão das receitas controladas pela jurisdicionada. - DECISÃO Nº 2073/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento do O.E. nº 511/95-GAB/RA-IX, de 21/12/95 (fls. 71/72); II. considerar cumprida a diligência resultante da Decisão nº 11.156/95, S.O. nº 3.112, de 19/9/95; III. autorizar a restituição dos autos à 1ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO Nº 2839/91 - Aposentadoria de JOÃO DE DEUS FARIAS-DER-DF. - DECISÃO Nº 2074/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu determinar ao Departamento de Estradas de Rodagem do DF-DER que, no prazo de 60 (sessenta) dias: I - elabore novo mapa de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 58, no sentido de corrigir o percentual do adicional por tempo de serviço para 20% (vinte por cento), em virtude de à época da concessão ainda encontrar-se em vigor a Lei nº 1.711/52; II - elabore outro Abono Provisório, em substituição ao de fl. 59, no sentido de: a) calcular suas parcelas, exceto vantagens pessoais, à razão de 33/35 (trinta e três trinta e cinco avos), tendo em conta o arredondamento do tempo de serviço previsto no art. 78, § 2º, da Lei nº 1.711/52; b) considerar o percentual de 20% (vinte por cento) no cômputo do ATS; c) observar, quando de sua elaboração, o contido no item II da Decisão Normativa nº 2/93-TCDF; III - informe se houve gozo do período da licença-prêmio concedida ao servidor, computado em dobro para fins de aposentadoria, como visto às fls. 11 e 58; IV - solicite a assinatura do responsável pela informação contida no documento de fl. 7 (mapa de licenças concedidas ao servidor), apondo, ainda, a data; V - autentique os documentos de fls. 11, 13 e 14; VI - torne sem efeito os documentos de fls. 58 e 59.

PROCESSO Nº 3576/92 - Aposentadoria de ALTINO JORGE DA SILVA-SES. - DECISÃO Nº 2075/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência junto à Secretaria de Saúde do DF para que, no prazo de 60 (sessenta) dias: I - confirme a informação referente aos 77 dias consignados como de efetivo exercício no ano de 1996 (fl. 40): a) caso positivo, juntar aos autos o novo pedido de aposentadoria do servidor; b) caso negativo: b.1) informar se o servidor foi consultado sobre seu interesse em retornar ao trabalho; b.2) elaborar novo mapa de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 40, para excluir o tempo de 77 dias das colunas "COMP. EFETIVO" e "PARA ADICIONAIS", e também, o quantitativo consignado na coluna "DISP.REMUN.", vez que o servidor encontrava-se aposentado e não em disponibilidade; II - elabore novo Abono Provisório, observando a DN nº 02/93-TCDF, em substituição ao de fl. 46, a fim de fazer constar: a) vencimento do cargo de Auxiliar de Administração Pública, Classe Especial, Padrão III (tabela de maio/96); b) adicional por tempo de serviço - 32%; c) concessão a partir do dia 30 de maio de 1996; III - torne sem efeito os documentos porventura substituídos.

PROCESSO Nº 5070/92 (apenso o de nº 082.010.560/96 e 1 volume) - Recurso de reconsideração das Decisões nºs 1907/94 (S.O. nº 2989, de 3/5/94) e 2908/94 (S.O. nº 3003, de 23/6/94) que consideraram inconstitucionais e ilegais as contratações temporárias de serviços de professores anunciadas pelos Editais nºs 04/92, 07/92 e 04/93 da Fundação Educacional do Distrito Federal. - DECISÃO Nº 2047/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 6604/94 (apenso o de nº 053.001.286/94) - Tomada de contas especial instaurada pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo oficial. - DECISÃO Nº 2076/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento da TCE em apreço, comunicada à Corte pelo OI nº 896/94-CBMDF; b) determinar ao Comandante do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal que, na forma do art. 156, parágrafo 1º, do RI/TCDF, adote providências com vistas ao ressarcimento do débito ao erário a ser efetuado pelo servidor militar CARLOS AUGUSTO CAMPOS, devendo a Corte ser disso noticiada no prazo de trinta dias; c) recomendar ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal que, em casos semelhantes, gestione junto ao responsabilizado para que este promova a recuperação do bem ou recolha o valor do débito, ainda que de maneira parcelada, na forma do art. 175 do RI/TCDF e do art. 46 da Lei nº 8.112/90, com vistas a agilizar a recomposição do patrimônio distrital; d) autorizar o encaminhamento processo à 1ª ICE, para as providências pertinentes.

PROCESSO Nº 0595/95 - Representação nº 001/95, da 4ª ICE, sobre a publicação no "Correio Braziliense", de 29/1/95, do Aviso nº 002/95-DEx/D.Pe. relativo à contratação temporária de professores pela FEDF, nos termos da Lei nº 8745, de 9/12/93, do Decreto nº 15.472, de 1º/3/94 e da Portaria nº 20/SEA/GDF, de 4/3/94. - DECISÃO Nº 2048/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 1245/95 - Contrato nº 034/94-P.PJU/CEB e outros, celebrados entre a Companhia Energética de Brasília e terceiros. - DECISÃO Nº 2077/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento do primeiro termo aditivo ao contrato da Companhia Energética de Brasília - CEB nº 061/95-G.SSU/CEB, assinado em 9/8/96; II. determinar à CEB que, no prazo de 30 (trinta) dias: a) informe quem assinou, em lugar do Diretor-Presidente, o referido termo aditivo, publicado no DODF de 10/9/96; b) colha as justificativas do responsável pelo referido aditamento, para efeito de aplicação da sanção prevista no artigo 57, inciso II, da Lei Complementar nº 1, de 9/5/94, tendo em vista o seguinte: b.1) inobservância da recomendação contida na Decisão nº 4851/96, S.O. nº 3169, de 13/6/96, encaminhada pelo OF.GP. nº 1291/96, de 20/6/96; b.2) prorrogação de contrato cuja duração já havia terminado; III. orientar a 3ª ICE para que, tão logo conclua a instrução decorrente do cumprimento do item anterior, remeta o processo diretamente ao Ministério Público junto ao Tribunal, cujo parecer é, desde logo, solicitado.

PROCESSO Nº 3790/95 - Contrato DIRAD/COMAP nº 94/046, celebrado entre o Banco de Brasília S.A. e a Tema Sistemas e Serviços Ltda. - DECISÃO Nº 2078/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento: a) do ofício PRESI-96/571, datado de 4/11/96, e do documento que o acompanha, fls. 29/30; b) do I termo aditivo ao contrato DIRAD/COMAP nº 94/046 (fl. 31), considerando-o formalmente regular; II - dar por cumprida a diligência determinada na Decisão nº 9033/96 e correta a utilização pelo Banco de Brasília, da apostila para adequar o prazo de vigência do contrato inicial ao art. 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/93; III - autorizar o encaminhamento dos autos à 1ª ICE, para os devidos fins, de acordo com o anexo I da Portaria TCDF nº 76/97.

PROCESSO Nº 3921/95 (apenso o de nº 056.000.174/95) - Balancete da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal, referente ao 2º trimestre de 1995. - DECISÃO Nº 2079/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do balancete referente ao 2º trimestre de 1995, da FUNAP, e dos expedientes de fls. 8 e 9; II - relevar o atraso e a falha apontados, com relação à conta Almoxarifado; III - autorizar a restituição dos autos à 1ª ICE, para juntada às contas da FUNAP do exercício de 1995.

PROCESSO Nº 5671/95 (apenso o de nº 056.000.133/95) - Balancete da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal, referente ao 3º trimestre de 1995. - DECISÃO Nº 2080/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, ao tomar conhecimento do citado balancete, relevou as falhas apontadas e determinou a juntada do processo às contas da FUNAP do exercício de 1995, para exame em confronto.

PROCESSO Nº 1386/96 (apenso o de nº 056.000.019/96) - Balancete da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal, referente ao 4º trimestre de 1995. - DECISÃO Nº 2081/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, ao tomar conhecimento do referido balancete, determinou a juntada do processo às contas anuais da entidade, pertinentes ao exercício de 1995, para aprofundamento, naqueles autos, das questões aqui levantadas, relevando-se o atraso apontado (item 2 das conclusões da instrução).

PROCESSO Nº 1823/96 (apensos 2 volumes) - Auditoria programada realizada pela 3ª ICE junto à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, relativa à 1ª etapa de fiscalização e controle da execução do Contrato nº 548/95, celebrado entre a NOVACAP e a firma ETEC - Empreendimentos Técnicos de Engenharia e Comércio S.A. - DECISÃO Nº 2082/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento: a) do contrato nº 548/95, celebrado entre a NOVACAP e a firma ETEC - Empreendimentos Técnicos de Engenharia e Comércio S.A., bem como de seu termo de aditamento "A"(fls. 2/17); b) dos resultados da auditoria relativa à primeira etapa de fiscalização e controle, bem como dos documentos anexados (fls. 1/214 - anexo); II. relevar: a) o equívoco cometido na publicação do referido contrato, que, ao invés de fazer referência à "Tomada de Preços nº 080/95", fez à

"Concorrência Pública nº 080/95"(fl. 2); b) o registro efetuado no primeiro termo aditivo sobre a vigência do contrato a partir de 3/11/95 (parágrafo único da cláusula primeira, fl. 16), quando a data correta seria 28/12/96; c) os erros relativos à composição dos custos da obra e às medições dos serviços, mencionados no parágrafo 21.1 da instrução, os quais consistem em mau dimensionamento da Distância Média de Transporte - DMT, previsão desnecessária do serviço de remoção de meios-fios, execução de quantitativo inferior ao previsto (no que se refere ao assentamento de meios-fios) e inscrição de quantitativo superior ao executado na medição dos serviços; III. recomendar à NOVACAP que, doravante: a) corrija o erro gráfico observado no item 2.3 do capítulo II do edital de tomada de preços nº 080/95, de forma a fazer correta referência às empresas que possam exercer funções de fiscalização a serviço da NOVACAP, em conformidade com os incisos I, II e § 1º do art. 9º da Lei nº 8666/93; b) em observância aos princípios elencados no caput do art. 3º da Lei nº 8.666/93, particularmente os referentes à igualdade e ao julgamento objetivo, retire de seus editais cláusulas com previsão de que os casos omissos serão resolvidos pela comissão de licitação; c) em quaisquer atos decorrentes da licitação, principalmente na avaliação e julgamento da habilitação, observe o disposto no caput do art. 41 da Lei nº 8.666/93, que vincula a Administração às normas e condições definidas em edital, alertando-a, ainda, para a penalidade prevista no inciso II, art. 57, da Lei Complementar nº 01/94, devido à habilitação da firma ETEC - Empreendimentos Técnicos de Engenharia e Comércio S.A. sem que constasse da sua documentação o exigido pelo item H do capítulo IV do edital de tomada de preços nº 080/95; d) a garantia contratual prestada em dinheiro, conforme dispõe o § 1º, art. 2º, c/c o art. 15 da MP nº 1.240, de 14/12/95, reeditada sob o nº 1.488-14, de 8/8/96, não deverá ser atualizada monetariamente; e) nas medições em que sejam feitos pagamentos referentes aos materiais betuminosos empregados na obra, seja anexada aos processos de pagamento respectivos pelo menos uma nota fiscal de cada tipo de material utilizado, cujas datas estejam dentro do período a que se referem as medições; f) sejam exigidas pela fiscalização os ensaios previstos nas normas de execução da NOVACAP, em todas as etapas de execução, ou sejam registradas, claramente, em diário de obra, as condições que propiciaram a liberação do trecho sem a sua realização; g) elabore croqui descritivo dos furos feitos para os ensaios de compactação, sejam eles de capa asfáltica ou de solos, no qual estejam todos locados e identificados por uma numeração contínua e distinta para os furos de uma mesma etapa de serviço (capa asfáltica, base, sub-base, subleito etc.), sendo que o mesmo deverá fazer parte dos laudos emitidos pelo laboratório; h) mantenha arquivo apropriado com os competentes laudos ou documentos que atestem a qualidade do agregado utilizado na fabricação do meio-fio; e ainda; IV. a título de colaboração, orientar a NOVACAP no sentido de que retire dos termos contratuais quaisquer imposições que levem a interpretação errônea sobre os direitos de recebimento pela contratada dos serviços executados, a exemplo da imposição feita no parágrafo quinto da cláusula terceira do contrato em comento; V. retornar os autos à 3ª ICE, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 1828/96 (apenso 1 volume) - Contrato nº 562/95, celebrado entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e a firma Mercantil Moreira Construções Ltda. - DECISÃO Nº 2083/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento a) do contrato nº 562/95, resultante da tomada de preços nº 056/95-ASCAL/PRES., celebrado entre a NOVACAP e a firma Mercantil Moreira Construções Ltda., bem como de seus termos de aditamento "A", "B", "C" e "D" (fls. 2/28); b) dos resultados da auditoria relativa à primeira etapa de fiscalização e controle, bem assim dos documentos juntados às fls. 1/192 - do volume anexo; II. relevar os erros nas definições dos prazos de vigência verificados nos termos aditivos "A", "B" e "C"; III. recomendar à NOVACAP que, doravante: a) observe a necessária distinção entre o termo genérico "garantia" e as modalidades específicas definidas pela Lei nº 8.666/93, art. 56, § 1º, em vista das previsões editalícias constantes do capítulo X, item 1.1 e do capítulo XI, item 1 (fls. 88/89 - anexo); b) fixe os percentuais de multa previstos em edital de acordo com os definidos pelo art. 107 do Decreto nº 10.996/88, em vista de os itens "b" e "d", item 5.1 do capítulo XII do edital (fl. 90 - anexo) apresentarem incorretamente a forma de cálculo das multas a que se referem; c) atualize o cronograma físico-financeiro das obras que sofram quaisquer alterações, sejam em termos de prazos e/ou recursos financeiros; IV. retornar os autos à 3ª ICE, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 2914/96 -- Contrato nº 004/96, celebrado entre o Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal e a firma MAQPLAN - Máquinas para Escritório Ltda. - DECISÃO Nº 2084/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento: a) dos ofícios O.E.IDHAB-DF.GP nº 652/96 (fl. 17) e nº 685/96 (fls. 23 e 24); b) do termo de rerratificação e aditamento ao contrato nº 004/96; II - considerar cumprida a Decisão nº 8018/96, S.O. nº 3193, de 5/9/96; III - relevar o atraso verificado no atendimento da diligência determinada na referida decisão; IV - autorizar o retorno dos autos à 3ª ICE, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 4882/96 (apenso o de nº 041.000.206/96) - Tomada de contas especial instaurada pelo Banco de Brasília S.A. para apurar responsabilidades de servidores pela concessão irregular de créditos a clientes das Agências Buriti e PAB/Codeplan, comunicada à Corte pelo Ofício PRESI-96/241. - DECISÃO Nº 2085/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I) preliminarmente, determinar diligência ao Banco de Brasília para que, no prazo de 30 (trinta) dias, remeta à Corte: a) documentos que informem os valores dos débitos gerados pelos clientes Fátima Regina de Souza Rezende, Maria das Graças Rego Santos, Maria José de Freitas Assunção, Antônio Jorge Vallejo, Arlete José Moniz e Antônio José Magalhães Leão, informando, ainda, o nome e matrícula dos servidores responsáveis, o montante e a origem do débito, tudo devidamente acompanhado da respectiva documentação comprobatória. Caso tais débitos tenham sido solvidos pelos clientes ou estejam sendo apurados em outro processo, promover a juntada de cópias autenticadas dos documentos que atestem tais ocorrências; b) relação sintética identificando todos os débitos apurados no processo, contendo em relação a estes as seguintes informações: nome do cliente, data de transferência da dívida para a conta "créditos em liqüidação", valor transferido nesta data, nome e matrícula do servidor responsabilizado; II) autorizar, para cumprimento da diligência, o retorno do apenso à origem.

PROCESSO Nº 5587/96 - Contrato nº 549/95, celebrado entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e a firma WRM - Engenharia e Construções Ltda. - DECISÃO Nº 2086/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta, em parte o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento: a) do Contrato 549/95 NOVACAP/WRM - Engenharia e Construções Ltda. (fls. 3/10) e dos termos aditivos "A" e "B"(fls. 15/22); b) dos resultados da auditoria concernente à primeira etapa de fiscalização e controle do ajuste, incluindo a documentação constante do volume anexo; II - autorizar a citação do servidor nominado no referido voto, por estar sujeito à sanção prevista no artigo 57, II, da Lei Complementar nº 1/94, para apresentar suas razões de defesa, no prazo de 30 (trinta) dias, pelo fato de ter atestado a execução e aprovado, para efeito de pagamento, diversos serviços, abaixo discriminados, quando foram mal executados ou estavam pendentes de execução: - piso quebrado; armação e instalação elétrica expostas; ausência de espelho de tomada de luz; trincas na parede; ausência de alguns tubos de escoamento de água (nos pilares); Shed's sem fechamento, ausência de ligação de esgoto, hoje efetuado pela FSS; ausência de impermeabilização; ausência de 6 janelas e 6 portas do Setor Técnico; vazamento na saída do vaso sanitário; colocação do balcão da recepção; colocação de vemiculite nas portas dos alojamentos; abaulamento das quinas dos pilares das alas; revisão dos cachimbos das portas das alas; retirada de calço de madeira dos pilares; retirada completa das formas de madeirite; regulagem das válvulas dos chuveiros; correção do caimento dos chuveiros; captação de águas pluviais e revisão geral na cobertura em argamassa armada; III - autorizar o retorno dos autos à 3ª ICE para dar continuidade do seu acompanhamento, verificando-se, na oportunidade da próxima etapa de auditoria, quais as providências adotadas pela NOVACAP com relação às questões elencadas nas letras d.1 e d.2 das proposições de fl. 35, e se houve ou não a formalização do terceiro termo aditivo ao ajuste, com vistas à deliberação proposta na letra "c". Ademais, determinar à inspetoria que, concluída a auditagem e recebida a defesa requerida no item II, encaminhe o feito ao Ministério Público junto ao Tribunal, para que tenha ensejo de pronunciar-se a propósito da nova instrução.

PROCESSO Nº 0788/97 - Decreto nº 18.008, de 30/01/97, que dispôs sobre a contratação de professor para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, pela Fundação Educacional do Distrito Federal. - DECISÃO Nº 2049/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO RONALDO COSTA COUTO

PROCESSO Nº 0918/90 (apenso 1 volume) - Termos aditivos ao Contrato nº 37/89, celebrados entre a Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central e a empresa Search Informática Ltda. - DECISÃO Nº 2087/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento dos termos aditivos ao Contrato nº 037/89, relevando os atrasos na publicação, o erro material apontado e a ausência do documento de remessa ao tribunal do 3º Termo Aditivo; II - determinar à jurisdicionada a indicação do(s) nome(s) do(s) responsável(is) pela elaboração do 10º, 11º e 12º Termos Aditivos ao Contrato nº 037/89, com vistas à aplicação da penalidade constante do inciso II, do art. 182, do RI/TCDF, assinando prazo de 30 dias para que apresentem suas razões de defesa.

PROCESSO Nº 1303/91 - Aposentadoria de JOSÉ ANTÔNIO DE ARAÚJO-SEA. - DECISÃO Nº 2088/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: I - determinar nova diligência junto à SEA/DF, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, junte aos autos declaração da Escola Técnica Federal de Goiás, esclarecendo se o período ali prestado pelo ex-servidor, na condição de aluno aprendiz, ocorreu de forma não eventual e se houve retribuição pecuniária à conta de recursos públicos; II - recomendar à jurisdicionada que proceda, inicialmente, à protocolização de quaisquer requerimentos impetrados pelas partes interessadas, antes do efetivo atendimento de tais pedidos.

PROCESSO Nº 1304/91 - Aposentadoria de NIVARDO BARROS DE MACEDO-SEFP. - DECISÃO Nº 2089/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu baixar os autos em diligência junto à SEFP/DF, para que sejam ultimadas as providências elencadas a seguir, no prazo de 60 dias: a) juntar comprovante do tempo de exercício na função de Chefe da Seção Financeira - DAG/SEG/ARNB/FC -08, quando da substituição do titular, no período informado no mapa de fl. 55; b) elaborar novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 56, de acordo com o disposto na DN/TCDF nº 02/93, objetivando considerar as parcelas do Adicional da Lei nº 6.732/79 na base de 1/5 do DAI-06 e 4/5 do DAS-02, conforme evidenciado no mapa de fl. 55; c) elaborar memorial descritivo das diferenças apuradas, providenciando, se for o caso, a reposição ao erário das importâncias pagas a maior, na forma do art. 46 da Lei nº 8.112/90.

PROCESSO Nº 3416/91 (apensos 2 volumes) - Contrato nº 003/91, celebrado entre o Departamento de Trânsito do Distrito Federal e a firma Rioforte Serviços Técnicos de Vigilância S.A. - DECISÃO Nº 2090/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do Ofício 016/97-GAB e anexos, considerando cumprida a diligência determinada pela Decisão nº 10.705/96; II - autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE, para subsidiar a análise da TCE objeto do Processo nº 055.000.020/91-DETRAN.

PROCESSO Nº 7003/93 - Contrato nº 004/91 - CJU/CEB, celebrado entre a Companhia Energética de Brasília - CEB e o Consórcio Engevix S.A. - DECISÃO Nº 2091/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento da Carta nº 341/96-PR (fls. 241 a 244) e documentos anexos (fls. 245 a 262), considerando parcialmente cumpridas as diligências; II - tomar conhecimento do Sétimo Termo Aditivo ao Contrato nº 004/91 (fls. 263 a 267); III - reiterar à CEB que, no prazo de trinta dias, identifique o responsável pela convocação da ENGEVIX para a fase de "WORKSTATEMENT" antes do julgamento das propostas, ferindo os princípios da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório.

PROCESSO Nº 5368/94 - Aposentadoria de MARLENE DUARTE CARDOSO-SEFP. - DECISÃO Nº 2092/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 6769/94 - Primeiro Termo Aditivo ao Contrato DIRAD/COMAP - 94/070, celebrado entre o Banco de Brasília S.A. e o PROCENGE - Processamento de Dados e Engenharia de Sistemas Ltda. - DECISÃO Nº 2093/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, ao tomar conhecimento do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato DIRAD/COMAP - 94/070, devolveu os autos à 2ª ICE, para as devidas providências.

PROCESSO Nº 1762/95 - Termo de Rerratificação ao Contrato nº 3.229/94, celebrado entre a Companhia de Água e Esgotos de Brasília e a empresa AVS - Construtora e Comércio Ltda. - DECISÃO Nº 2094/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do Termo de Rerratificação ao Contrato nº 3.229/94; II - determinar o arquivamento do processo, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO Nº 5486/95 - Convênio nº 072/92, celebrado entre o Distrito Federal, através da Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, do Instituto de Ecologia e Meio Ambiente, da Secretaria de Transportes, do Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos, e o Departamento de Trânsito do Distrito Federal. - DECISÃO Nº 2095/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) considerar cumprida a diligência ordenada, conforme Decisão nº 6.547/96, relevando o atraso no encaminhamento dos esclarecimentos solicitados; b) tomar conhecimento dos Anexos I e II do Convênio nº 072/92.

PROCESSO Nº 5792/95 - Aposentadoria de RAILDA FERREIRA MENDONÇA-FEDF. - DECISÃO Nº 2096/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu pela legalidade da concessão, para fins de registro do respectivo ato, devendo-se proceder a correção dos valores do abono provisório, posteriormente.

PROCESSO Nº 5801/95 - Aposentadoria de MARIA DOS ANJOS GONTIJO SILVA-FEDF. - DECISÃO Nº 2097/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 5913/95 - Aposentadoria de IDA PIMENTEL ULHOA ASSIS-FEDF. - DECISÃO Nº 2098/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 0250/96 - Aposentadoria de MARIA ALDENIR ANSELMO-FEDF. - DECISÃO Nº 2099/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar legal, para fins de registro, a respectiva concessão, consignando-se corretamente, "a posteriori", no ato da aposentadoria o dispositivo da LODF (art. 41, inciso III, alínea "c"); II - pela inclusão do feito em roteiro de auditoria programada.

PROCESSO Nº 0257/96 - Aposentadoria de MARIA DA CONCEIÇÃO LUNA SOUSA-FEDF. - DECISÃO Nº 2100/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

RELATADOS PELA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI

PROCESSO Nº 2613/87 - Tomada de contas anual dos Agentes de Material do Serviço de Limpeza Urbana, referente ao exercício de 1986. - DECISÃO Nº 2101/97.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 3033/90 - Resultados de Inspeção realizada na RA I - Brasília, objetivando verificar a regularidade dos Termos de Permissão de Uso das lojas e boxes dos Terminais Rodoviário e Rodoferroviário, Mercado das Flores e Parque da Cidade, bem como certificar a existência e eficiência do controle de recolhimento das receitas. - DECISÃO Nº 2102/97.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu encaminhar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 7510/93 - Nota de Empenho nº 552/93 e outras, da Região Administrativa III - Taguatinga. - DECISÃO Nº 2103/97.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I) tomar conhecimento das alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Lauro Seabra Guimarães para considerá-las procedentes; II) ordenar a citação do Administrador Regional de Taguatinga no período de 01.01 a 21.10.93, para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar defesa quanto à realização de despesa excedente de dotação orçamentária, mediante transposição de verbas, objeto da Nota de Empenho nº 552/93, tendo em vista a possibilidade de aplicação das sanções legais cabíveis; III) devolver os autos à Inspetoria competente para os devidos fins.

PROCESSO Nº 6777/94 - Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 008/94, celebrado entre a Companhia Energética de Brasília e o Sr. Saturnino Rodrigues da Silva. - DECISÃO Nº 2104/97.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, ao tomar conhecimento do 2º Termo Aditivo ao contrato em apreço, decidiu considerá-lo regular, sem prejuízo de futuras averiguações, e autorizar o retorno dos autos à Inspetoria competente, para as providências de praxe.

PROCESSO Nº 1153/95 (apenso o de nº 040.001.618/95) - Relatório de Auditoria nº 002/95 - DAGES/SUAUD/SEFP, realizada pelo Controle Interno na Procuradoria-Geral do Distrito Federal. - DECISÃO Nº 2105/97.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I) tomar conhecimento: a) dos ofícios nºs 214 e 467/95 da Secretaria de Fazenda e Planejamento do DF e do ofício nº 146/95 da Procuradoria-Geral do DF; b) do Relatório de Auditoria nº 02/95-DAGES/SUAUD/SEFP e da manifestação da Procuradoria Geral do Distrito Federal, constantes do processo nº 040.001.618/95; II) considerar regularmente atendido o disposto no artigo 114 do Regimento Interno; III) determinar o arquivamento dos autos e a devolução do processo apenso à origem.

PROCESSO Nº 4040/95 - Aposentadoria de MARIA GRACIETE ALVES CAVALCANTE-FEDF. - DECISÃO Nº 2106/97.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu sobrestar o julgamento dos autos, devolvendo-os à 4ª ICE para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido na Representação nº 007/96-4ª ICE.

PROCESSO Nº 4394/95 - Aposentadoria de JOZILDA CAVALCANTE DA SILVA-FEDF. - DECISÃO Nº 2107/97.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu sobrestar o julgamento dos autos, devolvendo-os à 4ª ICE para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido na Representação nº 007/96-4ª ICE.

PROCESSO Nº 4725/95 - Aposentadoria de MARIA APARECIDA PIZZA SANTANA-FEDF. - DECISÃO Nº 2108/97.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu sobrestar o julgamento dos autos, devolvendo-os à 4ª ICE para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido na Representação nº 007/96-4ª ICE.

PROCESSO Nº 2935/96 - Contrato nº DIRAD/COMAP-96/006, celebrado entre o Banco de Brasília S.A. e a Empresa Sanny do Brasil Indústria Eletrônica Ltda. - DECISÃO Nº 2109/97.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I - tomar conhecimento do contrato DIRAP/ COMAP-96/006, celebrado entre o Banco de Brasília e a empresa Sanny do Brasil, bem como do fato relatado pela analista subscritora da instrução inicial, tendo em vista o disposto nos arts. 74, § 2º, da Constituição Federal e 80, § 3º, da Lei Orgânica do Distrito Federal; II - autorizar a inclusão dos autos em roteiro de inspeção para que sejam esclarecidos os pontos duvidosos assinalados nos itens 6 e 7 do voto; III - determinar o encaminhamento do processo à Inspetoria competente para as providências pertinentes.

PROCESSO Nº 4036/96 - Aposentadoria de MARIA DO CARMO CRUZ DE GOUVEIA-FEDF. - DECISÃO Nº 2110/97.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu sobrestar o julgamento dos autos, devolvendo-os à 4ª ICE para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido na Representação nº 007/96-4ª ICE.

PROCESSO Nº 4228/96 - Contrato nº 02/96 e outros ajustes, celebrados entre esta Corte de Contas e diversos fornecedores, em conseqüência da Tomada de Preços nº 02/96, tendo por objeto o fornecimento de material de expediente. - DECISÃO Nº 2111/97.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I) tomar conhecimento dos contratos nºs. 02 a 12/96, 14 a 17/96 e 21/96, celebrados entre esta Corte de Contas e diversos fornecedores, objetivando o fornecimento de material de expediente, como também das notas de empenho emitidas em decorrência dos citados contratos; II) considerar regulares os contratos em apreciação e a classificação das despesas a que se referem as notas de empenho em apreço, à vista dos dados neles contidos, sem prejuízo de futuras averiguações; III) autorizar o retorno dos autos à Inspetoria competente para fins de arquivamento.

PROCESSO Nº 4320/96 - Aposentadoria de CREUSA MARIA DE SIQUEIRA-FEDF. - DECISÃO Nº 2112/97.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu sobrestar o julgamento dos autos, devolvendo-os à 4ª ICE para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido na Representação nº 007/96-4ª ICE.

PROCESSO Nº 4553/96 - Aposentadoria de MARIA JOSE NASCIMENTO DE SOUSA-FEDF. - DECISÃO Nº 2113/97.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu sobrestar o julgamento dos autos, devolvendo-os à 4ª ICE para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido na Representação nº 007/96-4ª ICE.

PROCESSO Nº 4598/96 - Aposentadoria de MARIA RUTH VALVERDE RABELLO-FEDF. - DECISÃO Nº 2114/97.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu sobrestar o julgamento dos autos, devolvendo-os à 4ª ICE para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido na Representação nº 007/96-4ª ICE.

PROCESSO Nº 7611/96 - Ofício nº 873/96 da 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de Brasília-DF, dando conta de ação trabalhista proposta por empregado, não concursado, contra a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal. - DECISÃO Nº 2115/97.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu encaminhar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ MILTON FERREIRA

PROCESSO Nº 1844/89 (apenso o de nº 075.000.089/95) - Tomada de contas especial instaurada pela Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A., objetivando apurar responsabilidade por quebra sobre as vendas, verificada em abril de 1989, por ocasião de Inventário de Mercadorias levado a efeito em uma de suas unidades. - DECISÃO Nº 2116/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: 1 - tomar conhecimento da tomada de contas especial em apreço; 2 - assinar o prazo de 30 dias para que o ex-servidor Nadir Eduardo de Lima apresente defesa quanto à quebra verificada no Inventário de Mercadorias da unidade MM-12, realizado em 13 de abril de 1989, ou recolha o valor correspondente a 12,41 UPDF`s, débito que lhe é imputado; 3 - autorizar a devolução do apenso à origem e o encaminhamento dos autos à 2ª ICE.

PROCESSO Nº 4428/90 - Aposentadoria de MARIA DE LOURDES FIGUEIREDO CERQUEIRA-IDR. - DECISÃO Nº 2117/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 0090/93 - Aposentadoria de FRANCISCO AIRES SALDANHA-DER-DF. - DECISÃO Nº 2118/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO Nº 2094/93 (apensos os de nºs 936/93, 1213/93, 1225/93 e 101.003.553/92) - Relação trimestral de tomadas de contas especiais instauradas pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal no 1º trimestre de 1993. - DECISÃO Nº 2119/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1 - tomar conhecimento da presente Tomada de Contas Especial; 2 - considerar atendida a Decisão nº 7029/95, relevando, em caráter excepcional, o atraso de 268 dias para o seu cumprimento, bem como recomende à FSS/DF que observe os prazos fixados por este Tribunal; 3 - autorizar a Fundação do Serviço Social a promover a baixa na responsabilidade dos servidores Antonio Araújo da Silva e Carmelino José da Silva, considerando que a culpa pelos prejuízos não ficou esclarecida; 4 - determinar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 0223/94 (apensos os de nºs 040.004.706/93, 135.000.202/93 e 1 volume) - Tomada de contas anual do ordenador de despesa da Administração Regional de Planaltina, relativa ao exercício de 1992. - DECISÃO Nº 2120/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu encaminhar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 4166/94 - Contrato nº 545/94, celebrado entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e a firma Construções e Topografia BASEVI S.A. - DECISÃO Nº 2121/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do O.I. Nº 10.406/96-aud/presi (fl. 168) e anexos (fls. 169 a 173); b) considerar parcialmente atendida a Decisão nº 10.736/96; c) determinar à NOVACAP que providencie a imediata devolução da taxa de administração (10%) de R$ 442,57, alusiva ao montante recolhido pela BASEVI, à TERRACAP encaminhando ao Tribunal, em 15 dias, o respectivo comprovante, sob pena de aplicação do artigo 57, inciso VII, da Lei Complementar nº 01/94.

PROCESSO Nº 3239/95 - Contrato nº 702/95 e outros ajustes, celebrados entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e terceiros. - DECISÃO Nº 2122/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do Contrato nº 702/95 e Aditivo "A", bem como do de nº 703/96; b) informar à NOVACAP que é desnecessário prever nos ajustes a ação deste Tribunal quanto ao exercício de sua atividade fim; c) determinar à jurisdicionada que, em 15 dias, envie à Corte circunstanciados esclarecimentos acerca da aplicação do art. 25, inc. I, e "caput", do art. 26 da Lei nº 8.666/93 à celebração do Contrato nº 702/95, além de justificar a prorrogação do prazo de duração, feita em desacordo com as normas legais, tudo com vista a eventual aplicação de multa aos responsáveis, conforme prevê o artigo 57 da Lei Complementar nº 1/94; d) autorizar a devolução dos autos à 2ª ICE, para fins de acompanhamento.

PROCESSO Nº 6434/95 (apenso o de nº 040.006.114/95) - Tomada de contas anual do Departamento Geral de Administração Financeira da Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1994. - DECISÃO Nº 2123/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento da tomada de contas em apreço, considerando satisfatória sua apresentação; b) relevar, em caráter excepcional, a não apresentação dos extratos e memorandos bancários e respectivas conciliações de saldos, bem como o demonstrativo de suprimento de fundos; c) determinar à Secretaria de Fazenda e Planejamento que, no prazo de 30 dias, adote as seguintes providências: c.1)junte o relatório anual de atividades, firmado pelo ordenador de despesa, conforme dispõe o artigo 140, inciso II, do RI/TCDF; c.2) esclareça qual o assunto tratado no Processo nº 040.007.102/95, mencionado no subitem

3.2.1.2, alínea "c" do Relatório de Tomada de Contas nº 259/95-DADI/SUAUD, bem como informe o seu andamento; c.3) regularize as pendências contábeis referentes ao exercício de 1994, conforme detalhado a seguir, juntando os respectivos documentos comprobatórios: · débito de R$ 24,20, na conta contábil 1.1.2.4.2.00.00 - Adiantamento de Férias; · crédito de R$ 0,18 na conta contábil 2.1.1.1.2.00.00 - Pensão Alimentícia; · crédito de R$ 0,02 na conta contábil 2.1.1.1.9.00.00 - Outros Consignatários; · crédito de R$ 111,53, na conta contábil 2.1.1.4.7.00.00 - ordens Bancárias Não Reclamadas; · crédito de R$ 52,53 na conta 2.1.1.4.9.01.00 - Depósitos de Terceiros; d) autorizar o retorno do processo apenso à origem e dos autos à 1ª ICE.

PROCESSO Nº 2919/96 - Contrato nº 005/96, celebrado entre o Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal e a empresa Cartiere Persona S.A. - DECISÃO Nº 2124/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do Ofício nº 891/96-GAB-DMTU, bem como da Instrução de Serviço nº 021-DMTU (fl. 23); b) considerar cumprida a diligência determinada pela Decisão nº 10.746/96; c) determinar o arquivamento dos autos, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO Nº 5005/96 - Contrato de aluguel de veículos e outros ajustes, celebrados entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e terceiros. - DECISÃO Nº 2125/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1) tomar conhecimento dos Contratos de Aluguel de Veículos, de fls. 2/30, bem como dos Termos de Distrato, acostados às fls. 31/36; 2) assinar o prazo de 30 dias para que a NOVACAP apresente circunstanciados esclarecimentos sobre: a) a não realização do procedimento licitatório para as contratações em exame; b) a utilização da pré-qualificação para a seleção dos contratantes; c) a falta de publicação dos termos no DODF e o não encaminhamento de cópias dos contratos a este Tribunal; d) a elaboração dos referidos contratos sem a assessoria do órgão jurídico da entidade; e) a ausência das cláusulas essenciais descritas nos incisos V, IX, XI, XII e XIII, do artigo 55, da Lei nº 8.666/93.

PROCESSO Nº 7409/96 - Ofício nº 330/97, mediante o qual a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, para a conclusão da tomada de contas especial objeto do Processo nº 050.000.890/96. - DECISÃO Nº 2126/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1 - tomar conhecimento do Ofício nº 330/97-SSP/DF, subscrito pelo Secretário de Segurança Pública, em exercício; 2 - autorizar a prorrogação do prazo, por 60 dias, contados a partir de 31/03/97, para a conclusão da TCE a que se refere o Processo nº 050.000.890/96.

PROCESSO Nº 8097/96 - Contrato nº 96/056, celebrado entre o Banco de Brasília S.A. e Associação Brasileira dos Bancos Estaduais - ASBACE/ATP S.A. - DECISÃO Nº 2127/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1) tomar conhecimento do Contrato nº 96/056 e anexos, fls. 02 a 14, bem como da Informação nº 1114/96; 2) determinar ao BRB que, no prazo de 30 dias, apresente esclarecimentos no que concerne: a) ao descumprimento da Decisão nº 1991/96, encaminhada pelo OF. GP. nº 504/96, ao celebrar o contrato supra com dispensa do competente procedimento licitatório; b) à contratação da ASBACE/ATPs S.A, vez que, sendo sociedade anônima, não preenche os requisitos do inciso XIII do artigo 24 da lei nº 8.666/93, com as alterações da Lei nº 8.883/94, dispositivo no qual se fundamentou a contratação direta.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO MAURÍLIO SILVA

PROCESSO Nº 6366/94 - Nota de Empenho nº 066/94 e outras, da Polícia Militar do Distrito Federal. - DECISÃO Nº 2128/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu tomar conhecimento do Ofício nº 219/96 e do Ofício nº 379/96, originários da Polícia Militar do Distrito Federal, bem como dos documentos que a este acompanham, e autorizar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 1781/96 - Aposentadoria de ANTÔNIO ULISSES DE TRINDADE-FZDF. - DECISÃO Nº 2129/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu determinar a baixa dos autos em diligência, a fim de que a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) esclareça a contagem de apenas 09 dias de exercício no ano de 1968, ante a admissão do interessado em 22.04.68 e a ausência nos autos de qualquer menção ou registro de ausências que justificassem essa diferença; b) caso se confirme que a dúvida levantada na alínea anterior foi decorrente de erro na contagem do tempo de serviço, confeccione nova certidão de tempo de serviço, em substituição a de fl. 13, para correção do total de dias trabalhados em 1968 e, conseqüentemente, do total geral e do percentual do adicional por tempo de serviço; c) observando a Decisão Normativa nº 002/93-TCDF, elabore novo abono provisório, em substituição ao de fl. 12, para adequar a parcela adicional por tempo de serviço ao percentual apurado na alínea anterior; d) torne sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 2632/96 - Nota de Empenho nº 48/96 e outra, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. - DECISÃO Nº 2130/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento das Notas de Empenho nºs 48 e 220/96; b) devolver os autos à 1ª Inspetoria de Controle Externo, autorizando o seu arquivamento.

PROCESSO Nº 2634/96 - Nota de Empenho nº 120/96 e outras, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. - DECISÃO Nº 2131/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento das Notas de Empenho nºs 120, 121 e 200/96; b) devolver os autos à 1ª Inspetoria de Controle Externo, autorizando o seu arquivamento.

PROCESSO Nº 2640/96 - Nota de Empenho nº 112/96 e outra, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. - DECISÃO Nº 2132/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento das Notas de Empenho nºs 112 e 330/96; b) devolver os autos à 1ª Inspetoria de Controle Externo, autorizando o seu arquivamento.

PROCESSO Nº 3099/96 - Nota de Empenho nº 146/96 e outras, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. - DECISÃO Nº 2133/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento das Notas de Empenho nºs 146, 147, 161, 168, 169 e 196/96; b) devolver os autos à 1ª Inspetoria de Controle Externo, autorizando o seu arquivamento.

PROCESSO Nº 3101/96 - Nota de Empenho nº 005/96 e outras, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. - DECISÃO Nº 2134/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu tomar conhecimento das Notas de Empenho em questão e autorizar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 3111/96 - Nota de Empenho nº 162/96 e outras, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. - DECISÃO Nº 2135/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu tomar conhecimento das Notas de Empenho em questão e autorizar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 3578/96 - Aposentadoria de LADACI MARIA DOS SANTOS SOUZA-FEDF. - DECISÃO Nº 2136/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu determinar a baixa dos autos em diligência, a fim de que a Fundação Educacional do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) observando a Decisão Normativa nº 002/93-TCDF, elabore novo abono provisório, em substituição ao de fl. 18, para corrigir o cálculo da parcela referente à vantagem prevista no art. 192, inciso II, da Lei nº 8112/90 e retificar o fundamento legal da Gratificação de Desempenho, para Lei nº 939/95; b) considerando a falha apontada, caso a inativa tenha percebido valores a mais, providencie o ressarcimento da diferença ao Erário; c) torne sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 3894/96 - Nota de Empenho nº 018/96 e outras, da Região Administrativa XIV - São Sebastião. - DECISÃO Nº 2137/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento das Notas de Empenho constantes de fls. 02/14; b) devolver os autos à 1ª Inspetoria de Controle Externo, autorizando o seu arquivamento.

PROCESSO Nº 3895/96 - Nota de Empenho nº 037/96, da Região Administrativa XIV - São Sebastião. - DECISÃO Nº 2138/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento da Nota de Empenho nº 037/96; b) devolver os autos à 1ª Inspetoria de Controle Externo, autorizando o seu arquivamento.

PROCESSO Nº 4493/96 - Nota de Empenho nº 031/96 e outras, da Região Administrativa XIII - Santa Maria. - DECISÃO Nº 2139/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento das notas de empenho constantes de fls. 02/18; b) devolver os autos à 1ª Inspetoria de Controle Externo, autorizando o seu arquivamento.

PROCESSO Nº 4809/96 - Nota de Empenho nº 029/96 e outras, da Região Administrativa XV - Recanto das Emas. - DECISÃO Nº 2140/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu tomar conhecimento das notas de empenho em questão e autorizar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 4811/96 - Nota de Empenho nº 091/96 e outras, da Região Administrativa XV - Recanto das Emas. - DECISÃO Nº 2141/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu tomar conhecimento das notas de empenho em questão e autorizar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 4878/96 - Nota de Empenho nº 005/96 e outras, da Região Administrativa XV - Recanto das Emas. - DECISÃO Nº 2142/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu tomar conhecimento das notas de empenho em questão e autorizar o arquivamento dos autos.

RELATADOS PELO AUDITOR OSVALDO RODRIGUES

PROCESSO Nº 0734/93 - Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal , decorrente de possíveis irregularidades na locação do espaço físico do 6º andar do Edifício sede do IDHAB, de propriedade deste. - DECISÃO Nº 2143/97.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento do documento de f. 39, determinou o arquivamento do processo, dando ciência à SEMATEC da devolução em apreço (enviar cópia do documento de f. 39).

PROCESSO Nº 5569/93 - Notas de empenho emitidas pela Região Administrativa I - Brasília. - DECISÃO Nº 2144/97.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento dos documentos de fs. 36/39, relevou a falha apontada e determinou o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 0872/94 - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal decorrente de irregularidade no pagamento de despesa com adicional da Lei nº 6.732/79 (quintos). - DECISÃO Nº 2145/97.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento de resultado de inspeção, decidiu: a) considerar a servidora ISABEL REGINA BRASIL PASCHOAL quite, neste caso, com a FSS/DF, ante o ressarcimento noticiado; b) determinar à FSS/DF que devolva à referida servidora o valor correspondente a 123,58 UFIR's, tendo em vista que na restituição de quantia nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/90 não cabe a incidência de juros moratórios, mas apenas da correção monetária; c) autorizar a baixa na responsabilidade (caso inscrita) dos servidores arrolados no Processo nº 101.002569/90; d) determinar o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 2139/95 (apensos os de nºs 5391/94 e 5529/94) - Relação de tomadas de contas especiais da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, referente ao 1º trimestre de 1995, elaborada em consonância com o art. 156, § 4º, I, do RI (fs. 1 e 2). - DECISÃO Nº 2146/97.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento dos documentos de fs. 1/27, determinou o arquivamento do processo e dos de nºs 5391 e 5529/94, em apenso.

PROCESSO Nº 5847/95 - Pedido de prorrogação de prazo, por mais 90 dias, formulado pela Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, para a entrega da tomada de contas especial objeto do Processo nº 030.008442/91. - DECISÃO Nº 2147/97.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento dos documentos de fs. 78 e 79 e, ante as justificativas apresentadas, considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para a entrega da tomada de contas especial de que trata o Processo nº 030.008442/91.

PROCESSO Nº 1436/96 - Relação de tomadas de contas especiais da Secretaria de Administração do Distrito Federal, referente ao 4º trimestre de 1995, elaborada em consonância com o art. 156, § 4º, I, do RI/TCDF. - DECISÃO Nº 2148/97.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, tomou conhecimento dos documentos de fs. 1/6 e determinou o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 1944/96 - Notas de Empenho nºs 714 e 761/95, emitidas pela Região Administrativa III - Taguatinga. - DECISÃO Nº 2149/97.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, determinou o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 3723/96 - Pedido de prorrogação de prazo, por mais 30 dias, formulado pela Companhia Imobiliária de Brasília, para a entrega de tomada de contas especial. - DECISÃO Nº 2150/97.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento do documento de f. 14, considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para a entrega da tomada de contas especial de que trata o Processo nº 111.001789/96.

PROCESSO Nº 4350/96 (apenso o de nº 054.000.638/96) - Comunicação da Polícia Militar do Distrito Federal sobre instauração de tomada de contas especial, em decorrência de danos causados a veículo. - DECISÃO Nº 2151/97.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta, em parte, o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento do resultado das apurações em apreço, decidiu: a) relevar o atraso apontado; b) considerar o Soldado RUBENS DA PENHA SOUSA BARRO quite, neste caso, com a Fazenda do Distrito Federal, ante o ressarcimento havido; c) determinar o arquivamento do processo e a devolução do apenso à origem.

PROCESSO Nº 4665/96 (apenso o de nº 054.000.703/96) - Comunicação da Polícia Militar do Distrito Federal sobre instauração de tomada de contas especial, em decorrência de danos causados a veículo. - DECISÃO Nº 2152/97.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta, em parte, o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento do resultado das apurações em apreço, decidiu: a) considerar o Sr. JOÃO CANABARRA DE ALMEIDA quite, neste caso, com a Fazenda do Distrito Federal, ante o ressarcimento havido; b) determinar o arquivamento do processo e a devolução do apenso à origem.

PROCESSO Nº 5634/96 (apenso o de nº 054.000.940/96) - Comunicação da Polícia Militar do Distrito Federal sobre instauração de tomada de contas especial, em decorrência de danos causados a veículo. - DECISÃO Nº 2153/97.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta, em parte, o parecer Ministério Público, ao tomar conhecimento do resultado das apurações em apreço, decidiu: a) considerar o Soldado VILMAR VILAS BOAS quite, neste caso, com a Fazenda do Distrito Federal, ante o ressarcimento havido; b) determinar o arquivamento do processo e a devolução do apenso à origem.

PROCESSO Nº 5892/96 - Pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 dias, formulado pela Secretaria de Governo do Distrito Federal, para a entrega da tomada de contas especial objeto do Processo nº 030.006640/96. - DECISÃO Nº 2154/97.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, relevando a falha apontada, tomou conhecimento do documento de f. 17 e considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para a entrega da tomada de contas especial de que trata o Processo nº 030.006640/96.

PROCESSO Nº 6903/96 (apenso o de nº 054.001.237/96) - Comunicação da Polícia Militar do Distrito Federal sobre instauração de tomada de contas especial, em decorrência de danos causados a veículo - DECISÃO Nº 2155/97.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta, em parte, o parecer Ministério Público, ao tomar conhecimento do resultado das apurações em apreço, decidiu: a) considerar o Sr. DARCÍLIO ESTEVES DE MATOS quite, neste caso, com a Fazenda do Distrito Federal, ante o ressarcimento havido; b) determinar o arquivamento do processo e a devolução do apenso à origem.

PROCESSO Nº 6906/96 (apenso o de nº 054.001.240/96) - Comunicação da Polícia Militar do Distrito Federal sobre instauração de tomada de contas especial, em decorrência de danos causados a veículo. - DECISÃO Nº 2156/97.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta, em parte, o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento do resultado das apurações em apreço, decidiu: a) considerar o Soldado OSVALDO MÁRCIO DA SILVA quite, neste caso, com a Fazenda do Distrito Federal, ante o ressarcimento havido; b) determinar o arquivamento do processo e a devolução do apenso à origem.

PROCESSO Nº 7178/96 (apenso o de nº 054.001.324/96) - Comunicação da Polícia Militar do Distrito Federal sobre instauração de tomada de contas especial, em decorrência de danos causados a veículo. - DECISÃO Nº 2157/97.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta, em parte, o parecer do Ministério público, ao tomar conhecimento do resultado das apurações em apreço, decidiu: a) considerar a Srª MARIA CRISTINA MENDES DOS SANTOS quite, neste caso, com a Fazenda do Distrito Federal, ante o ressarcimento havido; b) determinar o arquivamento do processo e a devolução do apenso à origem.

PROCESSO Nº 7574/96 - Relação de tomadas de contas especiais instauradas pela Secretaria de Administração do Distrito Federal, referente ao 3º trimestre de 1996, elaborada em consonância com o art. 156, § 4º, I, do RI/TCDF. - DECISÃO Nº 2158/97.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, tomou conhecimento dos documentos de fs. 1/6 e determinou o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 7609/96 (apenso o de nº 054.001.466/96) - Comunicação da Polícia Militar do Distrito Federal sobre instauração de tomada de contas especial, em decorrência de danos causados a veículo. - DECISÃO Nº 2159/97.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta, em parte, o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento do resultado das apurações em apreço, decidiu: a) considerar o Soldado EDVALDO ANTÔNIO DE OLIVEIRA quite, neste caso, com a Fazenda do Distrito Federal, ante o ressarcimento havido; b) determinar o arquivamento do processo e a devolução do apenso à origem.

PROCESSO Nº 7639/96 - Representação da Procuradora-Geral junto a esta Corte, CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, propondo o sobrestamento da apreciação dos processos de aposentadoria ou revisão de proventos decorrentes do disposto na Lei nº 26/89, em virtude de decisões judiciais que menciona. - DECISÃO Nº 2160/97.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 1223/97 - Pedido de prorrogação de prazo, por 60 dias, formulado pela Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal para a entrega de diversas tomadas de contas especiais. - DECISÃO Nº 2161/97.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tomou conhecimento do documento de f. 1 e considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para a entrega das tomadas de contas especiais relacionadas à f. 2.

PROCESSO Nº 1477/97 - Pedido de prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, formulado pela Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal para a entrega de diversas tomadas de contas especiais. - DECISÃO Nº 2162/97.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tomou conhecimento dos documentos de fs. 1 e 2 e considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para a entrega das tomadas de contas especiais relacionadas à f. 3.

RELATADOS PELO AUDITOR JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

PROCESSO Nº 0285/90 (anexos os de nºs 3189/90 e 427/92) - Aposentadoria de JOSÉ DA COSTA-SEA. - DECISÃO Nº 2163/97.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu determinar diligência, para que a Secretaria de Administração do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) elabore novo Ato Concessório de Abono Provisório, em substituição ao de fls. 93, fazendo constar a nova situação a partir de 04.09.89 e não 06.12.91 conforme consta; b) elabore demonstrativo dos proventos devidos ao inativo a partir de 04.09.89, incluindo a vantagem da lei nº 6.732/79 e deduzindo a vantagem do art. 184, II, da Lei nº 1.711/52, que foi paga no período de maio/90 a abril/91.

PROCESSO Nº 2395/90 - Aposentadoria de VALMIR MARTINS DE SOUZA-SEA. - DECISÃO Nº 2164/97.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu sobrestar a apreciação da concessão em apreço, até o deslinde da matéria versada no Processo nº 5989/96.

PROCESSO Nº 0846/91 - Aposentadoria de LUCY SOUTO MARINHO-SEA. - DECISÃO Nº 2165/97.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO Nº 2452/92 - Tomada de contas especial instaurada pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo em função de acidente de trânsito. - DECISÃO Nº 2166/97.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento dos documentos de fls. 31/66; b) julgar regulares as contas em apreço; c) determinar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 0495/94 (apensos os de nºs 055.000.147/92, 055.001.680/92, 055.002.089/92, 055.002.612/92, 055.003.109/92, 055.003.816/92, 055.004.332/92, 055.004.385/92, 055.004.876/92, 055.005.310/92 e 055.005.738/92) - Tomada de contas especial instaurada pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal para apurar responsabilidades por prejuízos causados em decorrência de ligações interurbanas, de caráter particular, feitas nos aparelhos telefônicos oficiais. - DECISÃO Nº 2167/97.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento dos expedientes de fls. 61 a 74 e da defesa apresentada, considerando-a procedente; II - considerar regulares as contas em apreço; III - considerar saneados os autos e autorizar o seu arquivamento, com o retorno dos apensos à origem.

PROCESSO Nº 1536/95 (apenso o de nº 054.000.416/95) - Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo em decorrência de acidente de trânsito. - DECISÃO Nº 2168/97.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 3257/95 - Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem. - DECISÃO Nº 2169/97.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 5849/95 - Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo em decorrência de acidente de trânsito. - DECISÃO Nº 2170/97.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 6014/95 - Tomada de contas especial instaurada pela Região Administrativa I - Brasília para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem. - DECISÃO Nº 2171/97.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 1181/96 - Resultado de auditoria programada realizada no Serviço de Limpeza Urbana em cumprimento de diligência determinada pela Corte por meio do OF. GP. nº 009/95 (CIRCULAR). - DECISÃO Nº 2172/97.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tomou conhecimento do resultado da referida auditoria e determinou o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 4427/96 (apenso o de nº 030.004.042/96) - Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Trabalho do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens. - DECISÃO Nº 2173/97.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

Nada mais havendo a tratar, às 11h55, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão. E, para constar, eu, ELMIZ ANTONIO ROCHA, Secretário das Sessões Substituto, lavrei a presente ata -contendo 127 processos- que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros, Auditores e representante do Ministério Público junto à Corte.

JORGE CAETANO, FREDERICO AUGUSTO BASTOS, JOSÉ EDUARDO BARBOSA, RONALDO COSTA COUTO, MARLI VINHADELI, JOSÉ MILTON FERREIRA, MAURÍLIO SILVA, OSVALDO RODRIGUES, JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS, CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA.

ANEXO

PROCESSO Nº 7696/96A
Apenso: Processo nº 6070/96-TC
Origem: Secretaria de Educação (440-1)
Int.: Fundação Educacional (715-9)
Assunto: Consulta (2885-6)
Ementa: Consulta formulada pelo Senhor Secretário de Educação a respeito de diversos pontos ligados ao relacionamento funcional dos servidores integrantes da Carreira Magistério Público do DF. Instrução, pelo conhecimento da consulta, com resposta na forma e termos indicados às fs. 38/42. Parecer do Ministério Público, pelo acolhimento das sugestões oferecidas pelo corpo instrutivo, com a ressalva que aponta. Conhecimento da consulta, em caráter excepcional. Resposta nos termos constantes desta proposta.

Trata-se de consulta formulada pelo Senhor Secretário de Educação do Distrito Federal (ofício de fs. 1/5), em que, considerando, como diz, os vários entendimentos e decisões desta Corte, no tocante à aposentadoria especial do Professor e Especialista de Educação, e acreditando na possível reconsideração

das deliberações que têm por ilegais as concessões anteriores à decisão do Supremo Tribunal Federal que definiu o que são funções de magistério, indaga sobre diversos pontos ligados às relações funcionais dos servidores das duas citadas categorias, e que, devido à sua complexidade, vêm acarretando entendimentos díspares, ocasionando aos setores envolvidos uma série de transtornos.

2. São estes os questionamentos colocados:

I) Quando o Tribunal decide pela ilegalidade de uma concessão, sem apresentar opções, a Fundação poderá:

a) retificar o ato de aposentadoria para proventos proporcionais, mediante manifestação do interessado?

b) havendo a retificação, como proceder no concernente aos ressarcimentos?

II) Quando a Corte decide pela ilegalidade e apresenta opções, como o retorno do servidor à atividade, como a Fundação deve proceder:

a) no atinente às vantagens do TIDEM, que, nos termos da legislação pertinente, o servidor que preenche os requisitos temporais fixados terá esse benefício incorporado integralmente aos proventos, e em relação às vantagens das 40 horas, considerado o disposto no art. 41, § 7º, da Lei Orgânica do DF, nas duas hipóteses, pode-se considerar, na nova inativação, o tempo que antecedeu à aposentadoria, quando o servidor preenchia os referenciados requisitos, sem computar o tempo de inatividade?

b) no caso de incorporação de vantagens da Lei nº 6.732/79, o servidor, após o retorno, poderá permanecer com as parcelas inicialmente concedidas, levando-as para a nova aposentadoria, "uma vez que em 12.07.94, data em que a mencionada lei foi revogada pela Lei nº 8.911/94, preenchia todos os requisitos"(tempo para inativação proporcional, quintos incorporados e ocupava cargo comissionado)?

c) "o tempo de inatividade poderá ser contado parcialmente, a pedido do interessado, para nova aposentadoria proporcional, de forma que a carência prevista na Lei nº 695/94 (TIDEM) e do regime de 40 horas, artigo 41 da Lei Orgânica do Distrito Federal, possa completar o tempo parcial de inatividade?"

d) no caso de averbação de tempo de serviço anterior à aposentadoria, fazendo com que o servidor complete o tempo necessário em dezembro de 1992, pode ele se beneficiar da vantagem do art. 184 da Lei nº 1.711/52?

III) Quanto à apuração do efetivo exercício de funções de magistério, não dispondo a Fundação de dados sistematizados anteriores a 1991 (ano da edição da Lei nº 202, de 9 dezembro, que criou a gratificação de regência de classe), pode-se considerar como efetivo exercício de magistério o período em que o Professor esteve em escola ou cedido mediante convênio, com atividade de regência de classe, sem ocupar cargo comissionado?

IV) A orientação anterior desta Corte, no tocante a efetivo exercício de funções de magistério, pode ser considerada para aposentação especial até a data da decisão do STF (RE nº 182015-23, de 12.3.96)?

V) Finalmente, no que se refere às aposentadorias concedidas a ocupantes do cargo de Especialista de Educação, com base no art. 41 da Lei Orgânica do Distrito Federal, julgadas ilegais por este Tribunal, a consulta é instruída com parecer da Procuradoria Jurídica da Jurisdicionada, o qual sustenta a validade dessas concessões, suscitando o reexame das decisões prolatadas, de modo a estender o resguardo das situações constituídas que a Corte houve por bem fazê-lo, quanto à mudança de entendimento sobre efetivo exercício de funções de magistério. Baseada nisso, a autoridade consulente indaga: as aposentadorias deferidas a tais servidores antes da enfocada decisão do Pretório Excelso podem ser revistas para serem consideradas legais?

3. A 4ª Inspetoria, na instrução de fs. 20/46, conclui nestes termos: *"a) **Quanto ao item I, letra "a'** - da possibilidade de retificar as aposentadorias especiais, consideradas ilegais, para proporcionais;*

*- que este eg. Plenário poderá rever as decisões referentes às aposentadorias em comento e, excepcionalmente, facultar à Administração, conforme opção do servidor, convalidar o ato, **retificando-o** de alínea "b" para alínea "c", **mantendo** os **efeitos financeiros** na data da publicação do ato inicial das aposentadorias e, por conseguinte, as **vantagens** devidamente comprovadas nessa data;*

*b) **Quanto ao item I, letra "b"** - do ressarcimento no caso de aceita a possibilidade da retificação:*

- que o ressarcimento seja dispensado nos termos da Súmula 106 do Tribunal de Contas da União (parágrafo 27);

*c) **Quanto ao item II, letras "a" e "b"** - do aproveitamento do tempo de inatividade para as vantagens TIDEM, CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS E GATE (a última incluída a nosso critério);*

- que o período de inatividade (art. 103, § 1º da Lei nº 8112/90) é contado, exclusivamente, para fins de nova aposentadoria, não devendo ser considerado para quaisquer outros efeitos, como, por exemplo, efetivo exercício de magistério, acréscimo de vantagens, comprovação de direitos, etc. Conseqüentemente, temos que:

*c.1) TIDEM: será mantida, **sempre integralmente**, desde que possível o cumprimento dos pressupostos temporais vigentes à data da nova concessão;*

c.2) CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS: será mantida, desde que possível o cumprimento dos pressupostos temporais vigentes à data da nova concessão;

c.3) GATE: será mantida, desde que possível o cumprimento dos pressupostos temporais vigentes à data da nova concessão;

*d) **Quanto ao item II, letra "c"** - sobre as vantagens "quintos", "opção" e "representação", concedidas inicialmente com fulcro na Lei nº 6.732/79, artigo 2º, §§ 1º e 3º, caso o inativo opte pelo retorno à atividade:*

d1) que os "quintos", por serem vantagem pessoal, incorporadas na atividade, serão mantidos (direito adquirido);

d2) que quanto às vantagens "opção" e "representação" há que aguardar solução definitiva, sendo inviável adiantar qualquer informação a respeito.

*e) **Quanto ao item II, letra "d"** - do aproveitamento parcial do tempo de inatividade para as vantagens TIDEM e CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS para o período de carência:*

- que, conforme evidenciado nos parágrafos 31 a 38, o aproveitamento parcial do período de inatividade é inadmissível, sendo tal tempo computado integralmente;

*f) **Quanto ao item II, letra "e"** - do aproveitamento de tempo não averbado (averbação tardia) para fins do benefício do artigo 184 da Lei nº 1.711/52:*

- que, haja vista os antecedentes dos processos nº 5993/94, 947/93 e 1412/91, é pacífica nesta casa essa possibilidade;

*g) **Quanto ao item III** - da comprovação do efetivo exercício do magistério diante do fato de que, em muitos casos, informações necessárias não são disponíveis:*

- que esta Casa aceitará o critério da exclusão, ou seja, caso seja comprovado que o Professor esteve lotado em escola, sem exercer cargo comissionado, esse tempo, mediante documento assinado pelo interessado, com a cláusula "sob as penas da lei", será admitido como de efetivo magistério;

*h) **Quanto ao item IV** - do aproveitamento de determinados cargos comissionados como de efetivo magistério:*

- que esta Casa reitera sua Decisão nº 7638/96, processo nº 3069/96 (Representação nº 01/96), na qual fixa que estão resguardadas as situações constituídas até a data limite de 11.07.96;

i) Quanto à revisão, pela legalidade, das decisões exaradas nas aposentadorias consideradas ilegais referentes aos Especialistas de Educação concedidas no período entre a data da edição da LODF e a data da publicação da decisão do STF no RE nº 182015-23:

- que, diante, da flagrante inconstitucionalidade das citadas concessões, não são admissíveis revisões de decisão, porém é facultado aos interessados a retificação mencionada no item "a", observado o disposto no item "b" deste relatório."

4. No despacho de fs. 43/45, o Diretor da 2ª DT - 4ª ICE, ao concordar com a resposta oferecida, ressalta que a consulta em exame não atende integralmente o requisito regimental quanto a vir acompanhada de parecer técnico-jurídico, visto que as peças anexadas restringem-se a pontos objeto do pedido de orientação. A despeito disso, considerando que as dúvidas levantadas estão trazendo muitos transtornos aos setores envolvidos e ao próprio Tribunal, tendo em vista que há precedentes nesta Casa onde essa falha foi relevada e levando-se em conta a ansiedade dos servidores interessados, "que vêm assoberbando o Tribunal com pedidos e mais pedidos de reexame de suas decisões, nesse assunto," entende possa a Corte conhecer da consulta.

5. Distribuídos estes autos ao eminente Conselheiro JOSÉ EDUARDO BARBOSA, Sua Excelência, no voto de fs. 48/51, ao pugnar pela audiência do Ministério Público, sensível à sugestão (motivada) feita pelo Diretor da 2ª Divisão Técnico da 4ª Inspetoria, votou pela redistribuição deste processo a este Relator, e assim foi decidido (f. 52).

6. O Parecer do Ministério Público (fs. 53/59), da lavra da ilustre e digna Procuradora-Geral, Drª CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, ressalvada a questão da incorporação dos "quintos", opção e representação mensal, sobre a qual, a exemplo (em parte) da instrução, entende deva-se aguardar os estudos ordenados no Processo nº 6927/94, é pelo acolhimento das sugestões do corpo instrutivo.

7. É o relatório.

PROPOSTA DE DECISÃO

8. Na preliminar de admissibilidade da consulta em exame, de acordo com a instrução e parecer do Ministério Público, sou pelo seu conhecimento, em caráter excepcional, sem prejuízo de recomendação à autoridade consulente. Entendo que a ausência do parecer técnico-jurídico abordando todo o objeto da consulta pode ser relevada pelo Tribunal, sobretudo porque as questões colocadas compreendem-se em nosso dia-a-dia, sobre as quais a Corte já se pronunciou, o que, a meu critério, reduz a relevância do parecer técnico-jurídico previsto no art. 194, § 1º, do Regimento Interno.

9. No mérito, antes do mais, permito-me observar que a consulta envolve diversos pontos ligados às relações funcionais dos integrantes das categorias de Professor e Especialista de Educação, o que a torna por demais extensa.

10. Examinemos as questões, pela ordem em que colocadas. No item I deseja saber a Fundação Educacional se, no caso de a Corte considerar ilegal uma concessão, sem apresentar opções, pode a Jurisdicionada retificar o ato concessório, com anuência do interessado, passando a aposentadoria à modalidade de inativação com proventos proporcionais (alínea a). A resposta é afirmativa, constituindo a retificação num típico saneamento da irregularidade, que a rigor importa na restituição dos valores pagos a maior, visto que não eram devidos, tal como entende a douta representante do Ministério Público (f. 68).

11. Penso que as reposições de importâncias recebidas indevidamente devem ser objeto de exame caso a caso. A propósito, firmou-se a jurisprudência administrativa no sentido de que, havendo erro na interpretação das normas legais aplicáveis, sem má fé dos beneficiários diretos ou dos servidores que participaram da execução dos procedimentos, a restituição é dispensável.

12. Desse modo, no tocante ao indagado na alínea b, o procedimento a ser adotado é a verificação da causa da ilegalidade declarada pelo Tribunal. Entendo que, à vista dos elementos constitutivos de cada caso, a Corte deve avaliar o erro, ordenando, ou não, de logo o ressarcimento. Silenciando-se a esse

respeito, caberá ao jurisdicionado fazer a avaliação, observado o critério da dispensa da restituição antes informado.

13. No segundo item, pergunta-se se, na hipótese de decisão pela ilegalidade, com a apresentação de opções, como o retorno do servidor à atividade, como preceder em relação às vantagens do TIDEM (alínea a) e das 40 horas (alínea b), na nova inativação. A dúvida aqui é quanto ao cumprimento do requisito temporal exigido por lei nos dois casos.

14. No tocante ao TIDEM, prescreve o art. 5º da Lei nº 695/94, **in verbis**:

"Art. 5º - O integrante da Carreira Magistério Público do Distrito Federal que vier a se aposentar, estando submetido ao Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva ao Magistério Público-TIDEM e tenha completado pelo menos 19(dezenove) meses nesse regime nos 03(três) anos que antecederam a aposentadoria, terá incorporada integralmente aos proventos a importância a que se refere o art. 4º desta Lei.". (Grifei).

15. No que diz respeito à jornada de 40 horas semanais, que importa na duplicação da retribuição das 20 horas de trabalho, estabelece o § 7º do art. 41 da Lei Orgânica do Distrito Federal:

" § 7º - Aos servidores com carga horária variável, são assegurados os proventos de acordo com a jornada predominante dos últimos três anos anteriormente à aposentadoria."

16. A dúvida levantada em ambas as hipóteses, que se me afigura por demais justificável, é se o período que precedeu a aposentadoria julgada ilegal pode ser considerado. Na minha avaliação, a resposta aqui deve ser também afirmativa. A instrução aborda a restrição decorrente do art. 103, § 1º, da Lei nº 8.112/90, segundo o qual o tempo de inatividade é contado **apenas** para nova aposentadoria. Observa-se, todavia, que a pergunta é quanto ao tempo anterior à inativação.

17 Havendo o servidor se aposentado com as vantagens em causa, o pressuposto lógico é que ele preencheu os requisitos legais a tanto exigidos, apresentando-se o período de inatividade, na hipótese, como uma causa de suspensão da contagem, sem que isso afronte, na minha avaliação, os ditames da lei (retro reproduzidos), que falam no tempo anterior à inativação. Tenho por defensável essa solução porque durante a aposentadoria o servidor percebeu proventos calculados com base nessas duas situações, cabendo dizer que, no aspecto financeiro, esteve subordinado ao respectivo regime. A restrição que imagino deva ser colocada é que, após o retorno do servidor, volte e permaneça no regime do TIDEM e das 40 horas até a nova aposentadoria.

18. Aproveitado o tempo da inatividade para o cálculo dos proventos, o desfecho aqui suscitado, diga-se, não importa inobservância da Súmula 74 do TCU, seguida nesta Corte, uma vez que não haverá acréscimo de vantagens, e sim preservação das existentes.

19. O questionamento de que trata a alínea c do item II comporta discussão. O retorno do servidor ao serviço não acarreta nenhuma alteração quanto ao direito de percepção dos "quintos" incorporados com base no art. 2º da Lei nº 6.732/79. O mesmo não se dá, porém, em relação às duas outras parcelas (a opção e a representação mensal). Estas últimas são vantagens decorrentes do exercício momentâneo do cargo em comissão, de sorte que se o servidor aposentado retornar à atividade, só terá direito de manter a sua percepção se incontinenti voltar a exercer cargo em comissão, observada a retribuição deste.

20. Considerada a indagação formulada, a resposta objetiva, no atinente aos "quintos" incorporados, é positiva, visto tratar-se de parcela cujo direito de percepção independe do (novo) exercício de cargo em comissão. São eles tipicamente vantagem **ex facto temporis**. No que diz respeito à opção e à representação mensal, a resposta é negativa, ressalvada a condição colocada.

21. Ainda sobre esse questionamento, ao que me é dado perceber, a maior dúvida existente é se, no caso de nova aposentadoria, o servidor pode ver incluídas nos seus proventos a opção e a representação mensal, em face das alterações supervenientes previstas na Lei nº 8.911/94 (e noutros atos legislativos em vigor), considerando-se que ele (servidor), antes dessas alterações, preenchia os requisitos para inativar-se com proventos proporcionais, isto é, percebia "quintos" incorporados e ocupava cargo comissionado, recebendo também a opção e representação mensal.

22. No particular, como visto, a instrução e parecer do Ministério Público esquivam-se de opinar sobre o tema, que está sendo estudado noutro processo. A questão requer, realmente, um posicionamento formal da Corte a seu respeito. Segundo o entendimento corrente, sumulado pelo Supremo Tribunal Federal (Súmula 359), a aposentadoria rege-se pela legislação vigente na época em que o funcionário reúne os requisitos para a sua obtenção. Aplicado esse critério sem maior reflexão, caberia resposta afirmativa à pergunta em comento. Se atentarmos, todavia, para os contornos da questão, veremos que essa pacífica orientação não pode ser aplicada aos casos em que o servidor deixa de exercer o direito à inativação para melhorar os seus estipêndios (maior proporcionalidade ou integralidade dos proventos), a par de que, no referente à opção e representação mensal, o seu retorno ao serviço, sem que venha a exercer outro ou o mesmo cargo em comissão, fará com que ele deixe de receber na atividade ditas parcelas, não tendo, em razão disso, nenhum direito de vê-las incluídas nos proventos da nova aposentadoria. Não há previsão legal que respalde entendimento em sentido contrário.

23. Ainda que o servidor, ao retornar à atividade, volte a ocupar cargo em comissão, passando, se for o caso, a receber a opção e representação mensal, entendo que ele não fará jus ao cômputo dessas parcelas nos proventos da nova aposentadoria, porque a data considerada para a definição dos estipêndios é aquela em que o interessado completou o tempo levado em conta para o cálculo dos proventos (integrais ou proporcionais) deferidos, e nessa data a legislação superveniente não possibilita a inclusão de tais parcelas nos estipêndios da inativação.

24. Desse modo, a única hipótese de incorporação da opção e representação mensal à remuneração do servidor que teve a sua aposentadoria julgada ilegal é a da retificação do ato de concessão, quando os efeitos da inativação retroagirão à data da aposentação inicial.

26. Na alínea d do item II, indaga-se se o tempo de inatividade pode ser contado parcialmente, a pedido do interessado, para nova aposentadoria com proventos proporcionais, de forma que a carência legal relativa ao TIDEM e ao regime de 40 horas possa completar o tempo parcial de inatividade.

27. Esta indagação parece-me que deixa a desejar em termos de clareza. Ao que me foi possível entender, creio que o respondido em relação às alíneas **a** e **b** deste item dirime a dúvida levantada. Se antes da inativação considerada ilegal o servidor preencheu o requisito temporal exigido, e tendo-se por suspensa a contagem durante o período em que permaneceu aposentado, retornando ele ao serviço e submetendo-se ao regime do TIDEM e das 40 horas, o cumprimento dessa carência, na nova concessão, estará mais do que confirmado.

28. Na alínea seguinte (e) pergunta-se se o servidor apresentar tempo de serviço anterior à aposentadoria, para ser averbado, completando, com o acréscimo, o tempo necessário, em dezembro de 1992, poderá ele beneficiar-se da vantagem do art. 184 da antiga Lei nº 1.711/52? A resposta é afirmativa. Dezembro de 1992 é o final do prazo aberto pelo parágrafo único do art. 5º da Lei nº 197/91 para a aquisição do direito ao acréscimo de 20% previsto naquele dispositivo estatutário.

29. A tardia averbação de tempo de serviço é possível, e o único prejuízo que o servidor pode sofrer é a prescrição do direito de receber parcelas vencidas, sem falar na questão da atualização monetária.

30. No Processo nº 5993/94 (sessão de 7.3.96), defendi (com o acolhimento do Tribunal) que a alteração do fundamento legal da concessão, no caso de averbação tardia de tempo de serviço, deveria ocorrer mediante revisão do ato concessório, porque, ainda que os efeitos financeiros retroagissem à data da inativação ou época precedente, não seria adequado falar em retificação, uma vez que, na época da aposentadoria, a Administração não tinha como incluir nos proventos do servidor a vantagem do art. 184 da Lei nº 1.711/52. Em termos de possibilidade fática, seria caso de melhoria posterior, cabendo, pois, a revisão.

31. A teor do que informa a instrução, entretanto, o atual entendimento da Corte é no sentido de que, em hipóteses que tais, a alteração no ato de aposentadoria deve efetuar-se sob a forma de retificação.

32. No item III, indaga-se se, para efeito de apuração do efetivo exercício de funções de magistério, a simples lotação do Professor em escola ou cedido mediante convênio, com atividade de regência de classe, sem ocupar cargo comissionado, pode ser tida como comprovante desse desempenho? Esclarece a Fundação que a entidade não dispõe de dados sistematizados anteriores a 1991 (época da criação da gratificação de regência de classe) para atestar o efetivo exercício de funções de magistério pelo Professor.

33. A dúvida que se coloca é uma decorrência do atual entendimento, após o julgamento do RE nº 182015-23 pelo Supremo Tribunal Federal, do que se considera efetivo exercício de funções de magistério, para efeito de aposentadoria especial. Julgo que a indagação em comento, **data venia**, não tem maior procedência , porque somente a partir de 12.7.96 é que a Corte exigirá que o efetivo exercício de funções de magistério se dê na atividade de regência de classe. Antes dessa data prevalecia a orientação adotada no Processo nº 5.019/92, que considerou funções de magistério numa maior abrangência, e para cuja observância, assinale-se, a Jurisdicionada não solicitou esclarecimento dessa ordem.

34. Objetivamente, a essa pergunta pode ser dada resposta no sentido de que a lotação do professor (cedido ou não) em estabelecimento de ensino, desde que ali não exerça cargo em comissão ou se lhe atribua outra função que não a de regência de classe, pode ser considerada (por exclusão) como tendo estado ele no efetivo exercício de funções de magistério, para efeito de aposentadoria especial, sem prejuízo da exigência de declaração de próprio punho, sob as penas da lei, informando o Professor que no período considerado desempenhou a atividade de regência de classe, tal como sugerido na instrução.

35. No item IV, pergunta a Fundação Educacional se a orientação anterior quanto a efetivo exercício de funções de magistério, para fins de aposentadoria especial, pode ser considerada "até a data da decisão do STF no RE nº 182015-23, de 12.3.96?" Na Decisão nº 7638/96, tomada no Processo nº 3069/96, o Tribunal esclareceu que a orientação anterior prevalecia até 11.7.96, data do conhecimento da Decisão nº 6085/96, que suspendeu liminarmente os efeitos da referida orientação, não comportando, desse modo, dúvida sobre a vigência do novo entendimento a ser observado. A incerteza deve ser quanto ao sentido da expressão: "situações constituídas" contida na primeira decisão citada. A esse respeito, julgo deva-se entender que ela abrange desde a própria prestação do serviço até os atos de concessão baixados.

36. No item V da consulta, o questionamento colocado diz respeito à aposentadoria especial do Especialista de Educação, expressamente prevista no art. 41, III, b, da Lei Orgânica do Distrito Federal, que, como dito na consulta, "não se tem conhecimento da suspensão" de sua eficácia. Após reportar-se ao Parecer nº 269/96-ARJ/PJ (fs. 11/13), indaga a Fundação Educacional: as inativações desses servidores concedidas antes da referida decisão do STF e julgadas ilegais por esta Corte "podem ser revistas para serem consideradas legais?"

37. Sobre o tema específico, recorro ao que escrevi no voto produzido no Processo nº 6070/96, apenso (sessão de 18.2.97), referente à solicitação de esclarecimento formulada pelo Sindicato dos Professores do Distrito Federal-SINPRO-DF. Ali, disse este Relator, **in verbis**:

"Antes de examinar o mérito do pedido, observo que da matéria versada nestes autos emerge (por implícita) uma questão da maior importância e gravidade, que é o descumprimento, pela Fundação Educacional, das decisões de há muito tomadas pelo Tribunal, em processos de aposentadorias concedidas a Especialistas de Educação, que tudo indica continuam na inatividade, em total descaso em relação àquelas deliberações.

A propósito, deixo esclarecido que ainda que as decisões tenham se limitado a declarar a ilegalidade das concessões, sem fixar prazo para a adoção das providências daí decorrentes, como parece ter ocorrido, o art. 206, parágrafo único, do Regimento Interno estabelece que, em casos que tais, o prazo para o cumprimento da diligência pelo jurisdicionado é de 30 dias. A diligência aí mencionada abrange qualquer providência que fique a cargo do órgão ou entidade jurisdicionada.

Vê-se, pois, que a Jurisdicionada incorre em grave e lamentável irregularidade.

Vencido o prazo de recurso ou pedido de reexame que a lei e o Regimento Interno asseguram, as decisões proferidas pelo Tribunal tornam-se definitivas e são de cumprimento obrigatório para a Administração, sujeitando-se os responsáveis pela sua inobservância à sanção prevista na lei.

Para espancar qualquer dúvida existente, cabe assinalar que o julgamento de ilegalidade da aposentadoria voluntária dos Especialistas de Educação decorre do vício de constitucionalidade de que padece o fundamento legal da concessão (art. 41,

III, b, da Lei Orgânica do Distrito Federal), na parte que confere a essa categoria de servidor inativação voluntária por tempo de serviço reduzido idêntica à que a Constituição Federal prevê para os professores, ignorando que só lei complementar pode reduzir o tempo da aposentadoria facultativa de outras categorias de servidores (art. 40, § 1º, da CF).

No exercício de sua competência, o Tribunal de Contas pode negar a aplicação de norma que considere inconstitucional. Isso está expresso na Súmula 347 do Supremo Tribunal Federal.

Prestado esse esclarecimento, passemos a examinar o mérito do pedido de fs. 2 e 3. A primeira indagação nele contida (se a aposentadoria especial deferida aos Especialistas de Educação pode ter o seu fundamento legal retificado para inativação comum, com proventos proporcionais), no plano teórico, merece resposta afirmativa, tal como consignam a instrução e o parecer do Ministério Público. Esse tipo de questão é da rotina deste Colegiado, visto que com ela depara no seu dia-a-dia.

No caso concreto das referenciadas inativações especiais julgadas ilegais, sem que tenha havido recurso, como efetivamente não houve, as decisões tornaram-se definitivas, não sendo os respectivos atos passíveis de retificação, salvo se o Tribunal, nas circunstâncias, diante do fato concreto que se verifica, num gesto de boa vontade, e em caráter excepcional, à tanto autorizar, hipótese em que, a meu critério, deverá fazer à Jurisdicionada veemente alerta, de modo que o quadro não se repita."

38. Neste ponto, cumpre observar que a Fundação Educacional, ao formular a pergunta deste inciso, confessa a grave e lamentável falha a que fiz referência no Processo nº 6070/96, apenso, consistente no descumprimento das decisões de há muito tomadas pela Corte, quando considerou ilegais as aposentadorias dos Especialistas de Educação. Um ato de concessão é considerado subjetivamente complexo, visto que, na sua definitividade, conta com a manifestação de vontade de dois órgãos: o administrativo que o expede e o Tribunal de Contas que o aprova. Sem essa aprovação é ele um ato provisório, conquanto auto-executável. Negando-lhe a Corte de Contas aprovação, torna-se inválido, sem efeito, de sorte que a Fundação Educacional, quando menos, deve receber deste Colegiado um alerta veemente, no sentido de evitar a repetição de falha dessa natureza, sob pena de ser aplicada ao responsável a sanção prevista na lei.

39. A indagação ora examinada veio acompanhada do citado parecer da Procuradoria Jurídica da Fundação Educacional, onde se tenta demonstrar que a situação dos Especialistas de Educação é bem diferente daquela que prevê o art. 286 da Constituição do Estado de Minas Gerais, considerado inconstitucional pelo Supremo (ADIn nº 152), julgamento este que teria fundamentado as decisões desta Corte quanto à ilegalidade das inativações dos Especialistas de Educação.

40. Aqui, convém assinalar que o entendimento deste Tribunal quanto ao vício de constitucionalidade de que padece o art. 41, III, **b**, da Lei Orgânica do Distrito Federal, na parte em que estende ao Especialista de Educação a aposentadoria especial que a Constituição Federal destina ao professor, não se fundamenta apenas na citada ADIn 152. Baseia-se na inferência de que à outra categoria de servidores não é lícito conferir o tratamento que a Carta Magna atribui aos professores, ainda que os Especialistas de Educação desenvolvam atividades o mais próximas possível das atribuições dos docentes. Penso não ser cabível alegar identidade de atribuições, porque, do contrário, não faria sentido a distinção de denominação das categorias.

41. O concreto é que temos duas categorias componentes da Carreira Magistério Público do Distrito Federal. A Lei Fundamental só contempla a categoria de Professor com a aposentadoria especial. Somente lei complementar à Constituição poderá acrescer outras categorias à condição ostentada pelos professores (art. 41, § 1º, da CF).

42. Não merece revisto, pois, o entendimento deste Tribunal, que considera inconstitucional o art. 41, III, **b**, da Lei Orgânica do Distrito Federal, na parte que confere ao Especialista de Educação a aposentadoria especial própria do professor.

Ante o exposto, acompanhando, em parte, a instrução e parecer do Ministério Público, proponho ao eg. Tribunal que, ao tomar conhecimento, em caráter excepcional, da consulta em exame, esclareça ao Secretário de Educação do Distrito Federal, em atenção ao Ofício nº 1.407/96-SE, que:

II) No caso de a Corte julgar ilegal uma concessão com proventos integrais, devido a insuficiência de tempo de serviço, a fundamentação legal da aposentadoria pode ser retificada (com anuência expressa do interessado), para a modalidade de inativação com proventos proporcionais ao tempo de serviço (alínea **a** do item I). Não havendo determinação quanto ao ressarcimento dos valores pagos a maior, a causa da ilegalidade deverá ser avaliada pela Administração. Na hipótese de falha na interpretação de norma legal de regência, a restituição do indébito é dispensável. Tratando-se, todavia, de erro crasso de procedimento, como, por exemplo, mero equívoco na contagem do tempo de serviço, o ressarcimento é obrigatório (alínea **b**);

III) Na hipótese de julgamento pela ilegalidade de uma aposentadoria, na nova concessão, para efeito de cumprimento da carência legal exigida, em relação à gratificação TIDEM e jornada de 40 horas, o período durante o qual o servidor permaneceu aposentado é considerado causa de suspensão na contagem, podendo ser tomado o tempo anterior para essa finalidade, desde que o servidor volte ao regime do TIDEM e das 40 horas e nele se mantenha até a nova inativação (item II, alíneas **a** e **b**);

IIII) os "quintos" da Lei nº 6.732/79, que tiverem sido incorporados aos proventos da aposentadoria julgada ilegal, são devidos ao servidor que retorna ao serviço, independentemente de voltar ele a exercer cargo em comissão. O mesmo não ocorre no atinente à opção e à representação mensal, que só podem ser pagas se o funcionário for novamente investido em cargo comissionado. Os "quintos" deverão fazer parte dos proventos na nova aposentadoria. A opção e a representação mensal não mais poderão ser incluídas, em virtude da superveniência de normas legais, que não mais possibilitam o seu cômputo nos proventos da aposentadoria, não cabendo falar em direito adquirido, salvo no caso de retificação do ato de concessão (alínea **c** do item II da consulta);

IV) A averbação tardia de tempo de serviço anterior à inativação, acarretando o preenchimento pelo interessado, em dezembro de 1992, do requisito legal para inativação voluntária, com proventos integrais, viabiliza a retificação do ato concessório, para inclusão da vantagem do art. 184 da antiga Lei nº 1.711/52 (alínea **e** do item II);

V) Não dispondo a Fundação Educacional de informações concretas a respeito, a lotação do Professor em estabelecimento de ensino, sem que ali ocupe cargo em comissão ou desempenhe outra função que não a de regência de classe, pode ser considerada como tendo estado ele no efetivo exercício de funções de magistério, para efeito de aposentadoria especial, na conformidade do entendimento vigorante a contar de 12.7.96, sem prejuízo da exigência de declaração do próprio punho, sob as penas da lei, informando o Professor que no período considerado desempenhou a atividade de regência de classe;

VI) A orientação anterior quanto ao significado de efetivo exercício de funções de magistério vigora até 11.7.96, como decidido no Processo nº 3069/96;

VII) As aposentadorias especiais concedidas a Especialistas de Educação, fundamentadas no art. 41, III, **b**, da Lei Orgânica do Distrito Federal, consideradas ilegais por este Tribunal, por vício de constitucionalidade desses dispositivos, na parte pertinente, não podem ser revistas para ser consideradas válidas porque anteriores à decisão do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE nº 182015-23, visto que essa decisão do Pretório Excelso nada se refere ao caso, a par de continuar a Corte no firme entendimento de que a inconstitucionalidade parcial da alínea **b** do inciso III do art. 41 da Lei Orgânica do Distrito Federal é patente, cabendo-lhe, em conseqüência, recusar a sua aplicação, nos termos da Súmula 347 do STF;

VIII) Alerte à Fundação Educacional que esta Corte não mais tolerará o descumprimento de suas decisões que declarem a ilegalidade de concessões, grave irregularidade essa que se verifica no tocante às aposentadorias de Especialistas de Educação, ficando o responsável sujeito à penalidade prevista na lei;

IX) Recomende ao Senhor Secretário de Educação do Distrito Federal que, doravante, ao formular consulta a esta Corte, observe com rigor o disposto no art. 194 e seus parágrafos do Regimento Interno, o que não ocorreu no presente caso;

X) Finalmente, encaminhe à Jurisdicionada, para maior esclarecimento, cópia da decisão que venha a ser tomada e desta proposta, se acolhida.

Brasília-DF, em 10 de abril de 1997

OSVALDO RODRIGUES DE SOUZA
Auditor-Relator

Apostando no Futuro

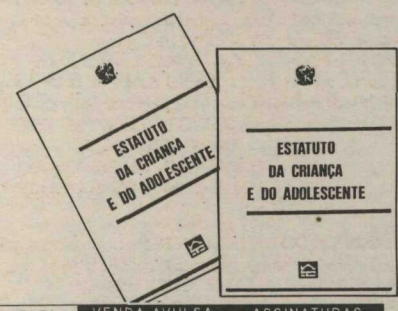


Contém a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, retificada no *Diário Oficial* de 27 de setembro do mesmo ano.

A referida Lei dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, como: os direitos à saúde, à vida, à liberdade, ao respeito, à dignidade, às convivências familiar e comunitária, à educação, à cultura e ao esporte, etc.

Abrange temas polêmicos como guarda, tutela, adoção e medidas de proteção. Composta de *índice temático* e descrição da legislação correlata ao assunto.

Estatuto da Criança e do Adolescente



IMPRENSA NACIONAL
Sua Editora Oficial

INFORMAÇÕES E VENDAS Atendimento ao Cliente	Setor de Indústrias Gráficas (SIG), Quadra 06, Lote 800 Caixa Postal 30.000, CEP 70604-900, Brasília-DF	VENDA AVULSA (Obras e Jornais)		ASSINATURAS (Obras e Jornais)	
		FONE	FAX	FONE	FAX
		(061) 313-9905	(061) 313-9676	(061) 313-9900	(061) 313-9610

NOVACAP 41 ANOS

SEÇÃO II

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO DE 6 DE MARÇO DE 1997 (*)

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, tendo em vista o disposto no artigo 2.°, § 3.°, da Lei 469, de 25 de junho de 1993, r e s o l v e :

Dispensar, **MÁRCIO PALIS HORTA** E **BEATRIZ MAC DOWELL SOARES,** Representantes da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, da função de Membros Efetivo e Suplente, respectivamente, do Conselho de Saúde do Distrito Federal.

Designar, **IONALDO FERNANDES DE OLIVEIRA** E **IVONETTE SANTIAGO DE ALMEIDA,** Representantes da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, para a função de Membros Efetivo e Suplente, respectivamente, do Conselho de Saúde do Distrito Federal.

CRISTOVAM BUARQUE

(*) Republicado por ter saído com inocrreção, do original, do DODF nº 45, de 7.3.97, pag. 1.572.

DECRETOS DE 22 DE ABRIL DE 1997

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos V e VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o artigo 18, caput, da Lei nº 6.645, de 14 de maio de 1979, e considerando o que consta do Processo nº 054.000.321/97, resolve:

PROMOVER, no Quadro de Oficiais Policiais-Militares Feminino da Polícia Militar do Distrito Federal, de acordo com os artigos 10, alínea a ; e 19, alínea f , da Lei 6.645, de 14 de maio de 1979, combinados com os artigos 38, alínea a; e 44, do Decreto 6.791, de 04 de junho de 1982, a contar de 21 de abril de 1997.

AO POSTO DE CAPITÃO
POR ANTIGUIDADE
OS PRIMEIROS-TENENTES QOPMF
GILDA ALVES SIEBRA
HILDA FERREIRA GALDINO (Ag)
VERÔNICA LÚCIA DANTAS

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos V e VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o artigo 18, caput, da Lei nº 6.645, de 14 de maio de 1979, e considerando o que consta do Processo nº 054.000.321/97, resolve:

PROMOVER, no Quadro de Oficiais Policiais-Militares Feminino da Polícia Militar do Distrito Federal, de acordo com os artigos 10, alínea a ; e 19, alínea f , da Lei 6.645, de 14 de maio de 1979, combinados com os artigos 38, alínea a; e 44, do Decreto 6.791, de 04 de junho de 1982, a contar de 21 de abril de 1997.

AO POSTO DE PRIMEIRO-TENENTE
POR ANTIGUIDADE
OS SEGUNDOS -TENENTES QOPMF
ANDRÉIA GONÇALVES BASTOS LEMOS
ROSILENE PRADO RODRIGUES
DENISE DANTAS DE AQUINO

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos V e VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o artigo 18, caput, da Lei nº 6.645, de 14 de maio de 1979, e considerando o que consta do Processo nº 054.000.321/97, resolve:

PROMOVER, no Quadro de Oficiais Policiais-Militares da Polícia Militar do Distrito Federal, de acordo com os artigos 10, alínea a ; e 19, alíneas a e f , da Lei 6.645, de 14 de maio de 1979, combinados com os artigos 38, alínea a; e 44, do Decreto 6.791, de 04 de junho de 1982, a contar de 21 de abril de 1997.

AO POSTO DE PRIMEIRO-TENENTE
POR ANTIGUIDADE
O SEGUNDO- TENENTE QOPM
LEOBERTINO RODRIGUES LIMA FILHO

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos V e VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o artigo 18, caput, da Lei nº 6.645, de 14 de maio de 1979, e considerando o que consta do Processo nº 054.000.321/97, resolve:

PROMOVER, no Quadro de Oficiais Policiais-Militares de Administração da Polícia Militar do Distrito Federal, de acordo com os artigos 10, alínea a ; e 19, alínea b , da Lei 6.645, de 14 de maio de 1979, combinados com os artigos 38, alínea a; e 44, do Decreto 6.791, de 04 de junho de 1982, a contar de 21 de abril de 1997.

AO POSTO DE CAPITÃO
POR ANTIGUIDADE
O PRIMEIRO-TENENTE QOPMA
ROBERTO RODRIGUES DE ARAUJO

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos V e VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o artigo 18, caput, da Lei nº 6.645, de 14 de maio de 1979, e considerando o que consta do Processo nº 054.000.321/97, resolve:

PROMOVER, no Quadro de Oficiais Policiais-Militares de Administração da Polícia Militar do Distrito Federal, de acordo com os artigos 10, alínea a ; e 19, alínea b , da Lei 6.645, de 14 de maio de 1979, combinados com os artigos 38, alínea a; e 44, do Decreto 6.791, de 04 de junho de 1982, a contar de 21 de abril de 1997.

AO POSTO DE PRIMEIRO-TENENTE
POR ANTIGUIDADE
OS SEGUNDOS-TENENTES QOPMA
ADOLFO GARCIA FERREIRA (Ag)
JOSÉ DOS ANJOS SANTOS
ANTONIO TRAJANO DE SOUZA
INÁCIO DA SILVA (Ag)
JÚLIO FRANCO SOBRINHO
VANDIR REINALDO DA SILVA
AGILDO CARLOS LACERDA BITENCOURT
OSMAIR CAMARGO
JORGE DORNELLIS FRANCISCO DE SOUZA
NIVALDO DE SOUZA NETO
MOISÉS ANDRADE

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos V e VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o artigo 18, caput, da Lei nº 6.645, de 14 de maio de 1979, e considerando o que consta do Processo nº 054.000.321/97, resolve:

PROMOVER, no Quadro de Oficiais Policiais-Militares Especialistas da Polícia Militar do Distrito Federal, de acordo com os artigos 10, alínea a ; e 19, alínea b , da Lei 6.645, de 14 de maio de 1979, combinados com os artigos 38, alínea a; e 44, do Decreto 6.791, de 04 de junho de 1982, a contar de 21 de abril de 1997.

AO POSTO DE PRIMEIRO-TENENTE
POR ANTIGUIDADE
OS SEGUNDOS-TENENTES QOPME
CLEBER DOS SANTOS PINTO

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos V e VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o artigo 18, caput, da Lei nº 6.302, de 15 de dezembro de 1975, e considerando o que consta do Processo nº 053.000.424/97, resolve:

PROMOVER, no Quadro de Oficiais Bombeiros-Militares Combatentes do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, de acordo com os artigos 4º, Inciso II; 6º; 10, inciso II; 13; e 19, incisos II e III, da Lei 6.302, de 15 de dezembro de 1975, combinados com os artigos 40, inciso V; 48, modificado pelo artigo 1º, do Decreto 7.800, de 05 de dezembro de 1983; e 50, o Decreto nº 3.170, de 16 de fevereiro de 1976, a contar de 21 de abril de 1997.

AO POSTO DE CORONEL QOBM/Comb.
POR MERECIMENTO
OS TENENTES-CORONÉIS QOBM/Comb.
DAVID LOURENÇO FERREIRA
VALTER PINTO DE CAMARGO
MARCOS ANTONIO DE OLIVEIRA PINTO
MAGNO DE ALMEIDA
JORGE FERREIRA FILHO

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos V e VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o artigo 18, caput, da Lei nº 6.302, de 15 de dezembro de 1975, e considerando o que consta do Processo nº 053.000.424/97, resolve:

PROMOVER, no Quadro de Oficiais Bombeiros-Militares Combatentes do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, de acordo com os artigos 4º, Inciso II; 6º; 10, inciso II; 13; e 19, incisos I e II, da Lei 6.302, de 15 de dezembro de 1975, combinados com os artigos 40, inciso III; 48, modificado pelo artigo 1º, do Decreto 7.800, de 05 de dezembro de 1983; 49 e 50, do Decreto nº 3.170, de 16 de fevereiro de 1976, a contar de 21 de abril de 1997.

AO POSTO DE TENENTE - CORONEL QOBM/Comb.
POR MERECIMENTO
O MAJOR QOBM/Comb.
LUIZ ANTONIO VILELA LUSTOSA

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos V e VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o artigo 18, caput, da Lei nº 6.302, de 15 de dezembro de 1975, e considerando o que consta do Processo nº 053.000.424/97, resolve:

PROMOVER, no Quadro de Oficiais Bombeiros-Militares Combatentes do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, de acordo com os artigos 4º, Inciso II; 6º; 10, inciso II; 13; e 19, incisos I e II, da Lei 6.302, de 15 de dezembro de 1975, combinados com os artigos 40, inciso III; 48, modificado pelo artigo 1º, do Decreto 7.800, de 05 de dezembro de 1983; e 50, do Decreto nº 3.170, de 16 de fevereiro de 1976, a contar de 21 de abril de 1997.

AO POSTO DE TENENTE - CORONEL QOBM/Comb.
POR MERECIMENTO
OS MAJORES QOBM/Comb.
JULIO CÉSAR BARBOSA
ELIESER SEBASTIÃO LEÔNCIO DA SILVA

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, tendo em vista o disposto no artigo 2.°, § 3.°, da Lei 469, de 25 de junho de 1993, r e s o l v e :

Dispensar, **NEIDE APARECIDA RODRIGUES DE MORAIS** E **JOSÉ AFONSO MENDES ,** representantes das Entidades Congregadas de Sindicatos de Trabalhadores Urbanos, da função de Membros Efetivo e Suplente, respectivamente, do Conselho de Saúde do Distrito Federal.

Designar, **JOSÉ AFONSO MENDES** e **ANTÔNIO DE PÁDUA MAIA,** representantes das Entidades Congregadas de Sindicatos de Trabalhadores Urbanos, para a função de Membros Efetivo e Suplente, respectivamente, do Conselho de Saúde do Distrito Federal.

CRISTOVAM BUARQUE

Governador do Distrito Federal no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Exonerar, a pedido, VALTER JOSÉ COSER, Assistente Superior de Saúde, 1ª Classe, Padrão I (Médico/Cirurgia Geral), matrícula Nº 125.913-0, do Cargo em Comissão de Assistente do Serviço de Emergência, do Hospital Regional de Planaltina, Símbolo DFA-06, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a partir de 01/04/97.

Exonerar, a pedido, JOSÉ FÁBIO DE ANDRADE MENDES JÚNIOR, Assistente Superior de Saúde, 2ª Classe, Padrão III (Médico/Cirurgia Geral), matrícula Nº 128.498-3, do Cargo em Comissão de Chefe de Equipe de Emergência, do Serviço de Emergência, do Hospital Regional de Planaltina, Símbolo DFG-06, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a partir de 01/04/97.

Exonerar, a pedido, MAURÍCIO NEIVA CRISPIM, Assistente Superior de Saúde, 1ª Classe, Padrão I (Médico/Clínica Médica), matrícula Nº 124.752-2, do Cargo em Comissão de Chefe do Serviço de Emergência, do Hospital Regional de Planaltina, Símbolo DFG-07, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a partir de 01/04/97.

Exonerar, a pedido, MARCELO RUPERTO SOUZA DAS CHAGAS, Assistente Superior de Saúde, 2ª Classe, Padrão I (Médico/Pediatria), matrícula Nº 129.525-0, do Cargo em Comissão de Chefe da Unidade de Pediatria, da Divisão de Recursos Médico-Assistenciais, do Hospital Regional de Planaltina, Símbolo DFG-05, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a partir de 05/03/97.

Exonerar, a pedido, IVAN SALES DOS ANJOS, Assistente Superior de Saúde, 1ª Classe, Padrão VI (Médico/Clínica Médica), matrícula Nº 120.151-4, do Cargo em Comissão de Diretor da Divisão de Recursos Médico-Assistenciais, do Hospital Regional de Planaltina, Símbolo DFG-07, do Quadro de Cargo em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a partir de 01/04/97.

Exonerar, a pedido, CLÁUDIO WERNECK MUNIZ, Assistente Superior de Saúde, Classe Especial, Padrão I (Médico/Pediatria), matrícula Nº 119.597-2, do Cargo em Comissão de Chefe do Centro de Saúde Nº 01, da Coordenação Regional de Saúde de Planaltina, Símbolo DFG-08, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a partir de 01/04/97.

Nomear, SOLANGE DO SOCORRO FONSECA TAVARES, Assistente Superior de Saúde, 3ª Classe, Padrão IV (Enfermeira), matrícula Nº 132.729-1, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe do Centro

de Saúde Nº 01, da Coordenação Regional de Saúde de Planaltina, Símbolo DFG-08, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Governador do Distrito Federal no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Exonerar, por ter sido nomeada para outro cargo, ANAMARIA FERREIRA AZEVEDO, Assistente Superior de Saúde, 2ª Classe, Padrão I (Enfermeira), matrícula Nº 129.019-3, do Cargo em Comissão de Assistente do Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos para a Saúde, Símbolo DFA-08, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Nomear, MARIA MADALENA, Assistente Superior de Saúde, 1ª Classe, Padrão III (Enfermeira), matrícula Nº 122.530-8, para exercer o Cargo em Comissão de Assistente do Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos para a Saúde, Símbolo DFA-08, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Exonerar, por ter sido nomeada para outro cargo, MARIA MADALENA, Assistente Superior de Saúde, 1ª Classe, Padrão III (Enfermeira), matrícula Nº 122.530-8, do Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Coordenação de Cursos, da Escola Técnica de Saúde de Brasília, do Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos para a Saúde, Símbolo DFG-06, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Nomear, ANAMARIA FERREIRA AZEVEDO, Assistente Superior de Saúde, 2ª Classe, Padrão I (Enfermeira), matrícula Nº 129.019-3, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Coordenação de Cursos, da Escola Técnica de Saúde de Brasília, do Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos para a Saúde, Símbolo DFG-06, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Governador do Distrito Federal no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Exonerar, a pedido, BEATRIZ FORTUNA DE OLIVEIRA, Assistente Superior de Saúde, 2ª Classe, Padrão I (Médico/Clínica Médica), matrícula Nº 128.893-8, do Cargo em Comissão de Chefe do Centro de Saúde Nº 05, da Coordenação Regional de Saúde de Taguatinga,, Símbolo DFG-08, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a partir de 01/04/97.

Nomear, MARLEY MENDONÇA ALVES, Assistente Superior de Saúde, 1ª Classe, Padrão VI (Odontólogo), matrícula Nº 121.372-5, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe do Centro de Saúde Nº 05, da Coordenação Regional de Saúde de Taguatinga, Símbolo DFG-08, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Dispensar JOSENY CÂNDIDO LOPES da função de Membro do Conselho de Administração da Loteria Social do Distrito Federal, na qualidade de representante da Associação Grêmio Recreativo de Cabos e Soldados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Designar PEDRO ALVES FREIRES para compor o Conselho de Administração da Loteria Social do Distrito Federal, na qualidade de representante da Associação Grêmio Recreativo de Cabos e Soldados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:
Exonerar **MARIA DA PENHA SOUZA DOS SANTOS,** matrícula nº 23.254-8/FEDF, do Cargo em Comissão, Código DFG-10, de Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo, da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Claudio Santoro, da Diretoria Executiva da Fundação Cultural do Distrito Federal, a partir de 31 de março de 1997.

Nomear **ADRIANA APARECIDA WERNECK ROMANI,** para exercer o Cargo em Comissão, Código DFG-10, de Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo, da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Claudio Santoro, da Diretoria Executiva da Fundação Cultural do Distrito Federal.

Exonerar, a pedido, **EDSON HOLANDA CAVALCANTE**, matrícula nº 1334-X, do Cargo em Comissão, Código DFA-03, de Secretário Administrativo, do Departamento de Radiodifusão, da Diretoria Executiva da Fundação Cultural do Distrito Federal, a partir de 02 de abril de 1997.

Nomear **JOSÉ DE RIBAMAR NASCIMENTO**, para exercer o Cargo em Comissão, Código DFA-03, de Secretário Administrativo, do Departamento de Radiodifusão, da Diretoria Executiva da Fundação Cultural do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

I - EXONERAR, **NIVARDO DE AMORIM GALLO,** matrícula nº 68.024-9 do Cargo em Comissão de Assistente, Símbolo DFA-05, do Instituto de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal.

II - NOMEAR, **JULIAN GOROVITZ,** para exercer o Cargo em Comissão de Assistente, Símbolo DFA-05, do Instituto de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Meio Ambiente Ciência e Tecnologia do Distrito Federal.

ASSINATURA SEMESTRAL

Retirada no Anexo do Palácio do Buriti	Remessa via Correios
R$ 87,12	R$ 223,08

Anexo do Palácio do Buriti
telefones: (061) 225-7803
316-4137 e 213-6312

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Exonerar SIMONE DE SOUZA CAVALCANTE, do Cargo em Comissão de Chefe da Divisão de Projetos Tecnológicos, Símbolo DFG-11, do Instituto de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal.

Nomear MARIA DE FÁTIMA PEREIRA TELES, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe da Divisão de Projetos Tecnológicos, Símbolo DFG-11, do Instituto de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 100, Inciso XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:
- EXONERAR, a pedido, ILDEFONSO MARQUES DE ALCÂNTARA, matrícula nº 24.346-9, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-04, de Vice-Diretor da Escola Classe Incra 09, a contar de 12.03.97.
- NOMEAR ANA MARIA GOMES CORCINO DA SILVA, matrícula nº 66.638-6, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-04, de Vice-Diretor da Escola Classe Incra 09.
- EXONERAR, a pedido, MARIA VIDAL DE OLIVEIRA, matrícula nº 56.779-5, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-06, de Diretor da Escola Classe Incra 09, a contar de 12.03.97.
- NOMEAR ADRIANO BEZERRA DE MEDEIROS, matrícula nº 48.187-4, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-06, de Diretor da Escola Classe Incra 09.
- EXONERAR, a pedido, MARILEUSA ALVES BORGES BEZERRA, matrícula nº 66.321-2, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-08, de Vice-Diretor da Escola Normal, a contar de 18.03.97.
- NOMEAR UMBERTO JOSÉ DE ARAÚJO FAGUNDES, matrícula nº 64.065-4, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-08, de Vice-Diretor da Escola Normal.
- EXONERAR, por estar sendo nomeada para outro cargo, MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA, matrícula nº 66.480-4, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-06, de Assistente do Programa de Educação Escolar do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente de Brazlândia.
- NOMEAR JOANA DARC DA PAZ DE LIMA, matrícula nº 24.111-3, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-06, de Assistente do Programa de Educação Escolar do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente de Brazlândia.
- EXONERAR, por estar sendo nomeado para outro cargo, UMBERTO JOSÉ DE ARAÚJO FAGUNDES, matrícula nº 64.065-4, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-06, de Assistente da Escola Normal.
- EXONERAR MARCO AURÉLIO GUIMARÃES RODRIGUES, matrícula nº 20.291-6, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-08, de Assistente Geral do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente de Brazlândia.
- NOMEAR MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA, matrícula nº 66.480-4, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-08, de Assistente Geral do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente de Brazlândia.

DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE BRAZLÂNDIA.
DA DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 100, Inciso XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:
- EXONERAR MARLUCE CABRAL DA COSTA, matrícula nº 46.057-5, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Assistente da Escola Classe 108.
- NOMEAR ALESSANDRA FIGUEIREDO MOREIRA GONDIM, matrícula nº 23.289-0, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Assistente da Escola Classe 108.
- EXONERAR, a pedido, PATRÍCIA MATEUS COSTA MELO, matrícula nº 68.546-1, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-04, de Assistente do Centro de Ensino de 1º Grau 504, a contar de 20.03.97.
- NOMEAR ADRIANA PINTO MARTINS, matrícula nº 20.644-X, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-04, de Assistente do Centro de Ensino de 1º Grau 504.

DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE SAMAMBAIA.
DA DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 100, Inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:
TORNAR SEM EFEITO o Decreto de 18 de outubro de 1996, publicado no DODF nº 204, de 21.10.96, que nomeou ANÁLIA ROSA LEAL, matrícula nº 67.448-6, por não ter tomado posse em tempo hábil.
NOMEAR ANÁLIA ROSA LEAL, matrícula nº 48.068-1, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-02, de Assistente do Gabinete.
DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 100, Inciso XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:
EXONERAR, por motivo de aposentadoria, HORTÊNCIA MARIA DE GUSMÃO BARROS TEIXEIRA, matrícula nº 49.273-6, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-05, de Assistente do Gabinete, a contar de 15.04.97.
NOMEAR HORTÊNCIA MARIA DE GUSMÃO BARROS TEIXEIRA, matrícula nº 49.273-6, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-05, de Assistente do Gabinete.
DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 100, Inciso XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:
- EXONERAR, por motivo de aposentadoria, MARLENE ALVES PEREIRA BRAZ, matrícula nº 93.565-4, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-06, de Assistente do Centro Educacional 02, a contar de 02.04.97.

- NOMEAR VICENTE BEZERRA DE OLIVEIRA, matrícula nº 51.051-3, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Assistente da Escola Classe 12.
- CONSIDERAR VAGO o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Chefe de Secretaria Escolar da Escola Classe Boa Esperança, da Divisão Regional de Ensino de Taguatinga, por motivo de falecimento da titular MARIA JOSÉ FAUSTINA DA SILVA, matrícula nº 27.754-1, a contar de 28.01.97.

DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE TAGUATINGA.

DA DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL.

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

EXONERAR, a pedido, HILDEVAN AGUIAR CAVALCANTE, matrícula nº 39.943-4, do cargo em comissão de Assistente, símbolo DFA-02, do Gabinete do Secretário de Obras do Distrito Federal, a partir de 14.04.97.

NOMEAR, FLÁVIA LIMA DA SILVA, matrícula nº 39.912-4, Técnico de Administração Pública, 3ª Classe, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal , para exercer o cargo em comissão de Assistente, símbolo DFA-02, do Gabinete do Secretário de Obras do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

I - Exonerar, JUAREZ ACHKAR PETRILLIO, matrícula nº 90.108-3, do cargo em comissão de Assessor da Gerência de Arquivo Permanente, código DFA-11, do Arquivo Público do Distrito Federal.

II - Exonerar, por estar sendo nomeada para outro cargo, CARMEN VALÉRIA SOARES ROCHA VILLAR, matrícula nº 90.109-1, do cargo em comissão de Assistente da Gerência de Arquivo Permanente, código DFA-06, do Arquivo Público do Distrito Federal.

III- Nomear, CARMEN VALÉRIA SOARES ROCHA VILLAR, matrícula 90.109-1, para exercer o cargo em comissão de Assessor da Gerência de Arquivo Permanente, código DFA-11, do Arquivo Público do Distrito Federal.

IV- Nomear, MARIA VILAR RAMALHO RAMOS, para exercer o cargo em comissão de Assistente da Gerência de Arquivo Permanente, código DFA-06, do Arquivo Público do Distrito Federal.

V - Exonerar, MARGARETH SOARES LOURENÇO, do cargo em comissão de Assistente da Gerência Cultural, código DFA-06, do Arquivo Público do Distrito Federal.

VI - Nomear, ANDRÉA MODTKOWSKI, para exercer o cargo em comissão de Assistente da Gerência Cultural, código DFA-06, do Arquivo Público do Distrito Federal.

VII - Exonerar, VANI RODRIGUES, do cargo em comissão de Encarregado de Consultas, código DFG-02, do Arquivo Público do Distrito Federal.

VIII - Nomear, ADRIANA GONÇALVES SILVA, para exercer o cargo em comissão de Encarregado de Consultas, código DFG-02, do Arquivo Público do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, r e s o l v e :

Retificar o Decreto de 18 de março de 1997, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 53, de 19 de março de 1997, que Exonerou DOMINGA RODRIGUES DOS SANTOS SILVA, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-09, de Assistente II, do Centro de Desenvolvimento Social, da Diretoria de Operações, conforme se segue:

ONDE SE LÊ: Centro de Desenvolvimento Social, LEIA-SE: Centro de Desenvolvimento Social de Planaltina.

Retificar o Decreto de 18 de março de 1997, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 53, de 19 de março de 1997, que Nomeou ANA MARIA SARAIVA, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-09, de Assistente II, do Centro de Desenvolvimento Social, da Diretoria de Operações, conforme se segue:

ONDE SE LÊ: Centro de Desenvolvimento Social, LEIA-SE: Centro de Desenvolvimento Social de Planaltina.

DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL.

Governador do Distrito Federal no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Exonerar, a pedido, JOÃO ISMAEL JACINTO ALBERNAZ, Assistente Superior de Saúde, Classe Especial, Padrão III (Médico/Anestesiologia), matrícula Nº 116.085-1, do Cargo em Comissão de Chefe da Unidade de Anestesiologia e Gasoterapia, da Divisão de Recursos Médico-Assistenciais, do Hospital Regional de Sobradinho, Símbolo DFG-05, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a partir de 27/03/97.

Exonerar, a pedido, EDIVALTHER VIUDES DANTAS, Assistente Superior de Saúde, 2ª Classe, Padrão I (Médico/Terapia Intensiva-Aldulto), matrícula Nº 129.771-6, do Cargo em Comissão de Chefe da Unidade de Terapia Intensiva, da Divisão de Recursos Médico-Assistenciais, do Hospital Regional de Sobradinho, Símbolo DFG-05, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a partir de 31/03/97.

Governador do Distrito Federal no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Nomear, ROSÂNGELA DA SILVA SILVESTRE, Assistente Superior de Saúde, 2ª Classe, Padrão VII (Médico/Pediatria), matrícula Nº 127.115-6, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Medicina Integrada, da Divisão de Recursos Médico-Assistenciais, do Hospital Regional de Brazlândia, Símbolo DFG-06, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Governador do Distrito Federal no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Exonerar, a pedido, AUGUSTO CÉSAR DOS REIS GOMES, Assistente Intermediário de Saúde II, 3ª Classe, Padrão III (Agente Administrativo), matrícula Nº 134.653-9, do Cargo em Comissão de Encarregado de Recursos Humanos Econômico-Financeiros, do Centro de Saúde Nº 07, da Coordenação Regional de Saúde de Ceilândia, Símbolo DFG-04, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a partir de 07/04/97.

Exonerar, a pedido, VERA MARIA SANTANA, Assistente Intermediário de Saúde II, Classe Especial, Padrão V (Agente Administrativo), matrícula Nº 118.040-1, do Cargo em Comissão de Encarregada de Recursos Humanos Econômico-Financeiros, do Centro de Saúde Nº 09, da Coordenação Regional de Saúde de Ceilândia, Símbolo DFG-04, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a partir de 07/04/97.

Exonerar, a pedido, MARIA DE FÁTIMA REZENDE S. QUEIROZ, Assistente Superior de Saúde, 2ª Classe, Padrão III (Médico/Ginecologia e Obstetrícia), matrícula Nº 128.217-4, do Cargo em Comissão de Chefe do Centro de Saúde Nº 09, da Coordenação Regional de Saúde de Ceilândia, Símbolo DFG-08, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a partir de 07/04/97.

Governador do Distrito Federal no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Exonerar, por ter sido nomeado para outro cargo, HELIOS DE SOUZA FLEURY, Assistente Superior de Saúde, Classe Especial, Padrão III (Médico/Clínica Médica), matrícula Nº 118.141-6, do Cargo em Comissão de Chefe do Centro de Saúde Nº 18, da Coordenação Regional de Saúde da Asa Sul, Símbolo DFG-08, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a partir de 07/04/97.

Nomear, TANYA MARA BAUAB BERNARDES DE ASSIS, Assistente Superior de Saúde, Classe Especial, Padrão I (Médico/Pediatria), matrícula Nº 118.883-6, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe do Centro de Saúde Nº 18, da Coordenação Regional de Saúde da Asa Sul, Símbolo DFG-08, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Exonerar, EGIONE DE OLIVEIRA NOBREGA, Assistente Superior de Saúde, Classe Especial, Padrão I (Enfermeira), matrícula Nº 118.630-2, do Cargo em Comissão de Chefe do Centro de Saúde Nº 02, da Coordenação Regional de Saúde da Asa Sul, Símbolo DFG-08, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a partir de 07/04/97.

Nomear, HELIOS DE SOUZA FLEURY, Assistente Superior de Saúde, Classe Especial, Padrão III (Médico/Clínica Médica), matrícula Nº 118.141-6, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe do Centro de Saúde Nº 02, da Coordenação Regional de Saúde da Asa Sul, Símbolo DFG-08, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Exonerar, MÁRCIA PINA DA SILVA, matrícula Nº 136485-5, do Cargo em Comissão de Encarregada de Plantão Administrativo, do Hospital Materno Infantil de Brasília, Símbolo DFG-04, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a partir de 07/04/97.

Nomear, WALMAR GOMES PEDROSA, para exercer o Cargo em Comissão de Encarregado de Plantão Administrativo, do Hospital Materno Infantil de Brasília, Símbolo DFG-04, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Governador do Distrito Federal no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Exonerar, a pedido, WYLLIENE BARROS CAVALCANTE, Assistente Superior de Saúde, 2ª Classe, Padrão I (Enfermeira), matrícula Nº 131.009-7, do Cargo em Comissão de Encarregada de Enfermagem Por Área de Internação, da Seção de Enfermagem, da Divisão de Recursos Médico-Assistenciais, do Hospital Regional de Taguatinga, Símbolo DFG-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a partir de 13/03/97.

Nomear, MARIA DE FÁTIMA SIQUEIRA, Assistente Superior de Saúde, 3ª Classe, Padrão III (Enfermeira), matrícula Nº 133.827-7, para exercer o Cargo em Comissão de Encarregada de Enfermagem Por Área de Internação, da Seção de Enfermagem, da Divisão de Recursos Médico-Assistenciais, do Hospital Regional de Taguatinga, Símbolo DFG-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, r e s o l v e :

Nomear o servidor HENRIQUE CARLOS DUTRA, AISS, matrícula 07080-7, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-07, de Supervidor do Serviço de Internação Estrita do Centro de Atendimento Juvenil Especializado - CAJE, da Diretoria de Operações;

Nomear o servidor ANTONIO RAIMUNDO DOS SANTOS, AISS, matrícula 06608-7, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-09, de Chefe do Núcleo de Atividades múltiplas do Centro de Educação, Integração e Apoio de Menores e Família - COMEIA, da Diretoria de Operações;

DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, r e s o l v e :

Exonerar, por ter sido designada para outro cargo, o servidor CARLOS ALBERTO MENDES, AISS, matrícula 06167-0, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-07, de Supervisor do Serviço de Internação Estrita do Centro de Atendimento Juvenil Especializado - CAJE, da Diretoria de Operações.

Tornar sem efeito a nomeação da servidora DOMINGA RODRIGUES DOS SANTOS SILVA, AISS, matrícula 02696-4, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-06, de Gerente Administrativo, do Centro de Educação, Integração e Apoio a Menores e Família-COMEIA, da Diretoria de Operações, conforme Decreto de 18 de março de 1997, publicado no DODF de 19 de março de 1997.

Nomear o servidor CARLOS ALBERTO MENDES, AISS, matrícula 06167-0, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-06, de Gerente Administrativo, do Centro de Educação, Integração e Apoio a Menores e Família-COMEIA, da Diretoria de Operações.

Exonerar, por ter sido designado para outro cargo, o servidor LORIVALTO MACHADO NETO, AISS, matrícula 04036-3, do Cargo Comissão, Símbolo DFG-04, de Encarregado do Serviço de Internação Estrita do Centro de Atendimento Juvenil Especializado-CAJE, da Diretoria de Operações.

Nomear o servidor LORIVALTO MACHADO NETO, AISS, matrícula 04036-3, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-07, de Supervisor do Serviço de Internação Estrita do Centro de Atendimento Juvenil Especializado-CAJE, da Diretoria de Operações.

Nomear MÁRIO SÉRGIO LEOPOLDINO RODRIGUES, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-04, de Encarregado do Serviço de Internação Estrita do

Centro de Atendimento Juvenil Especializado-CAJE, da Diretoria de Operações.

Exonerar, a pedido, MARCO ANTONIO PINHO, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-04, de Encarregado do Serviço de Internação Estrita do Centro de Atendimento Juvenil Especializado-CAJE, da Diretoria de Operações, a partir de 10/03/97.

Nomear ELIZEU BOMFIN NATIVIDADE, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-04, de Encarregado do Serviço de Internação Estrita do Centro de Atendimento Juvenil Especializado-CAJE, da Diretoria de Operações.

Exonerar, por ter sido designado para outro cargo, o servidor HENRIQUE CARLOS DUTRA, AISS, matrícula 07080-7, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-09, de Chefe do Núcleo de Atividades Múltiplas do Centro de Educação, Integração e Apoio a Menores e Família-COMEIA, da Diretoria de Operações.

Exonerar, por ter sido designado para outro cargo, o servidor ANTONIO RAIMUNDO DOS SANTOS, AISS, matrícula 06608-7, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-07, de Supervisor do Serviço de Internação Estrita do Centro de Atendimento Juvenil Especializado-CAJE, da Diretoria de Operações.

DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS

EXONERAR EDVAL SOARES DE ARIMATÉA, Matrícula nº 47.981-5, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-10, de Chefe do Serviço de Desenho Técnico, da Divisão Regional de Obras Públicas;

NOMEAR EDVAL SOARES DE ARIMATÉA, Matrícula nº 47.981-5, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-10, de Chefe do Serviço de Consulta Prévia, da Divisão Regional de Exame e Aprovação de Projetos;

NOMEAR VILSON TORRES DE OLIVEIRA, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-10, de Chefe do Serviço de Desenho Técnico, da Divisão Regional de Obras Públicas,

DA SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS, DA SECRETARIA DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA

NOMEAR CARLOS ALBERTO COSTA CARVALHO, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-08, de Chefe da Junta Regional do Serviço Militar;

NOMEAR EDILMA JOSÉ DA CONCEIÇÃO, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, da Secretário Administrativo do Gabinete;

NOMEAR MICHELE SIDRIM, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-10, de Chefe do Serviço de Administração de Feiras, da Divisão Regional de Serviços Públicos,

DA SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS, DA SECRETARIA DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS

EXONERAR, a pedido, CRISCÉLIA MARIA ARAÚJO MONTEIRO, Matrícula nº 40.611-2, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-02, de Secretário Administrativo;

EXONERAR VALDIRENE MARQUES ARAÚJO, Matrícula nº 48.150-5, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-05, de Chefe de Biblioteca Pública, da Divisão Regional de Cultura;

NOMEAR DIONISIO SOUZA SANTOS NETO, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-02, de Secretário Administrativo;

NOMEAR APARECIDA RODRIGUES PEREIRA, Auxiliar de Educação/FEDF, Matrícula nº 40.768-2, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-05, de Chefe de Biblioteca Pública, da Divisão Regional de Cultura,

DA SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS, DA SECRETARIA DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

NOMEAR AREUDA INÁCIO MENEZES, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-05, de Assistente, da Gerência de Acompanhamento das Ações Regionais, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Secretaria de Governo do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO

MANDAR CESSAR os efeitos do Decreto de 07 de março de 1997, publicado no DODF nº 46, de 10 de março de 1997, que designou ALIPIO CORREIA FILHO, Secretário-Adjunto da Secretaria de Agricultura, Matrícula nº 44.352-2, para responder, interina e cumulativamente, sem acumular salários, pelo Cargo em Comissão, Símbolo DFG-14, de Chefe de Gabinete;

NOMEAR RONALD ACIOLI DA SILVEIRA, Agente Administrativo/INPS, Matrícula nº 44.632-7, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-14, de Chefe de Gabinete,

DA SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS, DA SECRETARIA DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Exonerar a pedido, ROSÁRIA MARIA DINIZ, matrícula nº 35.189-X, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Secretário Administrativo do Departamento de Assuntos Administrativos da Secretaria de Governo do Distrito Federal, a partir de 22.04.97.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Tornar sem efeito o Decreto de 15 de abril de 1997, publicado no DODF nº 72 de 16 de abril de 1997, que exonerou MARIA SALETE ALVES, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Secretário Administrativo do Departamento de Relações Político-Institucionais da Secretaria de Governo do Distrito Federal.

Tornar sem efeito o Decreto de 15 de abril de 1997, publicado no DODF nº 72 de 16 de abril de 1997, que exonerou MARIA GORETTI SOUSA DE MEDEIROS, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Secretário Administrativo do Departamento de Relações Político-Institucionais da Secretaria de Governo do Distrito Federal.

Exonerar, MARIA SALETE ALVES, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Secretário Administrativo do Departamento de Relações Político-Institucionais da Secretaria de Governo do Distrito Federal, a partir de 16.04.97.

Nomear, MARIA GORETTI SOUSA DE MEDEIROS, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Secretário Administrativo do Departamento de Relações Político-Institucionais da Secretaria de Governo do Distrito Federal.

CRISTOVAM BUARQUE

RETIFICAÇÃO

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

RETIFICAR o Decreto de 18 de abril de 1996, publicado no DODF nº 075, de 22 de abril de 1997:

ONDE SE LÊ: "Exonerar JAIRO PORTELA DE MEDEIROS..."

LEIA-SE: "Cessar os efeitos do Decreto de 24 de julho de 1996, publicado no DODF nº 143, de 25 de julho de 1996, que designou JAIRO PORTELA DE MEDEIROS..."

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

RETIFICAR o Decreto de 18 de abril de 1997, publicado no DODF nº 075, de 22 de abril de 1997:

ONDE SE LÊ: "Designar OSCAR ODILON DE SÃO JOSÉ..."

LEIA-SE: "Nomear OSCAR ODILON DE SÃO JOSÉ..."

VICE-GOVERNADORIA

PORTARIA DE 18 DE ABRIL DE 1997

A VICE-GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º do Decreto 13.917 de 29 de abril de 1992, resolve:

EXONERAR o CB PM RAIMUNDO GOMES DOS SANTOS, matrícula nº 47.487-8, da Função de Auxiliar de Segurança da Assessoria Militar da Vice-Governadoria do Distrito Federal, bem como mandar cessar o pagamento da Gratificação de Representação Militar a partir 17.03.97, por ter sido nomeado para outro cargo.

EXONERAR o SD QPPMC CASSIO MARINHO, matrícula nº 45.018-9, da Função de Auxiliar de Segurança da Assessoria Militar da Vice-Governadoria do Distrito Federal, bem como mandar cessar o pagamento da Gratificação de Representação Militar a partir de 17.03.97, por ter sido nomeado para outro cargo.

ARLETE SAMPAIO

DESPACHO DA VICE-GOVERNADORA

À vista do disposto nos artigos 80 e 81 do Decreto nº 16098, de 29.11.94, e de acordo com o que estabelece o ítem I, do artigo 38, combinado com os ítens II e IV do artigo 39, do citado diploma legal, RECONHEÇO A DÍVIDA, autorizo a realização da despesa e determino a emissão de Nota de Empenho Ordinário no valor de R$ 139,55 (cento e trinta e nove reais e cinquenta e cinco centavos), à conta do subelemento de despesa 319092 - Despesas de exercícios anteriores, em complemento ao Reconhecimento da dívida publicada no DODF nº 07 de 10.01.97, página 204, referente a pagamento de Quintos, em favor do servidor FRANCISCO DAS CHAGAS BORGES LEAL e outros.

Publique-se e encaminhe à DEO/DAA/GVG para as providências complementares.

Brasília, 18 de abril de 1997

ARLETE SAMPAIO

ATO DO CHEFE DE GABINETE

ORDEM DE SERVIÇO DE 18 DE ABRIL DE 1997

O CHEFE DE GABINETE DA VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, resolve:

Autorizar a servidora abaixo relacionada a ausentar-se do serviço por motivo de Falecimento, nos termos do art. 97, inciso III, alínea "b", da Lei 8.112/90.
Servidora: MARIA MÁRCIA DA SILVA UCHÔA
Matrícula: 33.818-4
Período: 15.04.97 a 22.04.97

ANTONIO LASSANCE JÚNIOR

SECRETARIA DE GOVERNO

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS

ORDEM DE SERVIÇO Nº 15, DE 15 DE ABRIL DE 1997

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Art. 9º, do Decreto nº 13.447, de 17 de setembro de 1991, resolve:
CANCELAR a concessão de Indenização de Transporte da servidora SILVA MARIA ARRUDA SILVA, Técnica de Administração Pública, Matrícula nº 43.024-2,pela execução de serviços externos a cargo da Divisão Regional de Obras , de acordo com Decreto supracitado, a partir de 07.04.97.

FRANCISCO PEREIRA DA SILVA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 16, DE 15 DE ABRIL DE 1997

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Art. 1º, do Decreto nº 13.447, de 17 de setembro de 1991, resolve:
CONCEDER Indenização de Transporte ao servidor DÉCIO DE SOUZA FELIX, Técnico de Administração Pública. Matrícula nº 43.313-6,pela execução de serviços externos a cargo da Divisão Regional de Obras , de acordo com Decreto supracitado, a partir de 07.04.97.

FRANCISCO PEREIRA DA SILVA

DESPACHO DO ADMINISTRADOR

SERVIDOR:JOSÉ ATAIDE DE CARVALHO
DEPENDENTE: LUIZ HENRIQUE SILVA DE CARVALHO
Concedo salário família, nos termos do Art. 197, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a partir de 11/04/97.

FRANCISCO PEREIRA DA SILVA

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA

DESPACHO DO DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

O Diretor da Divisão de Administração Geral, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, aprovado pelo Decreto 16.247, de 29 de dezembro de 1994, RESOLVE: Autorizar o pagamento do Auxilio Creche e Pre-Escola, instituída pela Lei nº 792, de 10 de novembro de 1995, aos respectivos dependentes, de acordo com a Portaria nº 40/95/SEA.

Servidor: JOÃO REGIS NASCIMENTO - matricula 49.231-0
Dependentes: Laura Regina dos Santos Nascimento - nascimento : 11.10.92
Iara Leticia dos Santos Nascimento - nascimento : 05.10.90
João Regis Nascimento Filho - nascimento - 02.06.96
Admissão : 05.03.97

Servidor: JORGE LUIZ DE OLIVEIRA DA SILVA - matricula : 49.166-7
Dependentes: Flavia Caetania de Oliveira - nascimento : 13.04.94
Janaina Caetania de Oliveira - nascimento : 15.04.90
Admissão : 07.02.97

Servidor: GERALDA MAGELA RODRIGUES - matricula: 49.321-X
Dependentes: Marina Rodrigues Borges da Silva - nascimento : 06.01.95
Admissão : 31.03.97

Servidor: FERNANDO CARDOSO DE OLIVEIRA -matricula: 49.309-0
Dependentes: Diogo Fillype Almeida de Oliveira - nascimento: 20.11.90
Dalyla Thauanne Alves de Oliveira - nascimento: 01.06.94
Admissão : 21.03.97

Servidor: JOÃO NETO FELIX MUNIZ - matricula: 49.326-0
Dependentes: Eduardo Brendon Andrade Muniz - nascimento: 09.01.93
Jean Victor Andrade Muniz - nascimento: 09.06.96
Admissão : 31.03.97

Servidor: ESTEMILDE PEREIRA DE REZENDE - matricula: 49.363-5
Dependentes: Priscila Pereira de Resende - nascimento: 30.09.92
Erickson Pereira Silva - nascimento: 01.02.95
Admissão : 07.04.97

Servidor: WIMERSON PEREIRA BORGES
Dependentes: Jackelyne da Silva Borges - nascimento: 18.03.97
Admissão : 18.10.96

VALDEMAR ALVES DE MIRANDA

DESPACHOS DO CHEFE DE PESSOAL

Despacho : Concede Salário Família, nos termos do Artigo 197, da Lei 8.112/90, aos servidores abaixo relacionados, conforme documentação apresentada.

Servidor: JOÃO REGIS NASCIMENTO - matricula 49.231-0
Dependentes: Laura Regina dos Santos Nascimento - nascimento : 11.10.92
Iara Leticia dos Santos Nascimento - nascimento : 05.10.90
João Regis Nascimento Filho - nascimento - 02.06.96
Admissão : 05.03.97

Servidor: JORGE LUIZ DE OLIVEIRA DA SILVA - matricula : 49.166-7
Dependentes: Flavia Caetania de Oliveira - nascimento : 13.04.94
Janaina Caetania de Oliveira - nascimento : 15.04.90
Admissão : 07.02.97

Servidor: GERALDA MAGELA RODRIGUES - matricula: 49.321-X
Dependentes: Marina Rodrigues Borges da Silva - nascimento : 06.01.95
Admissão : 31.03.97

Servidor: FERNANDO CARDOSO DE OLIVEIRA -matricula: 49.309-0
Dependentes: Diogo Fillype Almeida de Oliveira - nascimento: 20.11.90
Dalyla Thauanne Alves de Oliveira - nascimento: 01.06.94
Admissão : 21.03.97

Servidor: JOÃO NETO FELIX MUNIZ - matricula: 49.326-0
Dependentes: Eduardo Brendon Andrade Muniz - nascimento: 09.01.93
Jean Victor Andrade Muniz - nascimento: 09.06.96
Admissão : 31.03.97

Servidor: ESTEMILDE PEREIRA DE REZENDE - matricula: 49.363-5
Dependentes: Priscila Pereira de Resende - nascimento: 30.09.92
Erickson Pereira Silva - nascimento: 01.02.95
Admissão : 07.04.97

Servidor: WIMERSON PEREIRA BORGES
Dependentes: Jackelyne da Silva Borges - nascimento: 18.03.97
Admissão : 18.10.96

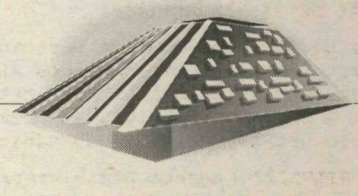
Despacho : Concede Licença NOJO,, nos termos do Artigo 97, da Lei 8.112/90, a servidora abaixo relacionada, conforme documentação apresentada, pelo falecimento do conjugue.

Servidora: MARIA DE FÁTIMA DA SILVA - matricula : 39.352-5
Período: 09.03.97 a 16.03.97

PAULO ORACIO DE LIRA

A Terracap está doando o Teatro Nacional para a Secretaria de Cultura. Este ato merece ser aplaudido de pé.

Em 95, a Terracap doou o Cine Brasília para a Secretaria de Cultura. O sucesso foi tanto, que a gente não poderia deixar de dar o bis. E que bis. Agora o Teatro Nacional Cláudio Santoro será também patrimônio de todos que fazem e que admiram a nossa cultura.



TERRACAP
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA

GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR
O povo em 1º lugar

SECRETARIA DE SAÚDE

INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHO DA DIRETORA
Em 15 de abril de 1997

Processo : 061.033.119/97
Interessada : ACÁCIA MARIA LIMA MARTINS
Assunto : Concessão de Adicional de Insalubridade

CONCEDO, nos termos do Artigo 68 da Lei 8.112 de 11 de dezembro de 1990, conforme Laudo expedido pelo Chefe do DHMST/FHDF, em 19/03/97, Adicional de Insalubridade em Grau Médio, a servidora do Instituto de Saúde do Distrito Federal, ACÁCIA MARIA LIMA MARTINS, matrícula nº 200795-9, Técnico de Administração Pública, com efeitos financeiros a partir da data de publicação.

LÍDIA MARIA PINTO DE LIMA

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE 15 DE ABRIL DE 1997

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VI do Artigo 2º do Decreto nº 12.740, de 24 de outubro de 1990, do Governador do Distrito Federal, resolve:

Exonerar a pedido, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, com base no Artigo 34 (caput), da Lei 8.112/90, **REGINA CÉLIA BELTRÃO DUARTE**, Assistente Superior de Saúde (Médica Pediatria), 3º Classe, Padrão V, matricula nº 131.484-0, a partir de 01.02.96. Processo Nº 061.001.695/97.

MARIA JOSÉ CONCEIÇÃO

INSTRUÇÃO DE 16 DE ABRIL DE 1997

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:

Prorrogar por 9 (nove) meses, a partir de 15 de abril de 1997, a Licença para trato de Interesses Particulares, concedida à servidora **MARIA VANNINA CARVALHO SIMÕES**, Assistente Superior de Saúde - Fisioterapeuta, 2ª Classe, Padrão I, matrícula nº 129.733-3, com base no artigo 82 da Lei 8.112/90, conforme autos do processo nº 061.031.212/95.

MARIA JOSÉ CONCEIÇÃO

HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE

ORDEM DE SERVIÇO DE 10 DE MARÇO DE 1997.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no item III, da Instrução N.º 13, de 1.º de agosto de 1995 e Instituidor da Comissão Regional de Sindicância, tendo em vista o consoante no art. 167 da Lei 8.112/90 e seus respectivos parágrafos, após analisar os autos do processo n.º 061.039.045/97, resolve:
Aplicar penalidade de suspensão por cinco (05) dias, ao servidor EDUARDO SILVA JUNIOR, AI 16-II Classe: 1ª Padrão: VI (Auxiliar - Enfermagem), matrícula: 125.969-5, conforme artigo 127 inciso II da Lei 8.112/90, a serem cumpridos de acordo com o estipulado pelo art. 130, parágrafo 2.º da referida Lei estatutária.

CARLOS SARAIVA E SARAIVA

ORDENS DE SERVIÇO DE 15 DE ABRIL DE 1997

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no item III, da Instrução nº 13 de 1º de agosto de 1995, resolve:

Conceder Licença Prêmio por Assiduidade, nos termos do art. 87, da Lei 8.112/90, combinada com a Lei nº 221, de 27/12/91, aos seguintes servidores:

CLAUDIO GAZE DE MOURA, matrícula 118.103-3, processo 061.039110/92, quinquênio 3º)26/01/92 aq 25/01/97.
JOSÉ MAGALHÃES RUSSI, matrícula 118.150-5, processo 061.039434/94, quinquênio 3º)17/01/92 a 16/01/97.
VANIA ROCHA, matrícula 117.489-4, processo 061.031147/91, quinquênio 3º)28/10/91 a 27/10/96.
HENRIETE ALVES COELHO, matrícula 117.876-8, processo 061.039706/92, quinquênio 3º)28/10/91 a 27/10/96.
MARIA EUNICE GOUVEIA PEREGRINO, matrícula 122.396-8, processo 061.039281/92, quinquênio 2º)05/03/89 a 13/03/94.
PENHA ROSANGELA RAMOS, matrícula 120.099-2, processo 061.039380/92, quinquênio 2º)09/12/87 aq 01/01/93.
HEVERTON OCTÁCILIO DE CAMPOS MENEZES, matrícula 114.791-9, processo 061.039130/93, quinquênio 3º)12/07/90 a 15/08/95.
CLEIDE PACHECO ROSA, matrícula 123.581-8, processo 061.039207/92, quinquênio 2º)21/12/89 a 17/08/95.
MARIA DO CARMO DE ASSIS, matrícula 126.222-0, processo 061.039157/92, quinquênio 2º)12/12/90 a 11/12/95.
VANIA LUCIA VETTERLEIN, matrícula 123.563-0, processo 061.039018/93, quinquênio 2º)04/01/90 a 06/03/95.

HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE - CSB-10

IZABEL DE OLIVEIRA HAUBERT, matrícula 131.482-3, processo 061.039077/97,quinquênio 1º)09/12/91 a 07/12/96.
ELIANE RIBEIRO REZENDE LOMBARDI, matrícula 118.898-4, processo 061.039546/92, quinquênio 3º)23/03/92 a 21/03/97.

HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE - CSB-12

MARIA ZELIA DA SILVA ASSUNÇÃO, matrícula 127.129-6, processo 061.039715/92, quinquênio 2º)13/02/92 a 12/02/97.
EDILBERTO ZACARIAS, matrícula 118.399-1, processo 061.033322/92, quinquênio 3º)20/01/92 a 19/01/97.
AUREA AVELINO DA FONSECA, matrícula 118.636-1, processo 061.039175/92, quinquênio 3º)05/04/92 a 04/04/97.

HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE - CSB-14

MARIA DAS GRAÇAS FERREIRA, matrícula 108.903-0, PROCESSO 061.039713/92, QUINQUÊNIO 4º)06/03/91 A 05/03/96.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no item III, da Instrução N.º 13, de 1.º de agosto de 1995 e Instituidor da Comissão Regional de Sindicância, tendo em vista o consoante no art. 167 da Lei 8.112/90 e seus respectivos parágrafos, após analisar os autos do processo n.º 061.039.621/96, resolve:
Aplicar penalidade de Advertência ao servidor LEOCADIO MACIEL FILHO, NM17-I, AUX.OP.SERV.DIV.-PADIOLEIRO, matrícula: 126.092-8, conforme artigo 127 inciso I da Lei 8.112/90.

CARLOS SARAIVA E SARAIVA

HOSPITAL REGIONAL DE TAGUATINGA

ORDENS DE SERVIÇO DE 16 DE ABRIL DE 1997

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições regimentais e considerando o disposto no Item III da Instrução nº 13, de 01 de abril de 1995, resolve:

Conceder Licença Prêmio por assiduidade, nos termos do Artigo 87, da Lei 8.112/90, combinada com a Lei 221/91, aos seguintes servidores:

Nome: CARLOS ROBERTO CALDAS MUNDIM Processo: 061.030.676/92
Matricula: 108.036-9
Quinquênio(s): 4º) 25/12/89 a 02/01/95.

Nome: LUDIMAR VIANA GUIMARÃES Processo: 061.030.062/93
Matricula: 111.596-1
Quinquênio(s): 3º) 30/10/88 a 03/11/93.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições regimentais e considerando o disposto no Item III da Instrução nº 13, de 01 de agosto de 1995, resolve:

Designar a servidora JOCINEIDE NOBRE DE OLIVEIRA, AIS-Agente Administrativo, matrícula 114.776-5, para substituir a Secretária da DRMA/HRT, DFG 03, no período de 12/02/97 a 27/04/97, por motivo de Licença Maternidade da titular.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições regimentais e considerando o disposto no Item III da Instrução nº 13, de 01 de agosto de 1995, resolve:

Conceder Salário Família aos servidores abaixo discriminados nos termos do Artigo 197, da Lei 8.112/90:

Nome: ROSANGELA MARIA SILVA OLIVEIRA Matricula: 136.618-1
Dependentes: Luana Francelina Silva Costa, nascida em 02/12/96 e Lucas Francelino Silva Costa, nascido em 26/09/93, na qualidade de filhos.
Nome: KATIA PIRES CAUPER BARBOSA Matricula: 136.644-1
Dependente: Felipe Cauper França Barbosa, nascido em 06/06/85, na qualidade de filho.
Nome: ZULINA DE FÁTIMA RESENDE CARVALHO FREITAS Matricula: 136.624-6
Dependentes: Danielle Carvalho de Freitas, nascida em 19/10/81 e Amanda Rezende Godoy, nascida em 11/08/93, na qualidade de filhas.

Nome: RACHEL COSTA VINHAES DOS REIS Matrícula: 131.461-1
Dependente: Beatriz Vinhaes dos Reis, nascida em 12/03/97, na qualidade de filha.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições regimentais e considerando o disposto no Item III da Instrução nº 13, de 01 de agosto de 1995, resolve:

Conceder Auxílio Natalidade aos servidores abaixo discriminados, nos termos do Artigo 196, da Lei 8.112/90:

Nome: AMAURISA CASTRO LOPES BARBOSA - CST-09 - Matricula: 133.855-2
Nome do filho: Vinicius Lopes Barbosa, nascido em 08/03/97.

Nome: RACHEL COSTA VINHAES DOS REIS Matrícula: 131.461-1
Nome da filha: Beatriz Vinhaes dos Reis, nascida em 12/03/97.

ANTONIO JOSÉ F. P. DOS SANTOS

ORDEM DE SERVIÇO DE 16 DE ABRIL DE 1997.
O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições regimentais e considerando o disposto no Item III da Instrução nº 13, de 01 agosto de 1995, resolve:

Conceder Licença Paternidade ao servidor ADILSON DE SOUZA OLIVEIRA, AIS-Auxiliar de Enfermagem, matrícula 134.898-3, no período de 01 a 05/04/97 por motivo do nascimento de seu filho Matheus Cunha Oliveira em 29/03/97 nos termos do Artigo 208 da Lei 8.112/90.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições regimentais e considerando o disposto no Item III da Instrução nº 13, de 01 de agosto de 1995, resolve:

Autorizar as servidoras abaixo relacionadas, a ausentar-se do serviço, nos períodos e motivos discriminados, nos termos do Artigo 97, inciso III alínea "a", da Lei 8.112/90.

Nome: ELZA MARIA DAMACENO FARIAS Matrícula: 129.338-9
Período: 23 a 30/04/97
Motivo: Casamento

Nome: JOANITA MARIA SOUZA MESQUITA Matrícula: 128.595-5
Período: 14 a 21/04/97
Motivo: Casamento

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições regimentais e considerando o disposto no Item III da Instrução nº 13, de 01 de agosto de 1995, resolve:

Autorizar os servidores abaixo relacionados a ausentar-se do serviço, nos periodos e motivos discriminados, nos termos do Artigo 97, inciso III, a línea "b", da Lei 8.112/90:

Nome: IRAIDES RODRIGUES DE MATOS Matrícula: 132.131-5
Periodo: 17 a 24/03/97, pelo falecimento de sua irmã Ildeth Rodrigues do Nascimento Taveira.

Nome: MARIA DO SOCORRO SILVA VELOZO Matrícula: 133.144-2
Periodo: 17 a 24/02/97, pelo falecimento de seu filho Marcelo Silva Velozo.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições regimentais e considerando o disposto no Item III da Instrução nº 13, de 01 de agosto de 1995, resolve:

Consignar elogio aos servidores abaixo discriminados, pela eficiência, responsabilidade e bom desempenho de suas funções, conforme solicitado pela Ouvidoria deste Hospital.

- Maria do Socorro dos Santos, ABS-Agente de Portaria, mat. 116.032-0;
- Marina Cavalcante dos Santos, ABS-Ag.Portaria, matricula 121.074-2;
- Sebastião Campos Vieira, ABS-Ag. Portaria, matricula 112.448-0;
- Roberval Eustáquio Machado, ABS-Ag.Portaria, matrícula 120.449-1;
- Pedro Jakson Abreu da Silva, NM-AOSD-Hemt.e Hemot. mat.122.821-8;
- Terezinha de Jesus Gomes Campos, AIS-Telefonista, mat. 133.296-1;
- Mirian de Paiva Arbues Carneiro, ABS-Agente de Portaria, mat.135.915-1

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições regimentais e considerando o disposto no Item III da Instrução nº 13, de 01 de agosto de 1995, resolve:

Autorizar o afastamento dos servidores abaixo relacionados, para participarem dos eventos discriminados, já incluidos os dias previstos para trânsito, nos termos da Instrução 27/80-FHDF.

Nome: MARTA DE FÁTIMA R. CUNHA GUIDACCI Matrícula: 132.526-4
Evento: VI Congresso Brasileiro de Alergia e Imunologia em Pediatria, em Recife/PE, no período de 21 a 27/03/97.

Nome: LUIZ ANTONIO RODRIGUES AGUILA Matrícula: 117.087-2
Evento: VI Curso Nacional de Reciclagem em Cardiologia, no Rio de Janeiro/RJ, no período de 30/03 a 05/04/97.

Nomes: * AECIO FLAVIO GOMES Matrícula: 119.515-8
* EDNOLIA ARAÚJO FERNANDES DE ALMEIDA Matrícula: 128.862-8
* DIÓGENES SEGUTI FERREIRA Matrícula: 132.642-2
Evento: VII Congresso Internacional de Odontologia, em Brasilia/DF, no periodo de 18 a 22/03/97.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições regimentais e considerando o disposto no Item III da Instrução nº 13, de 01 de agosto de 1995, resolve:

Conceder Licença Prêmio por assiduidade, nos termos do Artigo 87, da Lei 8.112/90, combinada com a Lei 221/91, aos seguintes servidores:

Nome: MARIA DE LOURDES PIMENTA Processo: 061.030.150/93
Matrícula: 106.497-5
Quinquênio(s): 4º) 26/08/88 a 25/08/93.

Nome: RITA DE CASSIA FERREIRA TORRES Processo: 061.030.360/91
Matrícula 107.359-1
Quinquênio(s): 4º) 04/05/89 a 03/05/94.

Nome: ISIDRO ALVES FERREIRA NETO Processo: 061.030.657/91
Matricula: 110.806-9
Quinquênio(s): 4º) 29/10/91 a 28/10/96.

Nome: ELIZABETH SOUSA CARVALHO Processo: 061.030.800/91
Matrícula: 116.275-6
Quinquênio(s): 3º) 09/03/91 a 08/03/96.

Nome: MIGUEL JORGE SAFE NETO Processo: 061.030.338/91
Matricula: 116.539-9
Quinquênio(s): 3º) 31/03/91 a 30/03/96.

Nome: IRANILSA BISPO DE CARVALHO Processo: 061.030.374/93
Matrícula: 116.949-1
Quinquênio(s): 3º) 06/08/91 a 14/08/96.

Nome: NELSON DINIZ DE OLIVEIRA Processo: 061.031.163/91
Matricula: 117.250-6
Quinquênio(s): 3º) 09/07/91 a 08/07/96.

Nome: FRANCISCO JOSE DA COSTA Processo: 061.030.225/93
Matrícula: 110.663-5 - CST - 08 -
Quinquênio(s): 4º) 10/10/91 a 14/10/96.

Nome: WELLINGTON PEREIRA DA SILVA Processo: 061.030.308/91
Matricula: 113.658-5 - CST - 08 -
Quinquênio(s): 3º) 10/10/88 a 12/10/93.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições regimentais e considerando o disposto no Item III da Instrução nº 13, de 01 de agosto de 1995, resolve:

Autorizar o servidor RENE FURTADO DE OLIVEIRA, AIS-Auxiliar de Enfermagem, matricula 136.030-2, a ausentar-se do serviço, no período de 20 a 27/03/97, por motivo de falecimento de sua mãe Albertina José dos Santos nos termos do Artigo 97, inciso III, alínea "b", da Lei 8.112/90.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições regimentais e considerando o disposto no Item III da Instrução nº 13, de 01 de agosto de 1995, resolve:

Conceder Licença Especial ao servidor JOAQUIM RUFO DA SILVA, AIS-Agente Administrativo, matricula 104.510-5, decênio 03/04/70 a 02/04/80, processo 061.030.461/90 nos termos do Artigo 116, da Lei 1.711/52, seção VIII.

ANTONIO JOSÉ F. P. DOS SANTOS

ORDENS DE SERVIÇO DE 17 DE ABRIL DE 1997

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições regimentais e considerando o disposto no Item III da Instrução nº 13, de 01 de agosto de 1995, resolve:

Conceder Salário Família aos servidores abaixo discriminados nos termos do Artigo 197, da Lei 8.112/90:

Nome: ROBERT WILLIAM ARAUJO BRITO Matricula: 122.642-8
Dependentes: Gleydson William de Sousa Araújo Brito, nascido em 18/11/89 e Gustavo William de Sousa Araujo Brito, nascido em 09/04/97, na qualidade de filhos.

Nome: MARLEY MENDONÇA ALVES Matrícula: 121.372-5
Dependente: Rodrigo Araújo Mendonça Alves, nascido em 08/04/97, na qualidade de filho.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições regimentais e considerando o disposto no Item III da Instrução nº 13, de 01 de agosto de 1995, resolve:

Conceder Auxilio Natalidade aos servidores abaixo discriminados, nos termos do Artigo 196, da Lei 8.112/90:

Nome: ROBERT WILLIAM ARAUJO BRITO Matrícula: 122.642-8
Nome do filho: Gustavo William de Sousa Araujo Brito, nascido em 09/04/97.

Nome: MARLEY MENDONÇA ALVES Matrícula: 121.372-5
Nome do Filho: Rodrigo Araújo Mendonça Alves, nascido em 08/04/97.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições regimentais e considerando o disposto no Item III da Instrução nº 13, de 01 de agosto de 1995, resolve:

Conceder Licença Paternidade ao servidor MARLEY MENDONÇA ALVES, ASS-Odontólogo, matricula 121.372-5, lotado no CST - 05, no periodo de 14 a 18/04/97, por motivo do nascimento de seu filho Rodrigo Araújo Mendonça Alves, em 08/04/97, nos termos do Artigo 208 da Lei 8.112/90.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições regimentais e considerando o disposto no Item III da Instrução nº 13, de 01 de agosto de 1995, resolve:

Autorizar o afastamento da servidora MARIA DAS GRAÇAS ANDRADE GOMES, ASS Odontóloga, mat. 125.344-1, para participar do VII Congresso Internacional de Odontologia, em Brasilia/DF, no período de 18 a 22/03/97, já incluídos os dias previstos para trânsito, nos termos da Instrução nº 27/80-FHDF.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições regimentais e considerando o disposto no Item III da Instrução nº 13, de 01 de agosto de 1995, resolve:

Conceder Licença Prêmio por assiduidade, nos termos do Artigo 87, da Lei 8.112/90, combinada com a Lei 221/91, aos seguintes servidores:

Nome: NELI DE FATIMA FONSECA MATOS Processo: 061.042.698/92
Matricula: 108.969-2
Quinquênio(s): 4º) 06/04/91 a 05/04/96.

Nome: AIDA LUIZA PINA DE LIMA Processo: 061.030.698/94
Matricula: 109.241-3
Quinquênio(s): 4º) 26/03/91 a 25/03/96.

Nome: ARMANDO JOSÉ DE SALES RIBEIRO Processo: 061.030.621/93
Matricula: 109.867-5
Quinquênio(s): 4º) 11/07/91 a 10/07/96.

Nome: TERESA CRISTINA GADELHA Processo: 061.031.085/96
Matrícula: 110.503-5
Quinquênio(s): 4º) 24/12/91 a 26/12/96.

Nome: MARILIA DE ARAUJO BACELAR PEREIRA Processo: 061.031.103/91
Matricula: 110.586-8
Quinquênio(s): 3º) 20/10/86 a 06/11/91; 4º) 07/11/91 a 06/11/96.

Nome: MARIA PINHEIRO DA COSTA SANTOS Processo: 061.030.205/92
Matrícula: 111.130-2
Quinquênio(s): 4º) 29/03/92 a 27/04/97.

Nome: EDILZA CARVALHO DA COSTA Processo: 061.030.628/91
Matrícula: 112.874-4
Quinquênio(s): 1º) 02/01/78 a 04/01/83; 2º) 05/01/83 a 03/08/88;
Esta publicação torna sem efeito a anterior, publicada no DODF de 19/05 de 1992, pagina 27.

Nome: EDILZA CARVALHO DA COSTA Processo: 061.030.628/91
Matricula: 112.874-4
Quinquênio(s): 3º) 04/08/88 a 17/08/93.
Esta publicação torna sem efeito a anterior, publicada no DODF nº 168 , de 29/08/96, pagina 7119.

Nome: MARIA HELENA ROSA Processo: 061.030.881/92
Matrícula: 113.437-0
Quinquênio(s): 3º) 27/08/88 a 27/09/93.

Nome: RAIMUNDO COSTA Processo: 061.030.233/97
Matrícula: 113.405-1
Quinquênio(s): 1º) 17/07/78 a 16/07/83; 17/07/83 a 16/07/88;
3º) 17/07/88 a 23/07/93.
Esta Publicaçao torna sem efeito a anterior, publicada no DODF nº 67 de 09/04/97, pagina 2496.

Nome: ELISABETE FERREIRA CARDOSO SILVA Processo: 061.030.252/93
Matrícula: 113.918-5
Quinquênio(s): 3º) 18/04/89 a 30/04/96.

Nome: ALMERINDA LUSTOSA QUARIGUASI Processo: 061.031.025/91
Matrícula: 114.234-8
Quinquênio(s): 3º) 04/08/89 a 05/08/94.

Nome: HEDILAMAR SOUSA DE ALCANTARA Processo: 061.046.025/92
Matrícula: 114.799-4
Quinquênio(s): 1º) 08/04/80 a 31/05/85; 2º) 01/06/85 a 20/11/90;
Esta publicação torna sem efeito a anterior, publicada no DODF de 19/05 de 1992, pagina 28.

Nome: HEDILAMAR SOUSA DE ALCANTARA Processo: 061.046.025/92
Matrícula: 114.799-4
Quinquênio(s): 3º) 21/11/90 a 20/11/95.

Nome: LUCI CLEIDE CARVALHO VERAS Processo: 061.030.231/91
Matrícula: 115.366-8
Quinquênio(s): 3º) 11/08/90 a 08/09/95.

Nome: ILDETE RODRIGUES SOUZA Processo: 061.030.915/92
Matrícula: 116.163-6
Quinquênio(s) 3º) 06/05/91 a 29/05/96.

Nome: MARIA LUIZA COSTA GOMES Processo: 061.030.827/93
Matrícula: 118.845-3 - CST - 02 -
Quinquênio(s): 1º) 03/03/82 a 16/03/87; 2º) 17/03/87 a 05/04/92;
Esta publicaçao torna sem efeito a anterior, publicada no DODF de 30/08 de 1993, página 19.

Nome: MARIA LUIZA COSTA GOMES Processo: 061.030.827/93
Matrícula: 118.845-3 - CST - 02 -
Quinquênio(s): 3º) 06/04/92 a 05/04/97.

Nome: EDGAR JOSÉ CANEDO Processo: 061.030.179/91
Matrícula: 115.694-2 - CST - 03 -
Quinquênio(s): 3º) 24/11/90 a 23/11/95.

Nome: MARIA LUIZA DE ARAUJO Processo: 061.030.732/92
Matrícula: 114.918-1 - CST - 04 -
Quinquênio(s): 3º) 20/02/92 a 01/03/97.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Instrução de 11/11/96, resolve:

Remover os servidores abaixo relacionados com base no Item 7.1 da Instrução nº 20, de 24/11/95-FHDF:

Do Hospital Regional de Taguatinga/CIAC(Helena Reis) para o Centro de Saude nº 09, de Taguatinga.

* Walmir Fernandes Rezende, ASS-Odontòlogo, matrícula 134.617-2;
* Nereide Lopes Araujo, ASS-Odontòlogo, matrícula 132.628-7;
* Keilla Cristina Silva de Confessor, AIS-Aux.Enfermagem, mat. 131.564-1
* Elizabete Gomes da Silva Santos, AIS-Aux.Enfermagem, mat. 116.838-0;
* Aldenir Brito de Sousa, AIS-Aux.Enfermagem, mat. 115.820-1;

Do Hospital Regional de Taguatinga/CIAC(Helena Reis) para o Centro de Saude nº 08 de Taguatinga.

* Eliane França de Oliveira, AIS-Aux.Enfermagem, matrícula 132.711-9;
* Elisabete Pereira Barros, AIS-Aux.Enfermagem, matrícula 131.603-6;
* Vilma de Souza Xavier da Silva, AIS-Aux.Enfermagem, mat.124.935-5;
* Ruth Ferreira de Azevedo, AIS-Aux.Enfermagem, matrícula 111.736-0.

Do Hospital Regional de Taguatinga/CIAC(Helena Reis) para o Centro de Saude nº 03 de Taguatinga.

* Ednolia Araujo Fernandes de Almeida, ASS-Odontóloga, mat. 128.862-8.

Do Hospital Regional de Taguatinga/CIAC(Helena Reis) para o Hospital Regional de Taguatinga.

* Simone Maciel Correa, AIS-Auxiliar de Enfermagem, mat. 123.070-1;
* Sheyla Nobre Pelizer Peres, AIS-Aux.Enfermagem, mat. 119.957-9;
* Maria de Fátima Brito da Silva, AIS-Aux.Enfermagem, mat. 122.982-6;
* Joaquim Ribeiro dos Santos, AIS-Aux. Enfermagem, mat. 114.668-8.

ANTONIO JOSE F. P. DOS SANTOS

SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 16 de abril de 1997

PROCESSO Nº : 030.000.516/97
INTERESSADO : MARLI DO VALE CÂNDIDO MACHADO e OUTROS
ASSUNTO : RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

À vista das instruções contidas no presente processo e do disposto no artigo 80 e 81 do Decreto nº 16.098, de 29.11.94 e de acordo com o que estabelece os itens II e IV do artigo 39, combinado com o item I do artigo 38, do citado diploma legal, reconheço a dívida, autorizo a realização de despesa, determino a emissão de Nota de Empenho e o pagamento no valor de R$ 573,19 (Quinhentos e setenta e três reais e dezenove centavos), em favor de MARLI DO VALE CÂNDIDO MACHADO e OUTROS, para pagamento dos quintos incorporados no ano de 1995, dos servidores desta Secretaria, correndo a despesa à conta do subelemento 31.90.92 - Despesas de Exercícios Anteriores.

Publique-se e encaminhe-se o processo à Divisão de Administração Geral DAG/SECRAS, para as providências de praxe.

OSVALDO RUSSO DE AZEVEDO

FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 18 de abril de 1997

PROCESSO: 101.000530/97
INTERESSADO: SEÇÃO DE 1996 PESSOAL
ASSUNTO: RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

A vista das Instruções contidas no presente processo e o disposto nos Artigos 80 e 81 do Decreto nº 16.098/94 e de acordo com o que estabeleçe o item I do Artigo 38 combinado com o item II do Artigo 39, do citado diploma legal, reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa, determino a emissão de Empenho, bem como a Liquidação e Pagamento no valor de R$ 58.273,11 (cinquenta e oito mil duzentos e setenta e três reais e onze centaos), a favor de FERNANDA MARIA F. BRANDÃO CORTES E OUTROS, para cobrir despesas com pagamento da Folha Complementar do mês de abril/97, relativo a 11ª parcela , referente ao mês de dezembro/95, débito retroativo decorrente da atualização das vantagens incorporadas com base na Lei nº 6.732/79 e Artigo 62º da Lei nº 8.112/90 (quintos), conforme OF.-CIRCULAR nº 022-SRH/SEA de 7 de junho de.

Publique-se e encaminhe-se à DRF/SAO, para emissão de Empenho, à conta da dotação do Elemento correspondente - 319092 - Despesas de exercícios anteriores, atividade 2.047-0001, fonte 000-GDF, do Orçamento da FSSDF.

PROCESSO: 101.000531/97
INTERESSADO: ANASTÁCIO PEREIRA DA SILVA E OUTROS
ASSUNTO: RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

A vista das Instruções contidas no presente processo e o disposto nos Artigos 80 e 81 do Decreto nº 16.098/94 e de acordo com o que estabelece o item I do Artigo 38 combinado com o item II do Artigo 39, do citado diploma legal, reconheço a dívida , autorizo a realização da despesa, determino a emissão de Empenho, bem como a Liquidação e Pagamento no valor de R$ 3.335,95 (três mil trezentos e trinta e cinco reais e noventa e cinco centavos), para cobrir despesas relativo a pagamento da Folha Suplementar do mês de abril /97, referente a diferença de gratificação natalina do ano de 1996.

Publique-se e encaminhe-se à DRF/SAO, para emissão de Empenho, à conta da dotação do Elemento correspondente - 319092 - Despesas de Exercícios Anteriores, Atividade - 2.168-0001, Fonte - 000-GDF, do orçamento desta Fundação.

OSVALDO RUSSO DE AZEVEDO

DIRETORIA EXECUTIVA

ORDEM DE SERVIÇO DE 18 DE ABRIL DE 1997

A DIRETORA EXECUTIVA SUBSTITUTA DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso VI, da Instrução nº 001, de 23/1/95, resolve:
Designar, nos termos dos artigos 143 c/c 149 da Lei nº 8112 de 11.12.90, os servidores LAURO LIMA DOS SANTOS FILHO, matrícula nº 7433-0, ELIANA FARIA VALADARES,matrícula nº 5361-9 e ROSEMAR BONIFÁCIO COSTA, matrícula nº 1810-4, para sob a presidência do primeiro comporem Comissão de Inquérito Administrativo destinada a apurar os seguintes fatos: abandono de emprego do servidor ARCELINO BEZERRA FILHO, matrícula nº 7233-8, AISS, Técnico em Agropecuária, por ter infringido o artigo 132, inciso II, combinado com o artigo 138 da citada Lei, tudo de conformidade com o processo nº 101.001502/94, devendo a Comissão ora composta, iniciar seus trabalhos no prazo de 08 (oito) dias, a contar da data de publicação desta Ordem de Serviço e concluí-los no prazo de 60 (sessenta) dias, observando o artigo 169, da Lei 8.112/90.

ISABEL REGINA BRASIL PASCHOAL

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ORDEM DE SERVIÇO DE 18 DE ABRIL DE 1997

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições delegadas pelo artigo 3º, inciso III, alínea "d", da Instrução 001 de 23 de janeiro de 1995, resolve:

CONCEDER **Auxílio-Natalidade aos servidores abaixo relacionados, nos termos do artigo nº 196, da Lei nº 8.112/90.**

NOME : MÁRCIA CRISTINA PERES PADILHA
MATRÍCULA : 8239-2
DEPENDENTE : JULIANA CRISTINA PERES PADILHA
PROCESSO Nº : 101.000473/97

NOME : DORCINEIA MODESTO DE OLIVEIRA SERRA
MATRÍCULA : 6286-3
DEPENDENTE : LUANNE PATRÍCIA DE OLIVEIRA SERRA
PROCESSO Nº : 191.000478/97

NOME : MANOEL OLIVEIRA DA SILVA FILHO
MATRÍCULA : 6150-6
DEPENDENTE : KARINE XAVIER DA SILVA
PROCESSO Nº : 101.000446/97

NOME : JURANDY ROSENDO DOS SANTOS
MATRÍCULA : 8358-5
DEPENDENTE : KEVILLIN OLIVEIRA DOS SANTOS
PROCESSO Nº : 101.000460/97

NOME : JAIR BATISTA DE OLIVEIRA
MATRÍCULA : 8179-5
DEPENDENTE : ELLEN OLIVEIRA BATISTA
PROCESSO Nº : 101.000471/97

NOME : CARLOS ANTÔNIO DOS SANTOS
MATRÍCULA : 8126-4
DEPENDENTE : NATÁLIA MOTA DOS SANTOS
PROCESSO Nº : 101.000515/97

NOME : VANDERLEI RORIZ AZEVEDO
MATRÍCULA : 6274-X
DEPENDENTE : THIAGO DE OLIVEIRA AZEVEDO
PROCESSO Nº : 101.000477/97

NOME : MAURICIO NATALINO BORGES
MATRÍCULA : 4254-4
DEPENDENTE : NATÁLIA RIBEIRO BORGES
PROCESSO Nº : 101.000476/97

NOME : MARIA EUNICE L. DE SIQUEIRA
MATRÍCULA : 7503-5
DEPENDENTE : RENATA SIQUEIRA DA SILVA
PROCESSO Nº : 101.000472/97

NOME : MARIA DO CARMO ALVES DA MOTA
MATRÍCULA : 8488-3
DEPENDENTE : NATHALIA ALVES DA MOTA CAITANO
PROCESSO Nº : 101.000514/97

CÁSSIO JOSÉ ROCHA

SECRETARIA DE TRANSPORTES

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÕES DE 16 DE ABRIL DE 1997

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o item VIII, do artigo 66, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 15.342, de 20/12/93, e de acordo com a competência que lhe foi delegada no artigo 2º, inciso I, alínea "d" do Decreto nº 12.469, de 06.07.90, resolve:
Conceder Licença Prêmio por Assiduidade nos termos do artigo 87, da Lei nº 8.112, de 11.12.90, aos servidores abaixo relacionados:
Nome: José Florêncio Gomes Pereira, matrícula 93.782-7
Quinquênio: 1º de 30/12/91 à 29/02/97.
Nome: Eurípedes Cândido, matrícula 92.995-6
Quinquênio: 1º de 29/09/78 à 28/04/92.
Nome: Joaquim Ferreira Martins, matrícula 93.763-0
Quinquênio: 1º de 17/12/91 à 16/12/96.
Nome: Antonio Pinto da Rocha, matrícula 92.007-X
Quinquênio: 3º de 08/10/86 à 07/10/96.
Nome: Fábio Cardoso da Silva, matrícula 93.750-9
Quinquênio: 1º de 01/10/91 à 30/09/96.
Nome: Jailton Neri dos Reis, matrícula 93.770-X
Quinquênio: 1º de 17/12/91 à 16/02/97.
Nome: Josy Martins Rodrigues, matrícula 93.779-7
Quinquênio: 1º de 20/12/91 à 19/12/96.
Nome: Jilmá Oliveira Costa, matrícula 93.783-5
Quinquênio: 1º de 30/12/91 à 29/12/96.
Nome: Alberto Paulino, matrícula 92.588-8
Quinquênio: 4º de 26/09/91 à 25/09/96.
Nome: Celso Roberto Machado Pinto, matrícula 92.614-0
Quinquênio: 4º de 13/02/91 à 12/02/96.
Nome: Miguel Batista da Cunha, matrícula 92.670-1
Quinquênio: 4º de 26/12/91 à 25/12/96.
Nome: José Daniel Bretas, matrícula 92.682-5
Quinquênio: 4º de 18/04/92 à 17/04/97.
Nome: Germano Pereira da Silva, matrícula 92.774-0
Quinquênio: 2º de 19/03/92 à 18/03/97.
Nome: Faber Casal, matrícula 92.786-4
Quinquênio: 4º de 15/04/92 à 14/04/97.
Nome: Luiz Geraldo Rangel Vilela, matrícula 93.069-5
Quinquênios: 1º de 19/10/79 à 18/10/83, 2º de 19/10/83 à 18/10/88, 3º de 19/10/88 à 18/10/93.
Nome: Celso Cardoso de Oliveira, matrícula 93.329-5
Quinquênio: 3º de 01/12/91 à 31/11/96.
Nome: Aneomar Simião dos Reis, matrícula 93.441-0
Quinquênio: 2º de 25/03/92 à 24/03/97.
Nome: Edmo Alves de Melo, matrícula 93.593-X
Quinquênio: 2º de 24/09/91 à 23/02/97.
Nome: Gimarlene Alves de Melo, matrícula 93.692-8
Quinquênio: 2º de 22/01/91 à 21/01/96.

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o item VIII, do artigo 66, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 15.342, de 20.12.93, e de acordo com a competência que lhe foi delegada no artigo 2º, inciso I, alínea "d" do Decreto nº 12.469, de 06.07.90, resolve:
Rever a contagem do tempo de serviço e conceder Licença Prêmio por Assiduidade nos termos do artigo 87, da Lei nº 8.112, de 11.12.90, aos servidores abaixo relacionados:
Nome: Ivan Félix de Sousa, matrícula 91.669-2
Quinquênios: 1º de 13/01/72 à 12/01/77, 2º de 13/01/77 à 12/01/82, 3º de 13/01/82 à 12/09/93.
Nome: Ivan Maria da Silva, matrícula 93.061-X
Quinquênios: 1º de 18/04/79 à 17/04/84, 2º de 18/04/84 à 17/04/89, 3º de 18/04/89 à 17/04/94.
Nome: Vaini Oliveira, matrícula 92.712-0
Quinquênios: 1º de 19/08/76 à 18/08/81, 2º de 19/08/81 à 18/08/86, 3º de 19/08/86 à 18/08/91, 4º de 19/08/91 à 18/08/96.
Nome: José Sotero da Silva, matrícula 90.638-7
Quinquênios: 1º de 02/06/67 à 01/06/72, 2º de 02/06/72 à 01/06/77, 3º de 02/06/77 à 01/06/82, 4º de 02/06/82 à 01/06/87, 5º de 02/06/87 à 01/06/92.

HENRIQUE LUDUVICE

SECRETARIA DE AGRICULTURA

PORTARIA DE 28 DE FEVEREIRO DE 1997

O SECRETÁRIO DE AGRICULTURA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o que dispõe o Parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 17.603, de 15 de agosto de 1996, resolve:
Designar **MARIA EVA DAS DÔRES DE DEUS**, Técnico de Administração Pública, Matrícula nº 23.293-9, Chefe da Secretaria Administrativa do Gabinete do Secretário de Agricultura, Símbolo DFG-07, para substituir **MARIA CRISTINA RIBEIRO BRANQUINHO**, Técnico de Administração Pública, Matrícula nº 40.418-7, Símbolo DFA-10, Secretária Executiva do Gabinete do Secretário de Agricultura, no período de 01.03.97 à 31.03.97, por motivo de licença médica.
Designar **IVANETE DOS SANTOS ALVES**, Auxiliar de Administração Pública, Matrícula nº 31.299-1, para substituir **MARIA EVA DAS DÔRES DE DEUS**, Técnico de Administração Pública, Matrícula nº 23.293-9, Símbolo DFG.07, Chefe da Secretaria Administrativa do Gabinete do Secretário de Agricultura do Distrito Federal, no período de 01.03.97 á 31.03.97, por motivo do titular estar substituindo outro cargo.

JOÃO LUIZ HOMEM DE CARVALHO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 14 de abril de 1997

PROCESSO Nº : 050.000.170/97
INTERESSADO : HELENA DE OLIVEIRA SOUZA
ASSUNTO : Pagamento de dívida de exercícios anteriores.
À vista das instruções contidas nos autos, e com fulcro no artigo 80 das Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, aprovadas pelo Decreto nº 16.098 de 29 de novembro de 1994, reconheço a dívida no valor bruto de R$ 436,03 (Quatrocentos e trinta e seis reais e três centavos),em favor de HELENA DE OLIVEIRA SOUZA, matrícula nº 31.860-4, correndo a despesa à conta do Elemento 3.1.90.92 - Despesas de Exercícios Anteriores da Subatividade 2.058.0001 - Administração de Pessoal.
Publique-se e devolva-se ao Departamento de Administração Geral para as providências complementares.

ROBERTO ARMANDO RAMOS DE AGUIAR

SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 18 de abril de 1997

REFERÊNCIA: Proc. nº 150.000090/97
INTERESSADO: ATALIBA MARIANO DE OLIVERIA e outros
ASSUNTO: Reconhecimento de Dívida

Tendo em vista as instruções contidas nos autos e o disposto nos artigos 80 e 81, e artigo 38, inciso I, combinados com o artigo 39, incisos II e IV, do Decreto nº 16.098/94, reconheço a dívida, autorizo a despesa e a emissão da respectiva Nota de Empenho no valor de R$ 5.454,67 (Cinco mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e sete centavos), a favor de ATALIBA MARIANO DE OLIVEIRA e outros, ocorrendo a despesa à conta do elemento 319092 - Despesas de Exercícios Anteriores - desta Secretaria, tendo em vista que a despesa refere-se ao pagamento de Progressão Funcional, Férias e 13º Salário (quintos/95) atrasados relativo ao ano de 1996.

REFERÊNCIA: Proc. nº 150.000179/96
INTERESSADO: ATALIBA MARIANO DE OLIVERIA e outros
ASSUNTO: Reconhecimento de Dívida

Tendo em vista as instruções contidas nos autos e o disposto nos artigos 80 e 81, e artigo 38, inciso I, combinados com o artigo 39, incisos II e IV, do Decreto nº 16.098/94, reconheço a dívida, autorizo a despesa e a emissão da respectiva Nota de Empenho no valor de R$ 5.159,30 (Cinco mil, cento e cinquenta e nove reais e trinta centavos), a favor de ATALIBA MARIANO DE OLIVEIRA e outros, ocorrendo a despesa à conta do elemento 319092 - Despesas de Exercícios Anteriores - desta Secretaria, tendo em vista que a despesa refere-se ao pagamento de QUINTOS atrasados relativo ao mês de dezembro/95.

Brasília, 18 de abril de 1997
EVANDRO VILELA T. DE SALLES
Adjunto

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES E RECREAÇÃO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
SERVIÇO DE PESSOAL

ORDEM DE SERVIÇO Nº 12, DE 18 DE ABRIL DE 1997

O Chefe do Serviço de Pessoal, do Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação - DEFER, no uso das atribuições regimentais, aprovado pelo Decreto nº 7.643 de 18 de agosto de 1.983, resolve:

Nome: CASSIO POLI — Fim: APOSENTADORIA
Processo nº 00011.000.090/97 — Matrícula: 00.190-2
Cargo: ANALISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Averba: 01 ANO 03 MESES E 10 DIAS — Período: 01/01/57 A 10/04/68
Empresa: ASA AUTO PEÇAS E MÁQUINAS AGRÍCULA S.A.

Nome: CASSIO POLI — Fim: APOSENTADORIA
Processo nº 00011.000.090/97 — Matrícula: 00.190-2
Cargo: ANALISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Averba: 01 ANO 07 MESES E 29 DIAS — Período: 02/01/70 A 31/08/71
Empresa: FERMASSA FERN. MAQ. E VEÍCULOS S.A.

Nome: CASSIO POLI — Fim: APOSENTADORIA
Processo nº 00011.000.090/97 — Matrícula: 00.190-2
Cargo: ANALISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Averba: 04 ANOS — Período: 01/01/76 À 01/0180
Empresa: BRASÍLIA ESPORTE CLUB

GILMAR OLIVEIRA TAVARES

ORDEM DE SERVIÇO Nº 13, DE 18 DE ABRIL DE 1997

O Chefe do Serviço de Pessoal, do Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação - DEFER, no uso das atribuições regimentais, aprovado pelo Decreto nº 7.643 de 18 de agosto de 1.983, resolve:

Nome: EDNILSON ALVES CORREIA — Fim: APOSENTADORIA
Processo nº 00011.000.101/97 — Matrícula: 00.050-7
Cargo: TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Averba: 01 MÊS E 17 DIAS — Período: 25/11/70 A 11/01/71
Empresa: ENCOL S.A ENG. COMÉRCIO E INDÚSTRIA.

Nome: EDNILSON ALVES CORREIA — Fim: APOSENTADORIA
Processo nº 00011.000.101/97 — Matrícula: 00.050-7
Cargo: TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Averba: 14 DIAS — Período: 15/03/72 A 28/03/72
Empresa: GEORGIOS PAWTELIS LEDAKIS.

Nome: EDNILSON ALVES CORREIA — Fim: APOSENTADORIA
Processo nº 00011.000.101/97 — Matrícula: 00.050-7
Cargo: TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Averba: 02 MESES E 01 DIA — Período: 16/09/72 A 16/11/72
Empresa: MANOEL PRUDÊNCIO E CIA.

Nome: EDNILSON ALVES CORREIA — Fim: APOSENTADORIA
Processo nº 00011.000.101/97 — Matrícula: 00.050-7
Cargo: TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Averba: 01 MÊS E 11 DIAS — Período: 01/02/73 A 11/03/73
Empresa: S.A. RESTAURANTES REUNIDOS.

Nome: EDNILSON ALVES CORREIA — Fim: APOSENTADORIA
Processo nº 00011.000.101/97 — Matrícula: 00.050-7
Cargo: TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Averba: 11 MESES E 29 DIAS — Período: 01/08/73 A 29/07/74
Empresa: LE CHATEAU COM. E REP. LTDA.

Nome: EDNILSON ALVES CORREIA — Fim: APOSENTADORIA
Processo nº 00011.000.101/97 — Matrícula: 00.050-7
Cargo: TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Averba: 04 MESES E 28 DIAS — Período: 01/10/74 A 28/02/75
Empresa: SANDUBA COM. DE REFEIÇÕES LIGEIRA LTDA.

Nome: EDNILSON ALVES CORREIA — Fim: APOSENTADORIA
Processo nº 00011.000.101/97 — Matrícula: 00.050-7
Cargo: TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Averba:10 DIAS — Período: 01/04/75 A 10/04/75
Empresa:XERETA BAR LTDA.

GILMAR OLIVEIRA TAVARES

FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA

INSTRUÇÕES DE 14 DE ABRIL DE 1997

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇAO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o item 2, da Instruçao nº 01 de de 24 de março de 1995, e tendo em vista o constante do processo nº 081.002427/95,resolve:

I- Dispensar, a pedido , JOSE XAVIER JUNIOR, matrícula nº 083-3, Tecnico de Atividades Culturais, Classe Especial, Padrão III, das atribuições de executor do Termo de Contrato nº 049/96, celebrado entre a FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL e a Empresa NORMATEL NORDESTE MATERIAIS LTDA:
II - Designar o servidor GERALDO MAGELA DE REZENDE, matrícula nº 147-3, Administrador Geral do Teatro Nacional Claudio Santoro, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, Executor do Termo de Contrato mencionado no item I, tudo de conformidade com os termos constantes do processo acima epigrafado.

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada no item 2, da Instruçao nº 01 de 24 de março de 1995, resolve:
I - Averbar o tempo de serviço prestado pelo servidor abaixo relacionado à diversas empresas privadas a seguir mencionadas:
PROCESSO Nº 081.000839/97
INERESSADO : FRANCISCO PAULO DA SILVA
TEMPO : 1764 dias (04 anos, 10 meses e 04 dias), prestados à diversas empresas, conforme certidão expedida pelo INSS, contados para fins de aposentadoria e disponibilidade. (Inciso V do artigo 103, da Lei nº 8.112, de 11.12.90).

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada no item 2 , da Instruçao nº 01 de 24 de março de 1995, resolve:
I- Conceder, nos termos do artigo nº 87, da Lei nº 8.112/90, c/c o artigo 1º da Lei 221/91, Licença-Prêmio por Assiduidade aos servidores abaixo relacionados:
PROCESSO Nº : 081.002370/93
INTERESSADA : MARIA ODETE PEREIRA DA SILVA
QUINQUÊNIO : 2º - 01.07.90 a 30.06.95
PROCESSO Nº : 081.000127/95
INTERESSADO : PAULO CESAR VIEIRA XAVIER
QUINQUÊNIO : 3º - 13.07.90 a 12.01.96
PROCESSO Nº : 081.002390/93
INTERESSADA : TÂNIA CANEDO DE SOUSA SANTOS
QUINQUÊNIO : 2º - 28.06.90 a 27.08.96
PROCESSO Nº : 081.003664/91
INTERESSADA : VERA LÚCIA VIEIRA DE QUEIROZ
QUINQUÊNIO : 4º - 02.08.91 a 01.09.96
PROCESSO Nº : 081.001894/92
INTERESSADA : ISABEL MARIA DE JESUS
QUINQUÊNIO : 3º - 08.11.91 a 07.11.96
PROCESSO Nº : 081.000196/91
INTERESSADO : AURENTINO FERREIRA COSTA
QUINQUÊNIO : 3º - 16.02.86 a 15.02.91
4º - 16.02.91 a 15.02.96
PROCESSO Nº : 081.003828/92
INTERESSADO : HEVELSON LANE VIEIRA
QUINQUÊNIO : 2º - 01.07.90 a 30.06.95

NILSON RODRIGUES DA FONSECA

INSTRUÇÃO DE 15 DE ABRIL DE 1997

O DIRETOR-EXECUTIVO DA FUNDAÇAO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o item 2, da Instruçao nº 01 de 24 de março de 1995, resolve,
Autorizar, com base no artigo 5º da Lei 197, de 04.12.91, e § 2º do artigo 196, da Lei 8.112, de 11.12.90, o pagamento de Auxílio Natalida de ao servidor abaixo relacionado:
PROCESSO Nº : 081.001110/97
INTERESSADO : CLAUDIMIRO VOGADO VARGAS, matrícula nº 729-3
CONCESSÃO DE SALÁRIO FAMILIA
Concedo, com base no artigo 197, inciso I da Lei nº 8.112/90, c/c o artigo 2º, inciso I, do Decreto nº 12.740/90, tendo em vista a competência delegada no item 2, da Instrução nº 01 de 24.03.95, Salário-Família aos servidores abaixo relacionados:
PROCESSO Nº : 081.001092/97
INTERESSADO : AFONSO LIGÓRIO DE ARAÚJO MESQUITA
ASSUNTO : Concessão de Salário-Família, a partir de 01 de abril de 1997, pelo dependente GABRIEL BUGUETA DE ARAÚJO MESQUITA, filho, nascido em 28 de fevereiro de 1997.
PROCESSO Nº : 081.001109/97
INTEREESSADO : CLAUDIMIRO VOGADO VARGAS
ASSUNTO : Concessão de Salário-Família, a partir de 02 de abril de 1997, pela dependente LUANA JACOBINA VOGADO, filha, nascida em 23 de março de 1997.

NILSON RODRIGUES DA FONSECA

SECRETARIA DE TRABALHO

ATO DO CHEFE DE GABINETE

DESPACHO DO CHEFE
Em 16 de abril de 1997

PROCESSO Nº 030.005.542/96
INTERESSADO: Celina Maria B. Rego e outros
ASSUNTO: Reconhecimento de Dívida
Á vista das instruções contidas no presente processo e o disposto nos Artigos 80 e 81 do Decreto 16.098, de 29/11/94, e de acordo com que estabelece os incisos II e IV do artigo 39, cobinado com o inciso I do Artigo 38, do citado diploma legal. Reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa e determino a emissão da Nota de Empenho, a conta do sub-elemento de despesa 319092 - Despesas de Exercícios Anteriores, no valor de R$ 3.795,12 (tres mil, setecentos e noventa e cinco reais e doze centavos). Despesa decorrente do pagamento de diferença da gratificação natalina (quintos) de dezembro de 1995 e diferença de quintos de dezembro de 1995 (11ª parcela). Publique-se e encaminhe-se o processo à DAG/STb, para as providências cabíveis.

MAURÍCIO ALVES DIAS

DEPARTAMENTO DE EMPREGO

ORDEM DE SERVIÇO DE 23 DE ABRIL DE 1.997

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EMPREGO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 21, inciso II, Regimento aprovado pelo Decreto nº 15.741, de 23 de junho de 1994, e em cumprimento do art. 143 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1.990, resolve:
1 - Prorrogar, por mais 15 (quinze) dias, a partir do dia 23.04.97, o prazo a que se refere a Ordem de Serviço de 01 de abril de 1.997, publicada no DODF Nº 66 de 08.04.97, página 2471.
2 - Esta Ordem de Serviço entre em vigor na data de sua publicação.

RAIMUNDO FERREIRA DA SILVA JÚNIOR

SECRETARIA DE TURISMO

EXTRATO DE COMPRAS E SERVIÇOS
MARÇO/97

N.E. Nº	FORNECEDOR/BENS E/OU/SERVIÇOS	QUANT.	P. Unit.	PREÇO TOTAL
	INEXIGIBILIDADE			
134/97	BANCO DE BRASÍLIA - BRB Despesa com aquisição de vales transportes para servidores da SETUR, referente ao mês de março	-	-	6.210,60
139/97	MARCIA ROBERTA V. MATOS E OUTROS -Folha suplementar de 1/3 de férias dos servidores da SETUR, referente ao mês de março/97	-	-	5.583,84
141/97	MARCIA ROBERTA V. MATOS E OUTROS - Folha suplementar de adiantamento de férias dos servidores da SETUR, ref. ao mês de março de 1997.	-	-	4.542,61
142/97	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. - Cont. INSS, parte patronal e seguro de acidentes de trabalho, sobre a folha suplementar de 1/3 de férias, dos servidores da SETUR, referente ao mês de março/97	-	-	739,11
143/97	RODRIGO SOBRAL ROLLEMBERG -Diárias p/MADRID, Espanha, no período de 10 a 21 de março/97, para participar do IX PROGRAMA IBERO-AMERICANO DE FORM. MUNICIPAL. P/ UCCI. Obs: 40% de US$ 297,00 = US 118,80.	11	118,80	1.306,80
145/97	CAESB - CIA DE ÁGUA E ESGOTO DE BRASÍLIA - Serviços e tarefas de água e esgotos dos eventos apoiados ou patrocinados pela SETUR, no exercício de 1997.	-	-	2.000,00
147/97	TELEBRASÍLIA - TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA - despesas com serviços e tarifas telefônicas de interesse da SETUR, no exercício de 1997.	-	-	1.000,00
148/97	CEB COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - reforço de NE para cobrir despesa com serviços e tarifas de energia elétrica em próprios adm. pela SETUR, no decorrer de 1997.	-	-	22.500,00
150/97	RODRIGO SOBRAL ROLLEMBERG E OUTROS - Reconhecimento de dívida publicada no DODF nº 050, de 14.03.97, pag. 1795, ref. a segunda parcela do 13º salário de servidores com vencimento acima de 1200,00 (hum mil e duzentos reais)		-	5.420,65
154/97	INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO - EMBRATUR reconhecimento de Dívida publicado no DODF nº 050 de 14/03/97, pag. 1778, ref. a ressarcimento de vencimentos e encargos sociais, pela cessão do servidor Marcos Niemeyer Moreira, nos meses de janeiro e fevereiro de 1996.	-	-	3.489,61
155/97	UNIÃO FEDERAL MINISTÉRIO DA IND. E COM. - Reconhecimento de dívida Publicado no DODF Nº 050 de 14/03/97, pag. 1778, REF. a ressarcimento de vencimentos e encargos sociais, pela cessão da servidora ILZA M. PEREIRA SANTANA, no mês de dezembro de 1996.	-	-	2.445,87
156/97	UNIÃO FEDERAL MINISTÉRIO DA IND. E COM. - Reconhecimento de dívida Publicado no DODF Nº 050 14/03/97, pag. 1778, REF. a ressarcimento de vencimentos e encargos sociais, pela cessão da servidora VERÔNICA MARIA S. S. OLIVEIRA, nos meses de novembro e dezembro de 1996.	-	-	5.441,08
157/97	INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO - EMBRATUR reconhecimento de Dívida publicado no DODF nº 050 de 14/03/97, pag. 1778, ref. a ressarcimento de vencimentos e encargos sociais, pela cessão da servidora Patrícia Fernandes, nos meses de abril a dezembro de 1996.	-	-	22.017,44
161/97	UNIÃO FEDERAL MINISTÉRIO DA IND. E COM. - Ressarcimento de vencimentos e encargos sociais, pela cessão da servidora VERÔNICA MARIA S. S. OLIVEIRA, no mês de janeiro de 1996.	-	-	2.499,92
162/97	UNIÃO FEDERAL MINISTÉRIO DA IND. E COM. - Ressarcimento de vencimentos e encargos sociais, pela cessão da servidora ILZA MARIA P.SANTANA, ref. ao mês de janeiro de 1996.	-	-	4.273,20
163/97	INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO - EMBRATUR - Ressarcimento de vencimentos e encargos sociais, pela cessão da servidora Patrícia Fernandes, ref. ao mês de janeiro e fevereiro de 1996.	-	-	6.114,15
164/97	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DF - Ressarcimento de vencimentos e encargos sociais, pela secão do servidor JOÃO WESLEY DOMINGUES, Ref. ao mês de janeiro e fevereiro/97.	-	-	3.220,47
165/97	CAESB - CIA DE ÁGUA E ESGOTO DE BRASÍLIA - reforço da NE original de despesas com serviços e tarifas de água e esgoto dos próprios administrados pela SETUR, no exercício de 1997.	-	-	18.000,00
172/97	CLAYTON BATISTA DE OLIVEIRA E OUTROS - Reconhecimento de Dívida, publicado no DODF nº 120, de 24.06.96, pag. 5.114, referente a atualização das vantagens incorporadas com base na lei nº 6.732/79, (quintos), pagamento da decima parcela relativo ao mês de novembro/95.	-	-	1.320,87
176/97	IBRAHIM FARAH NETO E OUTROS - Auxilio Creche e auxilio natalidade, folha de pagamento do mês de março/97	-	-	5.510,00
177/97	IBRAHIM FARAH NETO E OUTROS - Salário Família dos servidores estatutários, folha de pagamento do mês de março/97	-	-	34,40
178/97	IBRAHIM FARAH NETO E OUTROS - Substituições e gratificações por encargos de gabinete, folha de pagamento do mês de março/97	-	-	2.350,72
179/97	IBRAHIM FARAH NETO E OUTROS - Vencimentos e vantagens fixas, folha de pagamento do mês de março/97	-	-	184.102,91
180/97	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - Contribuição parte empregador e seguro de acidentes do trabalho, dos ocupantes de cargos comissionados, folha de pagamento do mês de março/97.	-	-	13.175,75
181/97	AM DISTRIBUIDORA DE JORNAIS E REVISTAS LTDA - Renovação de uma assinatura anual diária do Jornal Ô Estado de São Paulo", no período de 24.03.97 a 22.03.98.	-	-	336,00
182/97	EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S/A - Renovação de uma assinatura anual diária do Jornal "Folha de São Paulo", no periodo de 24.03.97 a 23.03.98.	-	-	336,00
183/97	S/A CORREIO BRAZILIENSE - DEP. DE ASSINATURAS. - item 1 -Renovação de uma assinatura anual diária do Jornal "O Correio Braziliense", 360 edições, no período de 14.03.97 a 08.03.98, cadastro nº 73.787-9 - item 2 - Renovação de uma assinatura anual diária do Jornal "O Correio Braziliense", 360 edições, no período de 13.02.97 a 07.02.98, cadastro nº 46.542-9 - item 3 - Renovação de uma assinatura anual diária do Jornal "O Correio Braziliense", 360 edições, no período de 02.03.97 a 24.03.98, cadastro nº 47.091-0 - item 4 Renov. de uma assinatura anual diária do Jornal "O Correio Braziliense", 360 edições	- - - -	- - - -	1.632,00 408,00 408,00 408,00 408,00
184/97	UNIÃO FEDERAL MINISTÉRIO DA IND. E COM. - Ressarcimento de vencimentos e encargos sociais, pela cessão da servidora VERÔNICA MARIA S. S. OLIVEIRA, no mês de fevereiro/97.	-	-	2.609,30
185/97	UNIÃO FEDERAL MINISTÉRIO DA IND. E COM. - Ressarcimento de vencimentos e encargos sociais, pela cessão da servidora ILZA M. PEREIRA SANTANA, no mês de fevereiro/97.	-	-	2.397,57
187/97	Banco Regional de Brasília - BRB - Despesas com aquisição de vales transportes para servidores da SETUR, Ref. ao mês de abril/97	-	-	6.644,20
188/97	VIAÇÃO ANAPOLINA LTDA - Despesa com aquisição de vales transporte para servidores da SETUR, ref. ao mês de abril/97	-	-	290,30
191/97	ELEVADORES ATLAS S/A - Manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças e/ou componentes dos elevadores da marca Atlas, nº 27.075 a 27.080, instalados no Centro de Convenções de Brasília, no exercício de 1997. NE vinculada ao Contrato Padrão nº 03/94.	-	-	8.000,00
192/97	ELEVADORES ATLAS S/A - Manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças e/ou componentes dos elevadores da marca Atlas, nº 12.721 a 12.723, instalados na Torre de Televisão, no exercício de 1997. NE vinculada ao Contrato Padrão nº 03/94.	-	-	16.000,00

193/97	ELEVADORES ATLAS S/A - Reforço de NE p/ cobri desp. Com manut. Prev. E corretiva , com reposição de peças e ou comp. eletrônicos dos elevadores da marca Atlas, nº 27.075 a 27.080, instalados no Centro de Convenções de Brasília, no exercício de 1997. NE vinculada ao Contrato Padrão nº 03/94.	-	-	3.812,00
194/97	ELEVADORES ATLAS S/A - Reforço da NE para cobrir despesas com Manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças e/ou componentes dos elevadores da marca Atlas, nº 12.721 a 12.723, instalados na Torre de Televisão, no exercício de 1997. NE vinculada ao Contrato Padrão nº 03/94.	-	-	8.000,00
	DISPENSA			
144/97	LUZ MARIA MONTIEL DA ROCHA - Serviço de versão para o espanhol do texto "O TURISMO NO DISTRITO FEDERAL O CASO DE BRASÍLIA", com 10,5 laudas	-	-	378,00
151/97	NOVACAP - COMPANHIA URBANIZADORA NOVA CAPITAL - Execução de obras de recuperação da cobertura, reforma do piso da ala oeste e substituição da rede de alimentação de água fria do C. de Convenções Ulysses Guimarães	-	-	81.780,18
153/97	NOVACAP - COMPANHIA URBANIZADORA NOVA CAPITAL - NE emitida com base no art. 79, do dec. 16.098/94, c/c parágrafo II do Art. 3º , do Dec. 17.815/96, em substituição ao documento de nº 96NE00679, referente a obras de recuperação da cobertura, reforma do piso da ala oeste e substituição da rede de alimentação de água fria do C. de Convenções Ulysses Guimarães	-	-	100.000,00
186/97	PAPELARIA AW COMÉRCIO E REP. LTDA - Pilha alcalina pequena OBS: Material destinado ao registro fotográfico da via sacra do morro da capelinha em planaltina, dia 28.03.97.	100,00	1,55	155,00 155,00
	CONVITE			
137/95	CENTROTEC - COM. CONSTR. E REFRIG. LTDA - Serviço de reparo, assistência téc. e manutenção do Sistema de AR cond. Central do C. de Convenções U. Guimarães e a 09 aparelhos de Ar Cond. De parede, no exercício de 1997, vigência do contrato: 31.12.98, NE Subord. Ao TP nº 10/89.	-	-	26.800,00
146/97	CENTROTEC - COM. CONSTR. E REFRIG. LTDA - Serviço de reparo, assistência téc. e manutenção do Sistema de AR cond. Central do C. de Convenções U. Guimarães e a 09 aparelhos de Ar Cond. De parede, no exercício de 1997, vigência do contrato: 31.12.98, NE Subord. Ao TP nº 10/89.	-	-	200,00
149/97	CINE FOTO UNIVERSITÁRIO-ME - Serviços fotográficos, revelações de filmes positivos e negativos, revelações e ampliações, revelações de cromos e ampliações avulsas, no exercício d 1997, conf. Proposta constante do processo.	-	-	2.000,00
152/97	CENTROTEC - COM. CONSTR. E REFRIG. LTDA - Reconhecimento de dívida publicado no DODF nº 11, de 16.01.97, pag. Nº 332, Ref. A serviço de reparo, assistência téc. e manutenção do Sistema de AR cond. Central do C. de Convenções U. Guimarães e a 09 aparelhos de Ar Cond. De parede,.	-	-	26.800,00
158/97	CASA DO TELEFONE COM. E SERVIÇOS LTDA - Manutenção corretiva e preventiva com reposição de peças de : a) Central telefônica marca FASOR-8000, com 20 troncos, 1 mesa operadora, 57 aparelhos e 5 linhas diretas, tomb. 3112/09. B) Central telef. Tipo KS, marca MULTITEL, com 2 troncos e 5 ramais . Tomb. R/38/78	-	-	2.000,00
159/97	MICROTEC SISTEMAS INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A - ITEM 1 - Microcomputador da marca microtec, modelo MYTHUS 5133, e demais especificações técnicas constantes da proposta. Prazo de garantia de 02 anos	10	1.887,00	18.870,00
160/97	DIAMANTE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA - Reforço da NE original de locação de caminhão munck e de carroceria longa, para transporte de conteiners sanitários e materiais diversos, para locais de realizações de eventos e promoções, no exercício de 1997.	-	-	10.000,00
166/97	AGLOW EQUIP. P/ ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA LTDA - Manut. Corretiva e prevent. Com reposição de peças, em máquinas de escrever e de calcular (48 unid.) constantes do anexo I do convite e da proposta, no exercício de 1997. - OBS: NE vinculada ao C Padrão nº 01/96	-	-	2.000,00
167/97	NEW SHOP INFORMATICA LTDA - Impressora a laser, marca HP, modelo HP laser JET 5 e 5N, e demais especificações técnicas constantes da proposta (item04)	-	-	3.026,00
168/97	NEW SHOP INFORMATICA LTDA - Impressora a laser, marca HP, modelo HP laser JET 5 e 5N, e demais especificações técnicas constantes da proposta (item04	-	-	3.026,00
169/97	NEW SHOP INFORMÁTICA LTDA - item 05 - Impressora jato de tinta, marca HP, modelo HP 680 e demais especificações técnicas constantes da proposta - item 06 - Digitalizador de imagens e texto, marca HP, modelo HP scan jet 4C, e demais especificações técnicas constantes da proposta. - item 07 - estabilizador de voltagem marca SM, modelo 0,8 KWA, e demais especificações técnicas constantes da proposta.	03 01 15	664,00 1.872,00 54,00	4.674,00 1.992,00 1.872,00 810,00
170/97	NEW SHOP INFORMÁTICA LTDA - item 08 - Licença de uso do softwares MS-OFFICE PROFULL ACCES FOR WINDOWS 95, ultima versão em português marca MS MOD. OFFICER PROFULL. - item 09 - Softwares marca COREL, modelo COREL DRAW VS 6.0	5 1	790,00 1	4.630,00 3.950,00 680,00
171/97	NEW SHOP INFORMÁTICA LTDA - item 03 -Placa FAX-MODEM de 28.800 BPS, marca U.S. Robotics.	4	326.00	1;304.00
175/97	BRASÍLIA EMPRESA DE SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA - Reconhecimento de dívida publicado no DODF nº 011. De 16.01.97, pag. 0331, referente a prestação de serviços de limpeza e conservação de próprios, no período de 01.01.96 a 16.06.96.	-	-	54.255,14

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

INSTITUTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 15 de abril de 1997

PROCESSO N.º : 194.000.014/97
INTERESSADO: HELOISA HELENA DE SÁ WANDERLEY E OUTROS
ASSUNTO: RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

À vista das instruções contidas nos autos e com fulcro nos artigos 80 e 81 das Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, aprovadas pelo Decreto n.º 16.098 de 29/11/94 e de acordo com o estabelecido no inciso I, do artigo 38, combinado com o inciso II, do artigo 39, do citado diploma legal, RECONHEÇO a dívida, AUTORIZO a realização da despesa e DETERMINO a emissão da Nota de Empenho, no valor de R$ 2.368,15 (Dois mil, trezentos e sessenta e oito reais e quinze centavos), correndo a despesa por conta do elemento 31.90-92, despesas de Exercícios Anteriores, em favor de HELOISA HELENA DE SÁ WANDERLEY E OUTROS, relativo ao pagamento de Acerto de Contas e diferença de Gratificação Natalina, com base na Lei n.º 6.732/79 e artigo 62 § 2º da Lei n.º 8.112/90.
Publique-se e encaminhe-se ao SOF/DAG/ICT, para emissão da respectiva Nota de Empenho.

ARTHUR OSCAR GUIMARÃES

(*) Republicado por ter saído com incorreção, do original, no DODF nº 73, de 17.4.97.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA Nº 193, DE 22 DE ABRIL DE 1997

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe confere o inciso III do artigo 68 da Lei Complementar nº 01, de 09 de maio de 1994, e tendo em vista o que se apresenta no Processo nº 1142/97, resolve: Exonerar, a pedido, a partir de 1º de abril do corrente ano, de acordo com o *caput* do artigo 34, primeira parte, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, CLÉCIUS CUIABANO PEIXOTO, do cargo de Analista de Finanças e Controle Externo, 3ª Classe, Padrão I, do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares deste Tribunal.

JORGE CAETANO



SEÇÃO III

SECRETARIA DE GOVERNO

AVISO DE CANCELAMENTO
CONVITES NºS 8, 13 E 14/97

A Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Governo - CPL/SEG, comunica a todos os interessados que os Convites Nºs 008, 013 e 014/97 foram anulados por apresentarem vícios insanáveis.

Brasília,DF, 22 de abril de 1997.
RONALDO DA COSTA
Presidente da Comissão

SUBSECRETARIA DE ARTICULAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA EXECUTIVA PARA IMPLANTAÇÃO DO COMPLEXO INDUSTRIAL DO PORTO SECO/DF

AVISO DE ADIAMENTO
CARTA-CONVITE Nº 1/97

PROCESSO Nº 030.000.956/97 - Contratação de empresa especializada para elaboração de estudos relacionados com a implantação da Plataforma Intermodal de Transportes e Estudo Urbanistico e Aduaneiro do Complexo Industrial do Porto Seco do Distrito Federal.

Informamos as partes interessadas, que em razão de consulta formulada à CEL/SECIPS, pela AP - ENGENHEIROS CONSULTORES S/C, cuja resposta está sendo efetivada, fica ADIADA para 29/04/97, no mesmo horário e local, o recebimento da DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTA, relativos à licitação acima especificada.

Brasília-DF, 22 de abril de 1997
CELIO VELOZO
Presidente da CEL

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA

RESULTADO DE JULGAMENTO
CONVITE Nº 4/97

A Comissão Permanente de Licitação da Administração Regional de Santa Maria, torna publico para conhecimento dos interessados, o Julgamento das Propostas de Preço, referente ao Convite nº 004/97-RA XIII, que tem como objeto a Locação de Máquina Copiadora, conforme consta no processo 143.000.176/97. Após análise das propostas apresentadas, a Comissão resolveu classificar as propostas das Firma 01 TECNOLTA EQUIPAMENTOS E ELETRÔNICOS LTDA e Firma 02 - XEROX DO BRASIL LTDA, por apresentarem as Propostas de Preços, em conformidade com o solicitado no Edital. E adjudicar a Locação da Máquina Copiadora, modelo X 5334 para a Firma 02, com um valor de R$ 990,00 (Novecentos e noventa reais), mensais.

ELEN CHRISTINA MARQUES SANTANA
Presidente da CPL

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 5/97

PROCESSO Nº: 132.001427/96. PARTES: DF/RA-III X MICROTEC SISTEMAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. OBJETO: A aquisição, instalação, prestação de serviços com garantia de funcionamento de hardware, software. PRAZO: 15/04/2001. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO: 300700212016-0002. FONTE DE RECURSOS: 020. CÓDIGO U.O.: 11.105. SUBELEMENTO DA DESPESA: 459052. NOTA DE EMPENHO: nº 00072/97 emitida em 26.02.97, sob o evento 400091, na modalidade ordinário, no valor de R$ 31.156,00 (trinta e um mil cento e cinquenta e seis reais). VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigência na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 16/04/97. SIGNATÁRIOS: pelo DISTRITO FEDERAL: ABDON HENRIQUE DE ARAUJO, na qualidade de Administrador Regional. Pela CONTRATADA: ALCIR XAVIER VITÓRIA JÚNIOR, na qualidade de Gerente de Contas Especiais.

AVISO DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 9/97

OBJETO : Aquisição de material elétrico
DATA : 30/04/97
HORÁRIO : 9h
LOCAL : O Edital será entregue na CPL, situada no Edifício Sede da RA-III, Praça Central - Taguatinga-DF, no horário comercial, mediante recolhimento do valor de R$ 1,60, no D.A.R, na rede bancária.

Taguatinga, 17 de abril de 1997.
NÍLVEA RIBEIRO LOPES
Presidente da CPL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADOS DE JULGAMENTOS
TOMADA DE PREÇOS Nº 6/97

Proc./Inter.: 030.000.475/97 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO e 030.000.939/97 - SECRETARIA DE GOVERNO
Objeto: execução de serviços de fornecimento de passagens aéreas e rodoviárias, para viagens no âmbito Nacional e Internacional.
A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, torna público, para conhecimento de todos os interessados que após avaliação das propostas de preços decidiu:
1) Desclassificar a proposta da empresa BBTUR VIAGENS E TURISMO, por estar sua proposta em desacordo com o item 7.3 do edital (percentual de desconto sobre a Comissão da agência), empresa ofereceu percentual de desconto sobre o faturamento.
2) Propor a adjudicação e homologação:
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: Para Empresa EXITOURS AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO
SECRETARIA DE GOVERNO: Para Empresa EXITOURS AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO, por ter ofertado o maior desconto.

TOMADA DE PREÇOS Nº 8/97

Proc./Inter.: 150.000.046/97 - SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE
Objeto: Execução de serviços de locação de máquinas copiadoras.
A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, torna público, para conhecimento de todos os interessados que após avaliação das propostas de preços julgou vencedora do item 01 a empresa XEROX DO BRASIL, por ter cotado o menor valor e ter atendido as demais condições do edital.

Brasília, 18 de abril de 1997.
DORALICE DE JESUS OLIVEIRA MAGALHÃES
Presidente da Comissão

SUBSECRETARIA DE RECURSOS FÍSICOS

DEPARTAMENTO DE MATERIAL

COMISSÃO DE ANÁLISE E REGISTROS CADASTRAIS

COMUNICADO

ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Interessado(S)	Assunto	Grupos Deferidos	Grupos Indeferidos
Auto Peças e Elétrica Universo Ltda	Renovação	2101,2103,2104,2105,2107, 2111.	
Comprofar Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda	Inscrição	1904. Procurador	1901,1902,1903,1905.
Siggraf Materiais e Serviços Ltda	Renovação	0506,0801,0902,1011,1013, 1402,1404,1405,1407,1408, 1505,1601,1602,1701,1705, 2401,5606,7001.	1801.
Bio Ciência Produtos Científicos Ltda	Alteração	0504,2003,5304,5305,6601, 6903.	
Nacional Tintas Ltda	Inscrição	1013	
Madeireira Fortaleza Comércio de Madeiras Ltda	Inscrição	1006,1008,1013.	1004
Ritz do Brasil S/A	Renovação	2003,5301.	1602,1603,1801,5304.
Geoprint Informática e Papéis Ltda	Recurso	1406,1408,2009,2401,5801, 2201,5606,6804,6806,5305, 5607,6803,0903,1602,1701.	2007,0905,5702,1902,6801, 6802.
Sistema Construções Ltda	Renovação	9743,9785,9747.	
Astra Brasília Empresa de Saneamento Básico Ltda	Recurso	9737.	
Sitran Empreendimentos Empresariais Ltda	Renovação	9734,9786.	
R S T Instalações Técnicas Ltda	Inscrição	5301,6401,9747.	
Aciotec Comércio Representações e Assistência Técnica Ltda	Recurso	2016.	
Expedgraf Gráfica e Papelaria Ltda	Renovação	1402,1404,1405,1407	0803,0805,1406,1408,6001, 7001,9707,1802,1803,1805, 2201,2401,5603,5605,5606, 6603,6802,6803,6804,6806, 6807.

I O S Informática organização e Sistemas Ltda	Inscrição	9736.	9729,9735
Equiplex Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares Ltda	Renovação	1904.	Representante Comercial
Bicolor Comércio Representações e Serviços Ltda	Renovação	0701,0702,1001,1002,1004, 1005,1006,1007,1008,1009, 1003,1011,1013,1701,1602.	6201.
Comercial Dincos e Serviços Ltda	Alteração	2007,5702,5301,5401.	1804.
Solo e Água Comercial Agrícola e Representações Ltda	Renovação	0905,1201,1204,1205,1206.	0901,7201.
Manchester Empresa de Serviços Gerais Ltda	Alteração	9747.	9736.
Mundial Química do Brasil Ltda	Recurso	1705. Procurador	
Centro Oeste Máquinas e Ferramentas Ltda	Alteração	6202.	1201.
Artes Gráficas e Editora Pontual Ltda	Inscrição	9740.	9707,0805.

A Comissão de Análise e Registros Cadastrais/DM/SRF/SEA, em cumprimento a alínea "D" do Inciso I, combinado com o § 5º do Art. 109 da Lei Nº 8.666/93, torna público a todos os interessados o resultado do julgamento da reunião em epígrafe, bem como, abre prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis e franqueia os autos dos processos aos interessados.

Em 17 de abril de 1997.
ALDA SILVA VIVACQUA
Presidente da Comissão

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

RESULTADO DE HABILITAÇÃO
CONVITE Nº 10/97

PROCESSO Nº: 040.001.680/97
OBJETO: Aquisição de material para copiadora.

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CPL/SEFP, torna público o resultado do julgamento da HABILITAÇÃO do Convite em epígrafe, na seguinte forma: todas as empresas participantes do certame foram consideradas HABILITADAS a saber: LUIS ALBERTO CAMPOS RODRIGUES (LCR INFORMÁTICA), COMERCIAL IPL INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA, JFA COMERCIAL IMPORTADORA LTDA, DIGIPRINTER EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA, TECNOLTA EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA, TYPE MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA, NASTEC - SERVIÇOS, MATERIAIS E MÁQUINAS LTDA e OLIVETTI DO BRASIL S/A. A Comissão fixa a data de abertura das propostas comerciais para o dia 28 de abril de 1997 às 10:00 hs, SBN Quadra 02, bloco A, Ed. Vale do Rio Doce, auditório PAULO EMÍLIO - subsolo, dando a Comissão o prazo legal constante na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para os possíveis recursos. Outras informações na Secretaria de Fazenda e Planejamento, 2º andar, Comissão de Licitação nos dias úteis, das 9:00 às 17:00 ou pelos telefones (061) 312 8200, 312 8176 ou 312 8281.

Brasília-DF., 18 de abril de 1997.
FERNANDO CABRAL VIANA FILHO
Presidente da Comissão

SUBSECRETARIA DA RECEITA

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS

EDITAL Nº 121 DFE/DFT/SUREC/SEFP, DE 16 DE ABRIL DE 1997

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICO A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 461/97 - DFE, de 18/03/97, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **ILDECI REIS DA COSTA - ME**, inscrição nº 07.316.971/001-24, com a seguinte descrição: Deixou de recolher, ou recolher a menor, o ICMS lançado nos seguintes valores originais: a) Cr$ 5.439.721,54 (Cinco milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, setecentos e vinte e um cruzeiros e cinquenta e quatro centavos), referente aos meses de março/92, maio/92 e dezembro/92, março a junho/93; b)CR$ 4,57 (quatro cruzeiros reais, cinquenta e sete centavos), referente aos meses de julho e agosto/93. Após conversão, atualização monetária e aplicação dos acréscimos legais devidos, o crédito tributário soma R$ 407,79 (Quatrocentos e sete reais e setenta e nove centavos), conforme demonstrativos anexos. INFRINGÊNCIA LEGAL: I - Decreto 3.992/77, Art. 82, I, 2. Multa: Art. 480, I (50%).

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 - PRINCIPAL	1,98
2 - CORREÇÃO MONETÁRIA	205,56
3 - MULTA SOBRE O PRINCIPAL	103,76
4 - JUROS DE MORA	96,49
TOTAL (R$)	407,79
TOTAL POR EXTENSO: (Quatrocentos e sete reais e setenta e nove centavos).	

INTIMAÇÃO PARA RECOLHER OU IMPUGNAR A EXIGÊNCIA, NO PRAZO DE 20 DIAS, A CONTAR DO DIA ÚTIL SEGUINTE AO DA CIÊNCIA. Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima, ou, se preferir, apresentar impugnação por escrito à Divisão da Receita de sua Circunscrição fiscal, sob pena de REVELIA. Se optar pelo recolhimento no prazo estipulado, a multa sobre o principal será reduzida em 75%. (Auditores Autuantes: Patrícia Ferreira Motta Café, mat.: 46.202-0; Paulo Roberto S. Proença Gomes, mat.: 46.232-2)

OSVALDO FRANCISCO PIRES

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

RESULTADO DE HABILITAÇÃO
TOMADAS DE PREÇOS NºS 15 E 16/97

A Comissão Permanente de Licitação da FEDF comunica aos interessados que os Resultados de Habilitação das Tomadas de Preços nºs 015 e 016/97 - FEDF, encontram-se afixados no quadro de avisos da CPL, no Edifício Sede da FEDF, SGAN 607 Projeção "D" 2º andar.

Brasília, 22 de abril de 1997
EVERALDO MENDONÇA
Presidente da CPL

SECRETARIA DE SAÚDE

EXTRATOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo: 061.001552/97
Entidade responsável : FHDF
Objeto:pretação de serviço, mediante contrato, de confecção de unifor - mes
Justificativa: inciso XIII, artigo 24, Lei 8.666/93
Data do ato de ratificação: 10.04.97
Responsável pelo ato de ratificação:Dra.Maria José Conceição - Secretá - ria de Saúde
Processo:061.002163/97
Entidade responsável:FHDF
Objeto:locação de imóvel à QR201, conj.F, casa 2-Sta Maria
Justificativa:inciso X, artigo 24, Lei 8666/93
Data do ato de ratificação:17.4.97
Responsável pelo ato de ratificação: Dra. Maria José Conceição - Secretá ria de Saúde
Processo:061.002277/97
Entidade responsável:FHDF
Objeto:aquisição de aminofilina 24 mg/ml
Justificativa:inciso IV,artigo 24, Lei8666/93
Data do ato de ratificação:14.4.97
Responsável pelo ato de ratificação:Dra. Maria José Conceição - Secretá ria de Saúde
Processo:061.002065/97
Entidade responsável:FHDF
Objeto:aquisição de conj.para reação hemagl.ind.sorodiagnóstico-Texo - plasmose
Justificativa:incisoIV, artigo 24, Lei 8666/93
Data do ato de ratificação:10.4.97
Responsável pelo ato de ratificação:Dra. Maria José Conceição - Secretá ria de Saúde

EXTRATOS DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo: 061.001453/97
Entidade responsável:FHDF
Objeto:aquisição de Clobutinol 6% e outro
Justificativa:inciso I, artigo 25, Lei 8.666/93
Data do ato de ratificação:14.04.97
Responsável pelo ato de ratificação:Dra. Maria José Conceição - Secre - tária de Saúde.
Processo:061.001512/97
Entidade responsável:FHDF
Objeto:aquisição de equipo p/bomba de infusão
Justificativa:incisoI, artigo 25,Lei8666/93
Data do ato de ratificação:14.4.97
Responsável pelo ato de ratificação:Dra. Maria José Conceição - Secretá ria de Saúde
Processo:061.001988/97
Entidade responsável:FHDF
Objeto:aquisição de morfina 30 mg
Justificativa:incisoI, artigo 25,Lei 8666/93
Data do ato de ratificação:14.4.97
Responsável pelo ato de ratificação:Dra. Maria José Conceição - Secretá ria de Saúde
Processo:061.001452/97
Entidade responsável:FHDF
Objeto:aquisição de Procainamida e Acetilcisteina
Justificativa:incisoI, artigo 25, Lei 8666/93
Data do ato de ratificação:14.4.97
Responsável pelo ato de ratificação:Dra. Maria José Conceição - Secretá ria de Saúde
Processo:061.001898/97
Entidade responsável:FHDF
Objeto:aquisição de Solução Vermelha e outra
Justificativa:inciso I, artigo 25, Lei 8666/93
Data do ato de ratificação:14.4.97
Responsável pelo ato de ratificação:Dra. Maria José Conceição - Secretá ria de Saúde

Processo:061.002373/97
Entidade responsável:FHDF
Objeto:aquisição de Penicilina G.Benzantina - 600.000UI
Justificativa:incisoIV, artigo 24, Lei 8666/97
Data do ato de ratificação:10.4.97
Responsável pelo ato de ratificação:Dra. Maria José Conceição - Secretária de Saúde
Processo:061.001235/96
Entidade responsável:FHDF
Objeto:prestação de serviço, mediante contrato de Estudo de Morbidade Psiquiátrica nos Serviços da FHDF
Justificativa:incisoI, artigo 25, Lei 8666/93
Data do ato de ratificação:14.4.97
Responsável pelo ato de ratificação:Dra. Maria José Conceição - Secretária de Saúde

Processo: 061.001449/97
Entidade responsável: FHDF
Objeto: aquisição de clorimipramina 25 mg e outro
Justificativa: inciso I, artigo 25, Lei 8.666/93
Data do ato de ratificação: 11.4.97
Responsável pelo ato de ratificação:Dra.Maria José Conceição - Secretária de Saúde
Processo: 061.001457/97
Entidade responsável:FHDF
Objeto: aquisição de hidroxiureia 500 mg e outros
Justificativa: inciso I, artigo 25, Lei 8.666/93
Data do ato de ratificação: 11.04.97
Responsável pelo ato de ratificação:Dra.Maria José Conceição - Secretária de Saúde
Processo: 061.036046/97
Entidade responsável: FHDF
Objeto:aquisição de eletrodo de PCO2 P/aparelho de gasometria e outros
Justificativa: inciso I, artigo 25, Lei 8.666/93
Data do ato de ratificação: 11.4.97
Responsável pelo ato de ratificação:Dra.Maria José Conceição - Secretária de Saúde
Processo:061.002327/97
Entidade responsável:FHDF
Objeto:aquisição de molgramostima 300 mg FA+DIL
Justificativa:inciso I, artigo 25, Lei 8666/93
Data do ato de ratificação:16.4.97
Responsável pelo ato de ratificação:Dra. Maria José Conceição - Secretária de Saúde
Processo:061.001868/97
Entidade responsável:FHDF
Objeto:aquisição de Tioridazina 50 mg
Justificativa:inciso I, artigo25,Lei 8666/93
Data do ato de ratificação:16.4.97
Responsável pelo ato de ratificação:Dra.Maria José Conceição - Secretária de Saúde
Processo:061.001180/97
Entidade responsável:FHDF
Objeto:aquisição de toxina botulímica 100UI liofilizada tipo A
Justificativa:inciso I, artigo 25, Lei 8666/93
Data do ato de ratificação:17.4.97
Responsável pelo ato de ratificação:Dra. Maria José Conceição - Secretária de Saúde
Processo:061.001450/97
Entidade responsável:FHDF
Objeto:aquisição de clordiazepoxido 100 mg
Justificativa:inciso I, artigo 25, Lei 8666/93
Data do ato de ratificação:17.4.97
Responsável pelo ato de ratificação:Dra. Maria José Conceição - Secretária de Saúde

SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 31/96

PROCESSO: 101.002.062/96; PARTES: FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL e o CENTRO SOCIAL SÃO JOÃO BATISTA; OBJETO: prorrogar os prazos da execução e da vigência até 31/07/97, alterar o valor "per capita" diário e suplementar recursos em função da prorrogação e da alteração do valor "per capita"; CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:: 15081048723170001; NATUREZA DA DESPESA: 345039; FONTE: 062001346; ASSINATURA: 31/03/97; VIGÊNCIA: Da data da assinatura até 31/07/97; PUBLICAÇÃO: No DODF a expensas da FUNDAÇÃO; SIGNATÁRIOS: P/FUNDAÇÃO: Osvaldo Russo de Azevedo; P/ENTIDADE: Maria Ilcie Seitel.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO AO ADITIVO CONVÊNIO Nº 30/96

PROCESSO: 101.002.098/96; PARTES: FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL e a CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS OBLATAS DO SANTÍSSIMO MENINO JESUS, NO BRASIL; OBJETO: prorrogar os prazos da execução e da vigência até 31/07/97, alterar o valor "per capita" diário e suplementar recursos em função da prorrogação e da alteração do valor "per capita"; CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15081048321180003; NATUREZA DA DESPESA: 345039; FONTE: 062001346; ASSINATURA: 31/03/97; VIGÊNCIA: Da data da assinatura até 31/07/97; PUBLICAÇÃO: No DODF a expensas da FUNDAÇÃO; SIGNATÁRIOS: P/FUNDAÇÃO: Osvaldo Russo de Azevedo; P/ ENTIDADE: Santina Gentili.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADIVIVO AO CONVÊNIO Nº 51/97

PROCESSO: 101.002.060/96; PARTES: FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL e a OBRA DE ASSISTÊNCIA Á INFÂNCIA E Á SOCIEDADE-OASIS; OBJETO: prorrogar os prazos da execução e da vigência até 31/07/97, alterar o valor "per capita" diário, aumentar o número de crianças atendidas, suplementar recursos, incluir o valor "per capita" diário de R$ 0,2836 e alterar a cláusula Segunda do termo original; CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15081048321180003; NATUREZA DA DESPESA: 345039; FONTE: 062001346; ASSINATURA: 31/03/97; VIGÊNCIA: Da data da assinatura até 31/07/97; PUBLICAÇÃO: No DODF a expensas da FUNDAÇÃO; SIGNATÁRIOS: P/FUNDAÇÃO: Osvaldo Russo de Azevedo; P/ENTIDADE: Maria Deize Dalla Costa Horta.

AVISO DE LICITAÇÃO

CONVITE Nº 1/97

PROCESSO Nº : 030.009.815/96

A Comissão Permanente de Licitação da Secretaria da Criança e Assistência Social, comunica a quem interessar que estará realizando licitação para manutenção de 28 (vinte e oito) máquinas de escrever no dia 30/04/97 às 10:00 horas, os editais estarão à disposição dos interessados no 4º andar do Anexo do Palácio do Buriti - Sala 423, no horário de 09:30 às 12:00 e de 15:00 às 18:00 horas. Para retirar o Edital é necessário cópia do CRC/SEA e carimbo da Empresa.

Brasília-DF, 22 de abril de 1997
EUSTÁQUIO PESSOA
Presidente da Comissão

SECRETARIA DE OBRAS

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

AVISO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA

A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP, torna público que requereu ao IEMA/SEMATEC a renovação da sua Licença de Operação, por 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, para a atividade de extração de cascalho laterítico na Jazida da BR-060 - Km 09 - Samambaia/DF.

Brasília, 18 de abril de 1997
OTO SILVÉRIO GUIMARÃES JÚNIOR
Diretor Presidente

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA

RESULTADO DE JULGAMENTO
CONCORRÊNCIA Nº 1/97

A COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB, através da Comissão de Licitação de Materiais-CLM, situada no SGAS Quadra 904 Bloco "A", sala 23, Complexo Administrativo da CEB, em Brasília-DF, torna público o resultado do procedimento licitatório da **Concorrência 001/97** , onde sagrou-se vencedora a empresa: TRAFO EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS S/A, estando o processo à disposição dos interessados para vistas, na Comissão de Licitação de Materiais - CLM, no horário das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas. Demais informações através dos telefones: 325.2958 e 325.2969.

Brasília-DF, 18 de abril de 1997
MARIA APARECIDA PIMENTA
Presidente da Comissão

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DE BRASÍLIA

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA

A Companhia de Água e Esgotos de Brasília-CAESB torna público que requereu ao IEMA/SEMATEC a renovação da Licença Prévia para a implantação da Complementação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Bacia do Lago Paranoá.

Brasília, 17 de abril de 1997.
MARCOS HELANO FERNANDES MONTENEGRO
Presidente

EXTRATOS DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 4030. Ass.: 22.04.97. PROCESSO: 092.000402/97. PARTES: CAESB X CONSTRUTORA HAMILTON LTDA. Tomada de Preço TP nº 018/97-CAESB. OBJETO: execução de obras de reforma da portaria, no andar térreo, e da sobreloja do Edifício-Sede da CAESB, localizado no Setor Comercial Sul- Quadra 04, Bloco "A" nº 67/97 em Brasília- DF, na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada, por preço global. FONTE RECURSO: Os recursos financeiros são próprios da CAESB/FINAM. CLASSIFICAÇÃO: As despesas correrão à conta do Projeto 13.076.0021.5056.0001 - Construção, Ampliação e Reforma nas Unidades Administrativas e Operacionais da CAESB, Código - 22.404.101.050-7. VALOR: R$ 41.609,70 (quarenta e um mil, seiscentos e nove reais e setenta centavos).PRAZO: 60 (sessenta) dias consecutivos, contados a partir da data da emissão da ordem de serviço. VIGÊNCIA: 120 (cento

e vinte) dias consecutivos, contado a partir de sua assinatura. **ASSINANTES**: P/CAESB: Valtrudes Pereira Franco. P/CONSTRUTORA HAMILTON LTDA: Hamilton Ayres Rodrigues.

CONTRATO Nº 4031. Ass.: 22.03.97. PROCESSO: 092.004892/96. PARTES: CAESB X MAXSERVICE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. Concorrência Pública CP nº 15/96-CAESB. OBJETO: prestação de serviços de leitura de hidrômetros, emissão e entrega de contas no ato da leitura (com utilização de coletor eletrônico que permite o registro da leitura e a emissão da conta no ato da visita ao usuário), entrega de avisos de débito e similares, emissão e entrega de avisos de corte (com utilização do coletor eletrônico), suspensão e religação do fornecimento de água e levantamento em geral, no âmbito do Distrito Federal. FONTE DE RECURSO: Os recursos financeiros são próprios da CAESB. CLASSIFICAÇÃO: As despesas correrão à conta da rubrica 122.03.303.305-3, da Superintendência Comercial - DRFC. VALOR: R$ 1.587.364,80 (hum milhão, quinhentos e oitenta e sete mil e trezentos e sessenta e quatro reais e oitenta centavos). PRAZO: 24 (vinte e quatro) meses, contado a partir da data da emissão da ordem de serviço. VIGÊNCIA: 27 (vinte e sete) meses, contado a partir de sua assinatura. ASSINANTES: P/CAESB: Carlos Álvares da Silva Campos Neto. P/MAXSERVICE LTDA: Edson Carlos dos Santos.

CONTRATO Nº 4032. Ass.: 22.04.97. PROCESSO: 092.005983/96. PARTES: CAESB X BANCO BRASILEIRO COMERCIAL S/A. Inexigibilidade de Licitação. OBJETO: arrecadação de receita de Notas Fiscais/Faturas de Água e Esgotos/Serviços emitidas pela CAESB, através de sua rede de agências no Distrito Federal, inclusive mediante débito automático em conta-corrente de clientes e através do intercâmbio de informações por meio magnético. FONTE RECURSO: Os recursos financeiros são próprios da CAESB. CLASSIFICAÇÃO: As despesas correrão à conta Código 12.203.303.329-/SPCO. VALOR: A remuneração ao BANCO pelos serviços prestados será de R$ 0,25 (vinte e cinco centavos) por Nota Fiscal/Fatura de Água e Esgotos/Serviços. PRAZO: O presente Contrato terá prazo de vigência de 05 (cinco) anos. ASSINANTES: Carlos Álvares da Silva Campos Neto. P/BANCO BRASILEIRO COMERCIAL S/A: José Carlos Alves de Souza e Ricardo Pires.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 092.000682/97. Ass.: 18/04/97. PARTES: CAESB X OW TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA. Inexigibilidade de Licitação. OBJETO manutenção para atualização de versão relativa a ferramenta de desenvolvimento de sistemas SQL Windows, utilizados na plataforma de rede de computadores da CAESB. VALOR: R$ 4.613,40 (quatro mil, seiscentos e treze reais e quarenta centavos). AUTORIZAÇÃO: Valtrudes Pereira Franco - Diretor Administrativo. RATIFICAÇÃO: Marcos Helano Fernandes Montenegro - Presidente da CAESB.

EXTRATOS DE QUITAÇÃO

Termo de Quitação do CT nº 3901, Processo: 092.001408/97. PARTES: CAESB X CMC VÁLVULAS E CONEXÕES LTDA. DATA DA ASSINATURA: 22/04/97. ASSINANTES: P/CAESB: Valtrudes Pereira Franco - Diretor Administrativo. P/CMC LTDA: Maria da Glória Medeiros Lucafó.

Termo de Quitação do CT nº 3902, Processo 092.001534/97. PARTES: CAESB X CMC VÁLVULAS E CONEXÕES LTDA. DATA DA ASSINATURA: 22/04/97 ASSINANTES: P/CAESB: Valtrudes Pereira Franco - Diretor Administrativo. P/CMC LTDA: Maria da Glória Medeiros Lucafó.

Termo de Quitação do CT nº 3923, Processo: 092.004948/96 PARTES: CAESB X CMC VÁLVULAS E CONEXÕES LTDA. DATA DA ASSINATURA: 22/04/97. ASSINANTES: P/CAESB: Valtrudes Pereira Franco - Diretor Administrativo. P/CMC LTDA: Maria da Glória Medeiros Lucafó.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

3º Aditivo ao Contrato nº 3638. Ass.: 11.04.97. PROCESSO 092.003135/96. PARTES: CAESB X COLMAR ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA. OBJETO: Altera as Cláusulas Terceira (Preço/Valor) e Quarta (Prazo de Execução/Vigência). Fica acrescida ao valor original do Contrato a quantia de R$ 75.819,61 (setenta e cinco mil, oitocentos e dezenove reais e sessenta e um centavos), passando seu montante de R$ 1.038.808,98 (um milhão, trinta e oito mil e oitocentos e oito reais e noventa e oito centavos) para R$ 1.114.628,50 (um milhão, cento e quatorze mil, seiscentos e vinte e oito reais e cinqüenta centavos). Os prazos do Contrato que findariam em 14/04/97 e 08/08/97, ficam prorrogados por mais 35 (trinta e cinco) dias consecutivos, expirando-se em 19/05/97 e 12/09/97, respectivamente. ASSINANTES: P/CAESB: Pery Luis de Mello Nazareth. P/COLMAR LTDA: Lauro Taira

AVISOS DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 3/97

A Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB torna público que realizará a Tomada de Preços nº TP - 031/97-CAESB para execução de recuperação de pintura do concreto aparente, do prédio de elevatória de água bruta do Rio Descoberto, Distrito Federal. Data de realização: 13 de maio de 1997, às 09:00 horas. Os editais poderão ser adquiridos na Assessoria de Licitações, no sexto andar do edifício Sede, localizado no Setor Comercial Sul, Quadra 04, Bloco A, nºs 67/97, em Brasília - Distrito Federal, mediante o recolhimento prévio de R$ 10,00 para cada edital, na Tesouraria da CAESB. Outras informações poderão ser obtidas através do telefone (061) 325-7122 e do fax (061) 325-7340.

Brasília, 18 de abril de 1997.

TOMADA DE PREÇOS Nº 32/97

A Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB torna público que realizará a Tomada de Preços nº TP - 032/97-CAESB para aquisição de materiais em concreto armado-vibrado (tampas, lajes, placas diversas, excentricos, aduela, tijolos maciços, abrigos para hidrômetros, bloco meio-fio e blocos de ancoragem diversos).
Data de realização: 13 de maio de 1997, às 15:00 horas.
Os editais poderão ser adquiridos na Assessoria de Licitações, no sexto andar do edifício Sede, localizado no Setor Comercial Sul, Quadra 04, Bloco A, nºs 67/97, em Brasília - Distrito Federal, mediante o recolhimento prévio de R$ 10,00 para cada edital, na Tesouraria da CAESB. Outras informações poderão ser obtidas através do telefone (061) 325-7122 e do fax (061) 325-7340.

Brasília, 22 de abril de 1997
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE PRORROGAÇÃO
CONVITE Nº 12/97

A Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB torna público que o Convite nº CVO - 012/97-CAESB , para execução de serviços de calibração da instrumentação das Estações de Tratamento de Esgotos ETEB-SUL e ETEB-NORTE, em Brasília, Distrito Federal, marcada anteriormente para o dia 22 de abril de 1997, às 15:00 horas, foi prorrogada para o dia 06 de maio de 1997, no mesmo horário e local, por razões administrativas.

Brasília, 22 de abril de 1997.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL

RESULTADO DE JULGAMENTO
CONVITE Nº 9/97

PROCESSO Nº : 030.002172/97
OBJETO: Aquisição de Material de Expediente.
A Comissão Permanente de Licitação torna público a todos os interessados que após a análise das propostas relativas ao processo licitatório em epígrafe, julgou vencedoras as firmas: FICAPAS-COM. DE ART. P/ESCRIT. LTDA, no valor total de R$ 670,00, itens 06, 07, 08, 09; PAPELARIA COQUINHA LTDA, no valor total de R$ 516,60, itens 01, 02, 04, 05 e 10; DIGIPRINTER EQUIPAMENTOS PARA ESCRIT. LTDA, no valor total de R$ 404,40, item 03.

Brasília, 18 de abril de 1997
MÔNICA SOARES VELLOSO
Presidente da CPL

SECRETARIA DE TRANSPORTES

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 58/95

PROCESSO Nº 113.001.658/95 - PARTES: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL e FROYLAN ENGENHARIA, PROJETOS, COMÉRCIO LTDA. - OBJETO: Prorrogar o prazo de execução dos serviços por 40 (quarenta) dias e em conseqüência, a vigência do Contrato para 02.06.97 e 31.07.97, respectivamente. - DATA DA ASSINATURA: 02.04.97.

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 29/97

Objeto: Elaboração de relatório de avaliação de riscos ambientais (RARAS) para as obras de pavimentação das rodovias DF-475, DF-435, DF-445, DF-430, VC-541, DF-001 e DF-450, e das vias rurais da Colônia Agrícola Sucupira e do Kanegae (RA XVII).
Abertura: Dia 26 de maio de 1.997, às 09:00 horas.
LOCAL DE OBTENÇÃO DO EDITAL: Núcleo de Compras/DMS, Edifício-Sede do DER/DF, 1° andar, localizado no SAIN, Bloco "C", em Brasília/DF.

TOMADA DE PREÇOS Nº 30/97

Objeto: Elaboração de relatório de avaliação de riscos ambientais (RARAS) para as obras de pavimentação das rodovias DF-205, DF-135, DF-285, DF-120, e DF-320, e das ligações da BR-251 a Nova Betânia (RA XIV), e da DF-250 a Sobradinho dos Melos (RA VII).
Abertura: Dia 27 de maio de 1.997, às 09:00 horas.
LOCAL DE OBTENÇÃO DO EDITAL: Núcleo de Compras/DMS, Edifício-Sede do DER/DF, 1° andar, localizado no SAIN, Bloco "C", em Brasília/DF.

Brasília, 18 de abril de 1.997.

MARCELLO DUARTE MOREIRA DOS SANTOS
p/ Divisão de Materiais e Serviços

SECRETARIA DE AGRICULTURA

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MOTOMECANIZADOS

TERMO ADITIVO Nº 001/97 AO CONTRATO Nº 544/96. Celebrado em 19/12/96. CONTRATANTE: Dorvalina Neres de Santana. LOCAL DE EXECUÇÃO: Fazenda Taboquinha, Riacho Frio - PAD-DF. DATA: 09/01/97. DISTÂNCIA: 50Km do DEMA. PRAZO: 09 dias. SERVIÇOS: Gradeação. EQUIP. CONTRATADOS: Trator de Esteira e Grade - 17:00 e 17:00 horas. VALOR: R$ 325,58 (Trezentos e vinte e cinco reais e cinquenta e oito centavos). FORO: Brasília-DF.

TERMO ADITIVO Nº 001/97 AO CONTRATO Nº 018/97. Celebrado em 22/01/97. CONTRATANTE: Sakiti Sasaki. LOCAL DE EXECUÇÃO: Lote nº 19, C.A. Riacho Fundo - DF. DATA: 28/01/97. DISTÂNCIA: 30Km do DEMA. PRAZO: 03 dias. SERVIÇOS: Nivelamento. EQUIP. CONTRATADOS: Trator de Esteira - 05:00 horas. VALOR: R$ 149,40 (Cento e quarenta e nove reais e quarenta centavos0. FORO: Brasília-DF.

TERMO ADITIVO Nº 001/97 AO CONTRATO Nº 029/97. Celebrado em 04/02/97. CONTRATANTE: Francisco Pereira Cupertino. LOCAL DE EXECUÇÃO: Chácara nº 90, N.R. Tabatinga - DF. DATA: 06/02/97. DISTÂNCIA: 50Km do DEMA. PRAZO: 12 dias. SERVIÇOS: Aração, Calagem e Recuperação de Estrada. EQUIP. CONTRATADOS: Trator de Pneus, Arado, Distribuidor da Calcário e Motoniveladora - 18:00, 12:00, 06:00 e 05:00 horas. VALOR: R$ 516,99 (Quinhentos e dezesseis reais e noventa e nove centavos). FORO: Brasília-DF.

TERMO ADITIVO Nº 001/97 AO CONTRATO Nº 037/97. Celebrado em 17/02/97. CONTRATANTE: Antonio Macário da Silva. LOCAL DE EXECUÇÃO: Fazenda Macário DF-290 km 08, Ponte Alta - Gama - DF. DATA: 28/02/97. DISTÂNCIA: 60Km do DEMA. PRAZO: 04 dias. SERVIÇOS: Reparo de Estrada. EQUIP. CONTRATADOS: Trator de Esteira - 10:00 horas. VALOR: R$ 298,80 (Duzentos e noventa e oito reais e oitenta centavos). FORO: Brasília-DF.

TERMO ADITIVO Nº 001/97 AO CONTRATO Nº 038/97. Celebrado em 18/02/97. CONTRATANTE: José da Silva Garrote. LOCAL DE EXECUÇÃO: Fazenda Buriti Vermelho - Jardim - Planaltina - DF. DATA: 05/03/97. DISTÂNCIA: 80Km do DEMA. PRAZO: 05 dias. SERVIÇOS: Nivelamento. EQUIP. CONTRATADOS: Trator de Esteira - 10:00 horas. VALOR: R$ 298,80 (Duzentos e noventa e oito reais e oitenta centavos). FORO: Brasília-DF.

TERMO ADITIVO Nº 001/97 AO CONTRATO Nº 042/97. Celebrado em 26/02/97. CONTRATANTE: João Bosco Barros da Silva. LOCAL DE EXECUÇÃO: Ch. Dr Hidê, lote 08 Df-150 - Fercal - Sobradinho - DF. DATA: 11/03/97. DISTÂNCIA: 15Km do DEMA. PRAZO: 05 dias. SERVIÇOS: Destoca. EQUIP. CONTRATADOS: Trator de Esteira - 08:30 horas. VALOR: R$ 385,91 (Trezentos e oitenta e cinco reais e noventa e um centavos). FORO: Brasília-DF.

TERMO ADITIVO Nº 001/97 AO CONTRATO Nº 008/97.073.000103/97 Celebrado em 14/01/97. CONTRATANTE: Gerson Roberto Pires Junior. LOCAL DE EXECUÇÃO: Lote nº 52 N.R. Rio Preto, Planaltina - DF. DATA: 26/03/97. DISTÂNCIA: 58Km do DEMA. PRAZO: 20 dias. SERVIÇOS: Nivelamento . EQUIP. CONTRATADOS: Trator de Pneus, Scraper e Motoniveladora - 50:00, 50:00 e 10:00 horas. VALOR: R$ 1.502,00 (Hum mil, quinhentos e dois reais). FORO: Brasília-DF.

TERMO ADITIVO Nº 001/97 AO CONTRATO Nº 052/97.073.000446/97 Celebrado em 17/03/97. CONTRATANTE: Arícles Hiranda Milhomem. LOCAL DE EXECUÇÃO: Chácara Cabeceira das Palmas, Brazlândia - DF. DATA: 26/03/97. DISTÂNCIA: 50Km do DEMA. PRAZO: 04 dias. SERVIÇOS: Reparo de Estrada. EQUIP. CONTRATADOS: Trator de Esteira - 10:00 horas. VALOR: R$ 435,72 (Quatrocentos e trinta e cinco reais e setenta e dois centavos). FORO: Brasília-DF.

TERMO ADITIVO Nº 001/97 AO CONTRATO Nº 051/97.073.0004444/97 Celebrado em 14/03/97. CONTRATANTE: Lucimar Barbosa Silva. LOCAL DE EXECUÇÃO: Lote nº 189, C.A. Vicente Pires - DF. DATA: 02/04/97. DISTÂNCIA: 20Km do DEMA, PRAZO: 02 dias. SERVIÇOS: Carregando EC. EQUIP. CONTRATADOS: Pá Carregadeira - 03:00 horas. VALOR: R$ 87,66 (Oitenta e sete reais e sessenta e seis centavos). FORO: Brasília-DF.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL S/A

CGC (MF) Nº 00.314.310/0001-80 INSCRIÇÃO NO GDF Nº 07.342.783/001-53

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A - CEASA/DF para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária a se realizar, cumulativamente, em sua sede social, no SIA/SUL - Quadra 07, Nº 100 - Brasília -DF, às 16:00 horas do dia 28 de abril de 1997, a fim de : A) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Documentações Financeiras; B) Alteração de membros do Conselho de Administração; C) Autorizar a Abertura do Capital Social da CEASA/DF, de acordo com os parâmetros apresentado pela Diretoria da Empresa em documento encaminhado ao Exmo. Governador do Distrito Federal e autorizar a Alienação do Parque Frigorifico da CEASA/DF conforme documento enviado ao Sr. Secretário de Agricultura do GDF; D) Assuntos Gerais. Os Acionistas poderão obter os documentos da presente Convocação na Sede Social da Empresa, no endereço supra citado.

Brasília - DF, 21 de fevereiro de 1997.

VICTOR FRADE ALMEIDA
Presidente

JUSMAR CHAVES
Diretor Executivo

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

RESULTADO DE JULGAMENTO
CONVITE Nº 3/97

A CPL torna público aos interessados o resultado do julgamento das propostas, referente a Convite nº 003/97, cujo objeto trata da aquisição de um aparelho telefônico celular móvel, quatro baterias para aparelho celular e um aparelho telefônico fixo veicular para a SSP/DF, onde sagrou-se vencedora dos itens 01, 02, 03 e 04, a empresa TELESHOPPING COMERCIAL IMPORTADORA LTDA.

Brasília. 23 de abril de 1997
FERNANDO CÉSAR NEVES
Presidente da CPL

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

AVISO DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 7/97

Encontra-se a disposição dos interessados, na Comissão Permanente de Licitação do DETRAN/DF 2º andar do Ed. sede sala 211 fone: 312-3606, o seguinte Edital:

Convite nº 007/97
Data de Abertura: 30 de abril de 1997, às 09:30h.
Objeto: Aquisição de software emulador de terminal.

Brasília-DF, 17 de abril de 1997
VALÉRIA SILVA GOMES
Presidente da Comissão

RESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADA DE PRECOS Nº 12/97

Objeto: Aquisição de formulários contínuos e impressos diversos. A CPL do Detran/DF informa que o Resultado de Julgamento da licitação em epígrafe encontra-se afixado no quadro de avisos desta Comissão.

Brasília-DF, 16 de abril de 1997

VALÉRIA SILVA GOMES
Presidente da Comissão

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

RESULTADO DE JULGAMENTO
CONVITE Nº 7/97

OBJETO: Aquisição de material médico-hospitalar para a Polícia Civil do Distrito Federal.
A CPL informa que sagraram-se vencedoras, nos respectivos itens, as empresas relacionadas a seguir:

EMPRESAS:	ITENS:
EXPANSÃO COM. HOSPITALAR LTDA	01, 06, 08, 09 e 29
JORDMED CIRÚRGICA LTDA.	02, 03 e 27
DMG COM. REPRES. LTDA.	04
CRISTAL JG COM. MAT. CIRURGICO LTDA.	05
GENETICA COM. IMPORT.EXPORT.LTDA.	07, 15 a 25, 28 e 30
UNICOM PROD. HOSPITALARES LTDA.	11 a 13 , e 26
EDM COMERCIAL LTDA.	14

Brasília-DF, 22 de abril de 1997.
JÚLIO CÉSAR DE MARTINS E PINHEIRO
Presidente da CPL

SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE

AVISO DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 7/97

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO da Secretaria de Cultura e Esporte do Distrito Federal torna público, para conhecimento dos interessados, a abertura do Convite Nº 007/97-CPL, às 9:30 horas do dia 05 de maio de 1997, na Divisão de Administração Geral, no Anexo do Teatro Nacional Claudio Santoro Via N/2, para aquisição de material de construção e acabamento. O Edital encontra-se à disposição dos interessados, devendo, para recebimento, apresentar cópia do Registro Cadastral.

Brasília, 22 de abril de 1997
EDA SILVA SEABRA DORNAS
Presidente da CPL

FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA

EXTRATOS DE CONTRATOS

ESPÉCIE: Termo de Contrato nº 155/97-FCDF (Padrão III); CONTRATADAS: Fundação Cultural do Distrito Federal e a Antares Promoções Ltda.; PROCESSO: 081.000224/97; OBJETO: Cessão e uso da Sala Villa Lobos do Teatro Nacional Claudio Santoro, para a realização do espetáculo "BALLET DE NANCY", programado para o dia 22/04/97, às 21:00 horas; tendo o ingresso no valor de R$40,00 (quarenta reais), tudo de acordo com o processo acima mencionado e Edital de Pauta nº 004/96-DEPROM-DE-FCDF; VALOR: R$2.000,00 (dois mil reais); NOME DO EXECUTOR: GERALDO MAGELA DE REZENDE; DATA DA ASSINATURA: 08 de abril de 1997; ASSINATURA: p/CEDENTE: NILSON RODRIGUES DA FONSECA, p/CESSIONÁRIA: SHIRLEY PONTES; TESTEMUNHAS: NAILDE VASCONCELOS DA COSTA ARNEIRO e HERNANI SOUZA SANTOS.

ESPÉCIE: Termo de Contrato nº 162/97-FCDF (Padrão III); CONTRATADAS: Fundação Cultural do Distrito Federal e a Primeira Arte Studio de Dança Ltda.-Me; PROCESSO: 081.000544/97; OBJETO: Cessão e uso da Sala Martins Penna do Teatro Nacional Claudio Santoro, para a realização do espetáculo "JOGO DE CENA", programado para o dia 28/05/97, às 21 horas e dia 18/06/97, às 21 horas, tendo o ingresso no valor de R$8,00 (oito reais), tudo de acordo com o processo acima mencionado e Edital de Pauta nº 004/96-DEPROM-DE-FCDF; VALOR: R$120,00 (cento e vinte reais); NOME DO EXECUTOR: GERALDO MAGELA DE REZENDE; DATA DA ASSINATURA: 16 de março de 1997; ASSINATURA: p/CEDENTE: NILSON RODRIGUES DA FONSECA, p/CESSIONÁRIA: JAMES FENSTERSEIFER; TESTEMUNHAS: NAILDE VASCONCELOS DA COSTA ARNEIRO E HERNANI SOUZA SANTOS

ESPÉCIE: Termo de Contrato nº 166/97-FCDF (Padrão III); CONTRATADAS: Fundação Cultural do Distrito Federal e a Avalon Promoções e Eventos Culturais Ltda.; PROCESSO: 081.001121/97; OBJETO: Cessão e uso da Sala Villa Lobos do Teatro Nacional Claudio Santoro, para a realização do espetáculo "MESTRE AMBRÓSIO", programado para o dia 25/04/97, às 21 horas; tendo o ingresso no valor de R$15,00 (quinze reais), tudo de acordo com o processo acima mencionado e Edital de Pauta nº 004/96-DEPROM-DE-FCDF; VALOR: R$750,00 (setecentos e cinquenta reais); NOME DO EXECUTOR: GERALDO MAGELA DE REZENDE; DATA DA ASSINATURA: 17 de março de 1997; ASSINATURA: p/CEDENTE: NILSON RODRIGUES DA FONSECA, p/CESSIONÁRIA: ADRIANO BOTELHO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE; TESTEMUNHAS: NAILDE VASCONCELOS DA COSTA ARNEIRO E HERNANI SOUZA SANTOS

ESPÉCIE: Termo de Contrato nº 168/97-FCDF (Padrão III); CONTRATADAS: Fundação Cultural do Distrito Federal e o senhor Ronaldo Souza Costa; PROCESSO: 081.000216/97; OBJETO: Cessão e uso da Casa do Teatro Amador, para a realização do espetáculo "A VIAGEM DO TRENZINHO MUSICAL", programado para o dia 18/04/97, às 10 horas e às 15:00 horas, tendo o ingresso no valor de R$6,00 (seis reais), tudo de acordo com o processo acima mencionado e Edital de Pauta nº 005/96-DEPROM-DE-FCDF; VALOR: R$1.073,02 (hum mil e setenta e três reais e dois centavos); DATA DA ASSINATURA: 17 de março de 1997; ASSINATURA: p/CEDENTE: NILSON RODRIGUES DA FONSECA, p/CESSIONÁRIA: RONALDO SOUZA COSTA; TESTEMUNHAS: HERNANI SOUZA SANTOS e HÉLIO DA COSTA MUNIZ.

SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

EDITAL Nº 31, DE 18 DE ABRIL DE 1997

O Secretário de Indústria e Comércio, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no Art. 1º e 2º da Portaria nº 181/94-SIC, de 18 de outubro de 1994, torna público o **cancelamento** da pré-indicação da área para concessão de incentivo do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal - PRODECON/DF da empresa Auto Reguladora Zé Carlos Ltda, por não cumprimento, dentro do prazo, das exigências de atualização de informações e da documentação do Projeto de Viabilidade Econômica.

Processo nº.: 160.001.543/94
Empresa: AUTO REGULADORA ZÉ CARLOS LTDA
Endereço: Quadra 04, Conjunto F, Lote 28 - SOF/Norte - DF
Edital nº. 031/94-SIC
Publicação no D.O.D.F. de nº 252, páginas 83 a 85, de 31/12/94

LUIZ CÉSAR BRANDÃO MAIA
Substituto

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

EXTRATO DO 9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇAO Nº 113/96

PROCESSO Nº 160.000.199/96 - PARTES: DF/SIC X WAGNER IMOBILIÁRIA LTDA. OBJETO: alocar recursos para a continuação da locação do prédio sede desta Secretaria situado no SBN Quadra 2 Bloco "K", com área de 3.027,28 m^2, sendo 2.427,25 m^2 correspondentes ao 2º subsolo e 600m^2 correspondentes à fração da garagem, para uso da Secretaria de Indústria e Comércio, conforme especifica a justificativa de Dispensa de Licitação de fls. 39 e a Proposta de fls 01 deste processo. VALOR: o valor da suplementação será de R$ 20.500,00 (vinte mil e quinhentos reais), perfazendo o total empenhado de R$ 171.009,98 (ceto e setenta e um mil e nove reais e noventa e oito centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PT: 11 007 0021 2132 0002;FR 002; UO: 20101; ND: 349039 NOTA DE EMPENHO: 97NE00109 emitida por Estimativa, complementar à 97NE00037, emitida em 13 de fevereiro de 1997 pelo Serviço de Orçamento e Finanças/DAG/SIC. DATA DA ASSINATURA: 18 de abril de 1997. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso X da Lei nº 8.666, de 21/06/93.VIGÊNCIA: Este aditivo entrará em vigor na data de sua publicação, devendo ser publicado do Diário Oficial do Distrito Federal às expensas da Administração. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: LUIZ CÉSAR BRANDÃO MAIA. Pela CONTRATADA: WAGNER SARKIS. TESTEMUNHAS: GILDÁSIO PEREIRA DE SOUZA E SILVIO CASTILHO DAS OLIVEIRAS.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL

RETIFICAÇÃO

No resultado de julgamento publicado no DODF nº 75, de 22.4.97, Seção III, pág. 2.861, onde se lê: convite nº 29/97, leia-se convite nº 20/97.

INEDITORIAIS

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE BEATRIZ - ABB

CGC/MF 01.030.733/0001-31

ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 1997

DATA, HORA E LOCAL: Aos 11 (onze) dias do mês de abril de 1997, às 09:00 (nove) horas, no Salão da Igreja da Coperbrás, situada no Nucleo Rural de Tabatinga, Lote 172, Planaltina-DF. CONVOCAÇÃO: Atendida conforme carta-convite do dia 01 de abril de 1997. Reuniram em numero de 197 (cento e noventa e sete) associados, conforme comprovação de assinaturas, apostas a presente, em atendimento a convocação expedida na qual consta a seguinte Ordem do Dia: a) Aprovação das Demonstrações Financeiras e deliberação sobre os Resultados do exercício de 1996; b) Discussão e Aprovação sobre os Artigos 2º e 32º; c) Eleição dos Membros da Diretoria Executiva para o Bienio de 1997/1999; d) Eleição dos Membros Efetivos e Suplentes do Conselho Fiscal para o Bienio de 1997/1999; e) Outros assuntos de interesse da Associação. MESA: Presidente JOSÉ VAN DUIL FRAZÃO, Secretaria: APARECIDA RENI CRUZEIRO. Apos verificação do quorum formando a maioria dos associados, colocou as materias constantes da Ordem do Dia em discussao. Foi apresentado o Balanço das Demonstraçoes Financeiras do exercicio de 1996, sendo seu Ativo em 31/12/96 no valor de R$ 79.166,40 (setenta e nove mil, cento e sessenta e seis reais, quarenta centavos). Apos discussao o mesmo foi aprovado por todos. E aos presentes foi informado a situaçao da ABB, no exercicio de 1996 teve o lucro de R$ 22.079,58 (vinte e dois mil, setenta e nove reais, cinquenta e oito centavos). Em atendimento a proposta do Sr. Eli Jose Batista, revertir em benefícios dos associados e seus familiares, a construçao da sede com salao de festas e lazer, como tambem praça de lazer para todos associados e familiares. Apos aconteceram debates, foi apresentada a planta da construçao da sede e apos varias informaçoes e da votaçao procedida, verificou-se a aprovaçao por unanimidade, decidiu-se a compra dos materiais basicos e o inicio da construçao no mes de maio de 1997. Logo apos foram apresentadas duas chapas concorrentes para a eleiçao da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal para o Bienio de 1997/1999. A votaçao se procedeu por escrutinio secreto e saiu vencedora a "CHAPA 1", obtendo 112 (cento e doze) votos contra 76 (setenta e seis) votos da "CHAPA 2", e 09 (nove) votos em branco, ficando assim constituida a Diretoria Executiva, Eleita: Presidente: Maria Trindade Castro Silva. Secretario: Eli Jose Batista; Tesoureiro: Jesus Esteves de Matos; Diretor de Esportes: Jose Milton Monteiro Guimaraes e o Conselho Fiscal: Efetivos: Cleide Malaquias de Barros Costa, Carlos Antonio Dias dos Santos e Aldenice Farias de Mello; Suplentes: Antonio Moreira da Silva, Jamiltom Valerio da Silva e Eleusa Maria Alves Correa, logo apos foi dada posse aos membros da nova Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, cujos mandatos iniciam-se nesta data e encerram-se em 11 de abril de 1999, respectivamente, continuando os mesmos no exercício de suas funçoes ate que ocorram novas eleiçoes, mesmo tendo terminado o periodo de seu mandato. ENCERRAMENTO: O Presidente Franqueou a palavra a quem dela quizesse fazer uso e nao tendo nenhum dos presentes se manifestado, decidiu pelo encerramento da sessao, dando-se o prazo necessario a elaboraçao da presente Ata no Livro proprio, a qual, tendo lida e aprovada, vai assinada por todos os presentes e por mim Aparecida Reni Cruzeiro, que a secretariei. Planaltina-DF., 11 de abril de 1997. MARIA TRINDADE CASTRO SILVA - Presidente

9dar - R$ 102,35)

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL CRESS 8ª REGIÃO

RESULTADO DE JULGAMENTO

Convite Nº 001/97 - A Comissão Permanente de Licitação-CPL torna público o resultado da licitação em epígrafe. Após a análise das propostas dos profissionais habilitados e em uso dos critérios preestabelecido no Edital, a comissão decidiu declarar vencedor o seguinte profissional:Benedito Fortes de Arruda-OAB/DF nº 11889-Preço do Serviço: R$ 800,00 (oitocentos reais). Brasília-DF, 18 de abril de 1997. Jurema Peixoto Sousa Freire-A.S.Nº 421/OR/CRESS 8ª Região- Presidente da CPL.

(DAR - R$ 17,80)

SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA DO DISTRITO FEDERAL - SINDESEI/DF

AVISO DE RETIFICAÇÃO

No Aviso de Convocação de Assembléia Geral Extraordinária, publicado no DODF nº 75, do dia 22/04/97, Sessão III, página nº 2862, onde se lê: "... a realizar-se no dia 29/04/97, na Sala de Reuniões da Federação do Comércio do DF, localizado no SCS, Qd. 06, Ed. Sede, 7º andar, às 18:00 horas em primeira convocação, ou às 19:00 horas em segunda,..."; leia-se: "... a realizar-se no dia 28/04/97, na Sala de Reuniões da Federação do Comércio do DF, localizado no SCS, Qd. 06, Ed. Sede, 7º andar, às 17:00 horas em primeira convocação, ou às 18:00 horas em segunda,...".

(DAR = R$ 13,35)

SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO DF

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Sindicato dos Engenheiros e Sindicato dos Arquitetos do DF, convocam os Engenheiros e Arquitetos trabalhadores nas Empresas de Consultoria para participarem da Assembléia Geral Extraordinária, a realizar-se na sede do Sindicato dos Engenheiros do DF, localizado na EQS 102/103, Bloco A, sala 01, Centro Comercial São Francisco, no dia 29/04/97 às 19:00 horas em primeira convocação e, não atingindo o quorum legal às 19:30 horas em segunda e última convocação, no mesmo dia e local, com qualquer número de presentes, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) Discussão e aprovação da Pauta de Reivindicação a ser encaminhada ao SINAENCO para início do processo de negociação com data-base em 01 de maio. 2) Fixar e autorizar o desconto da Contribuição Assistencial em favor das Entidades Sindicais. 3) Delegar poderes para as Diretorias dos Sindicatos firmarem Convenção Coletiva do Trabalho ou instaurarem Dissídio Coletivo. 4) Declarar a Assembléia em caráter permanente. Brasília, 22 de abril de 1997. ENGº. JOSÉ DE MAURO FILHO - Presidente do SENGE-DF.

(DAR = R$ 28.92)



ÍNDICE DE NORMAS

ATOS DO PODER EXECUTIVO

.DECRETO 18189, 22-04-97..... 2.865
.DECRETO 18190, 22-04-97..... 2.865
.DECRETO 18191, 22-04-97..... 2.866
.DECRETO 18192, 22-04-97..... 2.866
.DECRETO 18193, 22-04-97..... 2.866
.DECRETO 18194, 22-04-97..... 2.867
.DECRETO 18195, 22-04-97..... 2.867
.DECRETO 18196, 22-04-97..... 2.867
.DECRETO 18197, 22-04-97..... 2.868
.DECRETO 18198, 22-04-97..... 2.868
.DECRETO 18199, 22-04-97..... 2.869
.LEI 1422, 22-04-97..... 2.865

SECRETARIA DE GOVERNO

.ATA, SUCAR/RA-XVIII-LAGO NORTE, 08-04-97..... 2.869

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

.PORTARIA 249, SECRETARIO, 22-04-97..... 2.870
.PORTARIA 250, SECRETARIO, 22-04-97..... 2.870

SECRETARIA DE SAUDE

.RESOLUCAO 2, FHDF, 11-04-97..... 2.870

SECRETARIA DA CRIANCA E ASSISTENCIA SOCIAL

.DESPACHO, FSSDF, 18-04-97..... 2.870

SECRETARIA DE OBRAS

.INSTR. DE SERV. 14, IDHAB/DF, 16-04-97..... 2.871

SECRETARIA DE AGRICULTURA

.DESPACHO-R, SECRETARIO, 11-04-97..... 2.871

SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA

.DESPACHO, SECRETARIO, 17-03-97..... 2.871
.INSTR. DE SERV. 265, DETRAN, 09-04-97..... 2.871
.INSTR. DE SERV. 284, DETRAN/GEHBA, 15-04-97..... 2.873
.INSTR. DE SERV. 285, DETRAN, 14-04-97..... 2.871
.INSTR. DE SERV. 286, DETRAN, 14-04-97..... 2.871
.INSTR. DE SERV. 287, DETRAN, 15-04-97..... 2.871
.INSTR. DE SERV. 288, DETRAN, 07-04-97..... 2.871
.INSTR. DE SERV. 289, DETRAN, 07-04-97..... 2.871
.INSTR. DE SERV. 290, DETRAN, 07-04-97..... 2.871
.INSTR. DE SERV. 291, DETRAN, 10-04-97..... 2.871
.INSTR. DE SERV. 292, DETRAN/GEHBA, 15-04-97..... 2.873
.INSTR. DE SERV. 293, DETRAN, 14-04-97..... 2.872
.INSTR. DE SERV. 294, DETRAN, 14-04-97..... 2.872
.INSTR. DE SERV. 295, DETRAN, 14-04-97..... 2.872
.INSTR. DE SERV. 296, DETRAN, 14-04-97..... 2.872
.INSTR. DE SERV. 297, DETRAN, 14-04-97..... 2.872
.INSTR. DE SERV. 298, DETRAN, 09-04-97..... 2.872
.INSTR. DE SERV. 299, DETRAN, 14-04-97..... 2.872
.INSTR. DE SERV. 300, DETRAN, 14-04-97..... 2.872
.INSTR. DE SERV. 301, DETRAN, 14-04-97..... 2.872

SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE

.DESPACHO, SECRETARIO, 15-04-97..... 2.873

SECRETARIA DE TRABALHO

.DESPACHO, DEPEM/DG, 15-04-97..... 2.873

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIENCIA E TECNOLOGIA

.DESPACHO, SLU/DG, 17-04-97..... 2.873
.DESPACHO, SLU/DG, 18-04-97..... 2.873

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

.ATA 3238, SECRETARIA DAS SESSOES, 10-04-97..... 2.873

* - ATOS REPUBLICADOS OU RETIFICADOS
R - ATOS AGRUPADOS POR RELACAO

Vamos juntos melhorar o trânsito.



Reduza a velocidade.

GDF

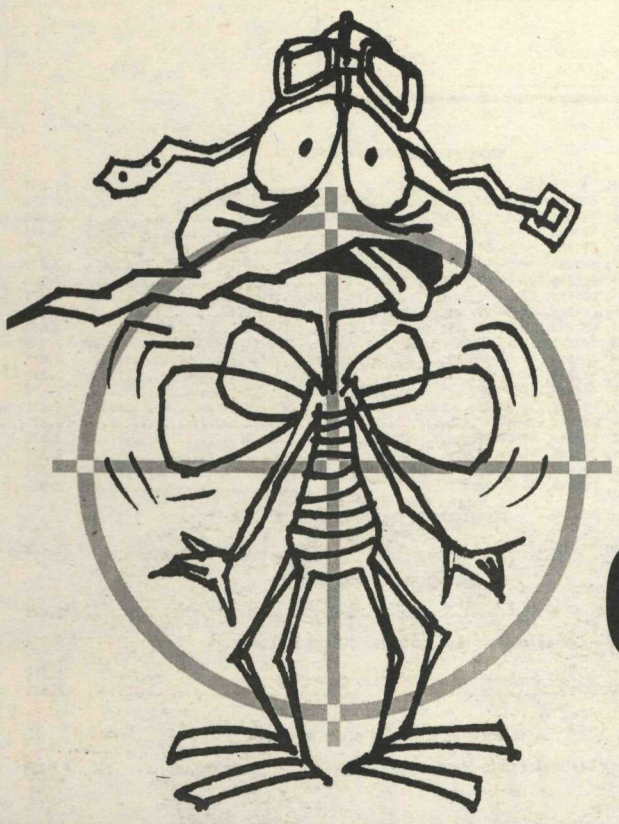


BRASÍLIA DIZ NÃO À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

SOS CRIANÇA 1407

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
O povo em 1º lugar



É o fim da picada.

Brasília está em guerra contra a Dengue.

Pela primeira vez na sua história, Brasília está correndo o risco de sofrer uma epidemia de Dengue. Todos juntos, governo e população, temos que nos engajar na luta para evitar que esta doença invada as nossas casas.

O QUE É A DENGUE?

A Dengue é uma doença causada por um vírus e transmitida pela picada do mosquito **Aedes aegypti.** Ele é escuro, listrado de branco, menor do que o pernilongo comum, a muriçoca, e costuma picar durante o dia.

Sua reprodução se dá através da água parada e limpa, onde deposita os seus ovos.

COMO PREVENIR A DOENÇA?

Nesta época de chuvas, o risco da doença aumenta muito.
Não podemos deixar água parada em:

- **PNEUS VELHOS**
- **GARRAFAS VAZIAS**
- **JARROS DE PLANTAS**
- **CAIXAS D'ÁGUA DESTAMPADAS**
- **CISTERNAS**
- **COPOS PLÁSTICOS**

É importante também seguir as instruções dos agentes de saúde.

QUAIS SÃO OS SINTOMAS DA DENGUE?

Qualquer pessoa pode ser atacada pela Dengue.
Os principais sintomas da doença são:

- **FEBRE ALTA, MUITAS VEZES PASSANDO DOS 40 GRAUS, DORES DE CABEÇA, NOS OLHOS, NAS JUNTAS E NOS MÚSCULOS;**
- **MANCHAS AVERMELHADAS PELO CORPO, PODENDO HAVER SANGRAMENTO DA GENGIVA E DO NARIZ;**
- **FALTA DE APETITE E FRAQUEZA.**

Existe ainda a Dengue Hemorrágica, muito mais grave, que pode levar à morte.

O QUE FAZER QUANDO SE ESTÁ COM DENGUE?

Quem estiver com a doença deve ficar em repouso, beber muito líquido e só tomar medicamento para aliviar as dores e a febre. Mas nunca tome remédios a base de ácido acetil-salicílico, como por exemplo a aspirina e o AAS. Procure um Centro de Saúde para obter orientação médica.

O Governo Democrático e Popular entrou nesta guerra com cerca de mil servidores. Defesa Civil, Policiais Militares e do Corpo de Bombeiros, Fundação Nacional de Saúde, pessoal do SLU e soldados do Exército, Marinha e Aeronáutica estão nesta luta. Mas a sua participação é fundamental.

**DEIXE OS SOLDADOS QUE COMBATEM A DENGUE ENTRAR NA SUA CASA.
ELES VÃO COLOCAR REMÉDIO PARA EVITAR QUE O MOSQUITO SE REPRODUZA.**

DisqueSaúde 160

SAÚDE PARA TODOS SECRETARIA DE SAÚDE

GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR
O povo em 1º lugar

Manter a sua cidade limpa é cuidar do meio-ambiente.



SLU Serviço de Limpeza Urbana do D. Federal

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
O povo em 1.º lugar


PEGOU NO COPO?
ENTÃO NÃO PEGUE
NO VOLANTE.
ÁLCOOL
GDF